Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura **Número: 13**

I Sessão Legislativa **Horta, terça-feira, 14 de março de 2017**

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, a sessão iniciou-se com a análise da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XI – "Orientações de médio prazo 2017/2020", Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XI – "Plano Anual Regional para 2017" e Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XI – "Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2017".

Após a intervenção do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional *(Sérgio Ávila)*, iniciou-se o debate no qual participaram as Sras. Deputadas Mónica Seidi *(PSD)*, Graça Silva *(PS)*, Renata Correia Botelho *(PS)*, Zuraida Soares *(BE)*, Graça Silveira *(CDS/PP)*, Maria Isabel Quinto *(PS)*, Bárbara Chaves *(PS)*, Sónia Nicolau *(PS)*, Maria João Carreiro *(PSD)*,

Susana Costa *(PS)*, os Srs. Deputados Paulo Estêvão *(PPM)*, João Corvelo *(PCP)*, António Viveiros *(PSD)*, Artur Lima *(CDS/PP)*, Francisco César *(PS)*, Carlos Silva *(PS)*, António Viveiros *(PSD)*, Bruno Belo *(PSD)*, Manuel Pereira *(PS)*, Manuel Ramos *(PS)*, João Bruto da Costa *(PSD)*, José Ávila *(PS)*, José San-Bento *(PS)*, Francisco Coelho *(PS)*, Marco Costa *(PSD)*, Paulo Mendes *(BE)*, Jaime Vieira *(PSD)*, Paulo Parece *(PSD)*, César Toste *(PSD)*, bem como a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa)* e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura *(Avelino de Meneses).*

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 31 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.
Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.
Secretário: Bom dia.

(Eram 10 horas e 06 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)
Ana Luísa Pereira **Luís**
André Jorge Dionísio **Bradford**
André Cláudio Gambão **Rodrigues**
António Gonçalves Toste **Parreira**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Dionísio Medeiros Faria e **Maia**

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

Isabel Maria Rodrigues Almeida **Correia**

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da **Costa**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Miguel António Moniz **Costa**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Susana Goulart **Costa**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Jaime Luís Melo **Vieira**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados, significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, este Período Legislativo reveste-se de grande importância, uma vez que serão apresentadas, debatidas as **Orientações de médio prazo 2017/2020**; o **Plano Anual Regional para 2017** e o **Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2017.**

Regem esta matéria os artigos 163.º a 165.º do nosso Regimento e o debate foi organizado pela Conferência de Líderes nos termos do art.º 132.º também do Regimento da Assembleia.

Os tempos são os seguintes:

Governo Regional, dispõe de 245 minutos;

PS, 245 minutos;

PSD, 160 minutos;

CDS/PP, 55 minutos;

BE, 20 minutos;

As Representações Parlamentares do PCP e do PPM, 15 minutos.

Este debate inicia-se com a intervenção do Sr. Vice-Presidente do Governo.

Tem a palavra.

Vice-Presidente do Governo *(Sérgio Ávila):* Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Iniciamos hoje o debate sobre as Orientações de Médio Prazo, do Plano Anual e do Orçamento da Região para 2017, propostas que concretizam a

estratégia de planeamento que o Governo dos Açores pretende empreender até 2020.

Com a aprovação destes documentos – e só apenas após a sua aprovação –, o XII Governo dos Açores passa a dispor de condições para operacionalizar, em termos orçamentais, as medidas definidas para esta legislatura.

Ouvimos, como sempre fizemos, os partidos políticos e as organizações representativas dos empresários e dos trabalhadores, recolhendo sugestões que, em vários domínios, conduziram às suas melhorias.

Melhorias que ainda poderão ser mais aprofundadas no âmbito do debate que agora iniciamos e do acolhimento de propostas de alteração que os senhores deputados entenderem fazer.

Apresentamos propostas que assentam na concretização dos compromissos que assumimos com os Açorianos.

A legitimidade destas propostas agora apresentadas assenta, pois, nisso mesmo:

- São as propostas escolhidas pela larga maioria dos Açorianos.

E a sua aprovação representa o início da concretização do Programa que os Açorianos querem que seja executado nestes quatro anos.

Apresentar estes documentos não é mais, portanto, do que respeitar a vontade da larga maioria dos Açorianos, que expressaram a sua opção no último ato eleitoral.

Mas pretendemos ir mais além e assegurar que essa confiança que os Açorianos em nós depositaram possa constituir-se, também, como um fator agregador de novas vontades, de novas ideias e de novos projetos.

Os Açorianos merecem que saibamos todos agregar ideias, trabalhar em conjunto, para podermos ajustar trajetórias, reforçar medidas, aperfeiçoar

propostas, corrigir políticas e reconhecer que erramos, sempre que isso aconteça.

Para este desafio estão todos convocados, todos são importantes, independentemente da sua expressão eleitoral.

Para nós, a opinião de cada Açoriano é importante!

Todos os Partidos representam Açorianos cuja voz deve ser ouvida e cujas propostas construtivas e realistas devem constituir um contributo válido para, permanentemente, aperfeiçoarmos o nosso trabalho e melhorarmos a vida dos Açorianos.

É sempre e será sempre possível, fazer mais, melhor, aperfeiçoar e corrigir.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Este é um sinal de ambição, de determinação e, essencialmente, uma exigência a que nos impomos para respeitar e reforçar a confiança que os Açorianos depositam em nós.

Confiança que, naturalmente, também resulta do trabalho feito e dos resultados conseguidos.

Efetivamente, as OMP, o Orçamento e o Plano de Investimentos são debatidos num momento em que a economia açoriana tem vindo a dar sinais estáveis e sustentáveis de retoma, verificando-se uma evolução muito positiva dos indicadores económicos que quantificam o desenvolvimento da nossa Região.

A meados de dezembro, o INE divulgou que o crescimento económico em 2015 foi, em termos reais, de 1,7%, superior ao verificado no país e mais do dobro do registado no ano anterior.

Nessa data, o INE também revelou que o rendimento disponível das famílias açorianas 'per capita' era de 11.303 euros, também superior ao verificado no resto do país.

Cada Açoriano apresentava, assim, um rendimento 78 euros superior, em média, ao daquele que era o dos portugueses residentes no resto do país, sendo que esse rendimento aumentou 83 euros por Açoriano, enquanto no país o acréscimo foi de apenas 17 euros.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: E, em fevereiro, surgem mais sinais positivos. No inicio do mês é divulgada a taxa de desemprego do final de 2016, tendo os Açores registado, mais uma vez, reduções de desemprego.

Quer face ao trimestre anterior, quer ao ano anterior, e passamos a ter, novamente, uma taxa de desemprego inferior à média nacional.

Temos, neste momento, a mais baixa taxa de desemprego dos últimos 22 trimestres, ou seja, desde o 2.º trimestre de 2011, sendo o 10.º trimestre consecutivo em que se reduz o desemprego, face ao trimestre homólogo.

De acordo com o INE, hoje existem mais 8.938 Açorianos empregados do que há apenas três anos e menos 9.171 Açorianos desempregados.

Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro):* Muito bem!

O Orador: Nessa data ficamos também a saber que o desemprego jovem diminuiu 42% em apenas dois anos, e que é já inferior ao verificado no país.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Poucos dias depois, foi divulgada a evolução do turismo no último ano.

Os Açores tiveram a maior taxa de crescimento das dormidas do país, mais 21,1%, e nos proveitos da atividade turística, mais 30,2%, em apenas um ano.

Na mesma altura, foram conhecidos os principais indicadores de produção, consumo e investimento privado, que confirmaram um reforço do crescimento da atividade económica na Região.

O crescimento do consumo de eletricidade do setor industrial, mais 3,2% relativamente ao ano anterior, e no setor do comércio e serviços, mais 2,8%, são outros sinais positivos quanto à evolução favorável da economia açoriana.

Um conjunto de outros indicadores, divulgados também em fevereiro, confirma o crescimento do consumo privado, tendo o Índice Mensal de Vendas de Produtos Alimentares no Comércio a Retalho registado um novo aumento anual (1,7%).

Quanto aos levantamentos em Multibanco de cidadãos nacionais e que têm vindo a aumentar desde 2014, voltaram a crescer 3%.

A venda de automóveis novos também subiu 32% no último ano.

Estes dois indicadores, conjugadamente, confirmam uma retoma da confiança das famílias açorianas e um aumento generalizado do rendimento disponível.

Mas o mês de fevereiro trouxe mais boas notícias, designadamente no setor da construção civil, com a venda de cimento a crescer 7,6% no último ano, depois das quebras registadas entre 2011 e 2015.

Esta evolução positiva acentuou-se ainda mais no início de 2017, com um novo aumento mensal de 20,8%.

Outro indicador da retoma da atividade da construção civil é a subida de 15% do emprego no último trimestre de 2016, face ao ano anterior.

Ainda em fevereiro, foram divulgadas estatísticas que permitem perspetivar também o início da retoma no setor primário, nomeadamente com o crescimento, no último trimestre, de 4,3% do valor de vendas para o exterior dos principais produtos lácteos, um aumento no último ano de 18% na venda da carne para o exterior, o aumento de 6,3 % do queijo produzido no último ano e um incremento de 19% no gado abatido na Região.

Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro)* e **Secretário Regional da Educação e Cultura** *(Avelino de Meneses):* Muito bem!

O Orador: No mesmo mês foi também confirmado que a retoma económica açoriana, que todos estes indicadores atestam, assentou exclusivamente nos recursos gerados na Região, tendo em conta que no último ano a economia cresceu e o consumo e o investimento privados aumentaram, ainda que as instituições financeiras – banca – tenham voltado a reduzir o financiamento às empresas e famílias açorianas.

No final de 2016 o financiamento concedido pela banca era em 166 milhões de euros inferior ao verificado no ano anterior, de acordo com os dados divulgados pelo Banco de Portugal, o que demonstra que a retoma da atividade económica na Região é estrutural, sustentada e assente exclusivamente no crescimento da economia real, apesar da redução do financiamento bancário.

Já no inicio deste mês ficamos a saber que o PIB, em termos reais, que é o indicador que mede a evolução da atividade económica, produção e geração de riqueza e rendimento, aumentou no último ano 2%, muito acima do país (1,4%) e que, inclusivamente, o crescimento económico

nos Açores foi superior ao registado nos países da União europeia da Zona Euro (1,7%).

Ou seja, a economia açoriana voltou a crescer pelo terceiro ano consecutivo em termos reais, a cada ano que passa o crescimento económico é mais elevado, e já estamos a crescer a um ritmo superior ao verificado no nosso país e nos países europeus da zona euro.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Esta realidade, que foi sendo conhecida ao longo dos últimos meses, concretiza a estratégia que definimos em momentos de maior adversidade.

A cada adversidade que surgiu procuramos sempre dar uma resposta, encontrar uma solução.

Até ao limite dos nossos recursos e das nossas competências tomamos as medidas para minimizar os efeitos das adversidades externas que nos foram colocadas.

Não baixamos os braços e, em conjunto com os Açorianos, fomos à luta, enfrentamos os problemas de frente e com coragem.

Não nos desculpamos com os problemas, mas fizemos do ataque a esses problemas a causa principal da nossa ação governativa.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: Se não o tivéssemos feito, estaríamos hoje aqui a falar das causas dos problemas e a justificá-los.

Como agimos com determinação, podemos hoje falar aos Açorianos – isso sim - dos resultados.

São resultados – e temos todo o orgulho em dizê-lo - que incorporam, essencialmente, todo o querer, toda a determinação, toda a coragem e todo o trabalho dos Açorianos.

O Governo fez o que lhe competia, mas foram os Açorianos, em toda a Região, os principais protagonistas e os responsáveis pela obtenção destes resultados positivos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Insisto, porque é inteiramente merecido:

- O Governo dos Açores tem muito orgulho em poder dizer que, na hora de enfrentar as adversidades, o Povo Açoriano mostrou que é tão forte quanto a rocha destas ilhas onde todos vivemos.

E, se os Açorianos conseguiram incrementar uma retoma progressiva e sustentada do emprego, da atividade económica e do rendimento das famílias e das empresas, estamos conscientes do muito que ainda falta fazer.

Estamos determinados a progredir, a aperfeiçoar o que urge melhorar e, essencialmente, a continuar a incrementar uma retoma ainda mais intensa e consistente do nosso desenvolvimento e a bem dos Açorianos.

O que até agora conseguimos constitui apenas uma motivação para reforçarmos o esforço no sentido de melhorar ainda mais todos os indicadores.

Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas que fique muito claro: não há nenhum resultado da nossa ação, nenhum indicador positivo, que nos faça diminuir o ímpeto de fazer muito mais e melhor.

Os Açorianos merecem sempre que façamos mais e melhor – e é essa a nossa motivação, é essa a nossa missão.

Deputado Francisco César *(PS):* Muito bem!

O Orador: As Orientações de Médio Prazo, o Orçamento e o Plano de Investimentos que vos apresentamos asseguram uma estabilidade orçamental que pretende constituir-se como um fator decisivo para o reforço da confiança para as famílias e empresas açorianas.

A estabilidade da receita e da despesa prevista para esta legislatura asseguram a manutenção de um nível de investimento público elevado e sem oscilações.

A evolução positiva nos últimos anos permite-nos hoje assegurar que as receitas próprias da Região já são equivalentes às despesas de funcionamento, sendo que 80% destas despesas se destinam a assegurar., é bom lembrar, o funcionamento do Serviço Regional de Saúde e a Educação.

Esta realidade permite-nos já afetar a totalidade das transferências do Orçamento de Estado e dos fundos comunitários à execução do investimento público, assegurando-se, assim, uma capacidade de investimento da Região estável, elevada e duradoura.

A principal prioridade dos documentos que vos apresentamos visa assegurar que o rendimento disponível das famílias açorianas continue a ser mais elevado do que a média nacional.

Esta realidade assenta no facto de os Açorianos beneficiarem de impostos significativamente mais baixos do que no resto do país, nomeadamente o IRS, IRC, IVA, Impostos Especiais sobre consumo e combustíveis, e de beneficiarem de complementos de rendimento comparativamente ao resto do país.

Por exemplo, o complemento regional de pensão, a remuneração complementar, o complemento ao abono de família ou o Compamid, entre muitos outros apoios e complementos de rendimento específicos.

A conjugação destas medidas permite assegurar que os Açorianos hoje tenham um rendimento disponível que é em 250 milhões de euros superior ao que teriam, nas mesmas condições, se vivessem na Madeira ou no continente.

Ou seja, a conjugação destas medidas possibilita que cada Açoriano possa dispor, hoje, de mais de 1.000 euros de rendimento liquido do que teria se vivesse no resto do país exatamente nas mesmas circunstâncias.

Para incrementar esta realidade pretendemos reforçar o crescimento económico e o emprego sustentados no conhecimento, na inovação e no empreendedorismo.

A consolidação da retoma económica, que se verifica desde 2014, e o crescimento do emprego que se acentuou nos últimos dois anos, serão reforçados com novas medidas de incentivo à atividade económica através da dinamização do investimento privado.

Uma dinamização assente, sobretudo, numa economia baseada no conhecimento, potenciando novos setores de atividade económica, no acréscimo do valor da produção nos setores tradicionais, no incremento da produção de bens transacionáveis.

Bem como no desenvolvimento de competências conducentes a uma maior competitividade das empresas açorianas.

Reforçar a qualificação dos Açorianos, a sua qualidade de vida e a igualdade de oportunidades constitui o segundo objetivo estratégico definido nos instrumentos de planeamento que vos apresentamos.

A concretização desse objetivo assenta na elevação do nível, cobertura e qualidade dos sistemas de educação e formação reduzindo ainda mais o abandono escolar precoce, o insucesso escolar e os défices de qualificação da população ativa, na melhoria das redes de apoio social e no incremento da qualidade da prestação dos serviços de saúde.

O terceiro objetivo estratégico visa assegurar a melhoria da sustentabilidade da utilização dos recursos naturais e da conetividade territorial da Região.

A execução deste eixo estruturante do nosso desenvolvimento assenta numa progressiva autonomização energética face ao exterior, no desenvolvimento económico circular e na promoção da coesão territorial, enquanto indutores da competitividade económica e garante do equilíbrio territorial e do aproveitamento racional dos recursos naturais.

São estas as nossas prioridades estratégicas que definimos de forma clara e rigorosa nos documentos que vos apresentamos.

Prioridades que pretendem contribuir para incrementar a retoma económica e, por consequência, a consolidação das empresas, a estabilização dos rendimentos das famílias e a criação de mais emprego.

O valor do investimento público previsto para 2017 ascende a 774 milhões de euros, dos quais 517 milhões são financiados diretamente pelo Orçamento da Região.

A estabilidade do investimento público constitui um fator essencial para o reforço da confiança das empresas e das famílias.

Os sistemas de incentivos à competitividade empresarial, conjugados com os programas de apoio à criação de emprego para as empresas, assumem uma prioridade do esforço de investimento da Região, pois constituem-se como alavanca essencial para dar continuidade ao crescimento económico que, em termos reais, já é superior à média nacional, e para reforçar o incremento do emprego.

Os equipamentos sociais de apoio à família, infância, juventude, idosos e pessoas com necessidades especiais constituem outro pilar essencial do investimento público, bem como a conclusão do plano de construções escolares de elevada qualidade e da rede de cuidados de saúde.

As infraestruturas de apoio às pescas e à atividade agrícola, pelo impacto estruturante que têm no aumento do rendimento dos agricultores e pescadores, são outro vetor essencial do investimento público.

O reforço significativo do investimento na investigação e inovação tecnológica e na autonomia energética constitui outro sinal claro de uma nova dinâmica nestas áreas estruturantes do nosso desenvolvimento futuro.

A modernização e qualificação das infraestruturas e equipamentos portuários e aeroportuários e a promoção e qualificação turística são outras prioridades que merecem uma afetação prioritária dos recursos públicos.

O Orçamento da Região para 2017 pretende dar continuidade à política de estabilidade das Finanças Públicas Regionais, num quadro que tem assegurado a sustentabilidade da Região.

Esta realidade tem sido sistematicamente confirmada e consolidada por todas as entidades nacionais e europeias.

Entidades que periódica e sistematicamente certificam as contas regionais, como a Comissão Europeia, o FMI, o Banco Central Europeu, o INE e o Banco de Portugal.

Deputado Francisco César *(PS):* Ah, pois!

O Orador: Ainda recentemente o mais insuspeito analista, Professor da Universidade Católica, João César das Neves, afirmou, e passo a citar, que "as finanças públicas regionais estão bastante equilibradas" e que os Açores, volto a citar, "têm mantido uma solidez e um respeito pelas contas que tem faltado à República e à Madeira".

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias)* e **Deputado Francisco César** *(PS):* Muito **bem!**

O Orador: Efetivamente, após seis longos anos de turbulência financeira – em que foi imposto um resgate financeiro ao continente e à Madeira que obrigou a violentos programas de ajustamento orçamental, em que todos os principais bancos nacionais foram intervencionados ou resgatados, e em que as mais aparentemente sólidas instituições financeiras ruíram -, houve apenas uma parte do território nacional que resistiu, que se manteve firme sem necessidade de aplicar qualquer programa ou qualquer medida de austeridade específica: a Região Autónoma dos Açores.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: No momento em que se retoma a normalidade de funcionamento dos sistemas financeiro e orçamental do país, ficará para sempre marcado na nossa História que os Açores, num momento muito difícil, deram um enorme exemplo e se afirmaram como um referencial de estabilidade, de confiança e de credibilidade, o que constitui um valioso património na nossa afirmação enquanto Região.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: Esta realidade, além de orgulhar os Açorianos, deve, essencialmente, constituir-se como um capital fundamental na defesa dos Açores e dos Açorianos, sempre que as visões centralistas se tentarem impor ou os interesses dos Açores estiverem em causa.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: No momento em que o país consegue cumprir as suas metas orçamentais e sair dos constrangimentos impostos pelos procedimentos por défices excessivos, importa lembrar a todos:

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* O Sócrates é acusado de mais um crime!

O Orador: Nos Açores, não só no passado não tivemos qualquer peso ou responsabilidade percentual nas contas públicas nacionais, como temos assegurado sistematicamente um maior equilíbrio das nossas contas, maior do que aquele que o país, e bem, festeja como o melhor resultado de 42 anos de Democracia.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* A bancada está quase a dormir, Sr. Vice-Presidente!

Deputado José San-Bento *(PS):* Muito bem!

O Orador: É, pois, o momento de nos congratularmos com esse feito nacional, mas também é o momento de os Açores beneficiarem do

contributo exemplar que deram ao país para Portugal conseguir concretizar os seus objetivos, cumprir os seus compromissos e sair dos procedimentos por défices excessivos.

O Orçamento da Região para 2017 mantém estável o nível de receitas e das despesas da Região e a sua estrutura, bem como mantém a dimensão do investimento público.

No âmbito das despesas de funcionamento apenas são aumentadas as transferências para o Serviço Regional de Saúde (mais nove milhões de euros), os encargos decorrentes da reposição dos vencimentos na Administração Pública, que são integralmente repostos a partir de janeiro deste ano e as transferências para a Assembleia Legislativa nos termos definidos no seu Orçamento, aqui aprovado.

E voltam a registar-se reduções na despesa em aquisição de bens e serviços correntes e de capital, nas outras transferências correntes e na manutenção dos encargos da divida pública.

Com este novo aumento de transferências para o Serviço Regional de Saúde assegura-se que este ano o financiamento do SRS é em 82 milhões de euros superior àquele que se verificava há apenas seis anos.

Facto que demonstra bem o esforço financeiro feito para assegurar a sua sustentabilidade.

Deputado André Bradford *(PS):* É verdade sim, senhor!

O Orador: Para a retoma do crescimento económico e da criação de emprego que registamos atualmente, contribuíram decisivamente as medidas que tomamos oportunamente.

Neste contexto, assumem particular relevância as medidas de incentivos às empresas inseridas no Sistema de Incentivos à Competitividade Empresarial – o Competir + –, pela oportunidade que criam de alavancar

o investimento privado e de gerar mutações essenciais no panorama empresarial, contribuindo para o reforço da nossa estrutura produtiva.

As empresas açorianas têm à sua disposição o mais abrangente, intenso e inovador sistema de apoios do país, constituindo-se, assim, como um fator adicional da sua competitividade.

As empresas açorianas têm aderido massivamente a estes apoios e já deram entrada, até à data, no âmbito dos novos sistemas de incentivos, 503 novos projetos, que representam mais de 203,8 milhões de euros de investimentos privados.

Deputado Francisco César *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta dinâmica empresarial tem-se também refletido no aproveitamento por parte das empresas das medidas criadas pelo Governo dos Açores para apoiar a criação de mais emprego no âmbito empresarial.

Assim, gostaria de destacar que, só através dos programas Integra, PIIE e CPE Premium, as empresas açorianas criaram mais 4.859 novos postos de trabalho apoiados pelo Governo dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta realidade poderia ser ainda mais satisfatória se a empresas açorianas não sentissem um problema complexo que objetivamente afeta e restringe a sua atividade.

Um problema que devemos encarar de frente:

- O da redução do financiamento bancário às empresas e as restrições acrescidas que são impostas pelos bancos à atividade empresarial.

Conforme tive já oportunidade de referir nesta intervenção, de acordo com o Banco de Portugal, só no ultimo ano, houve uma redução de 166 milhões de euros no valor total de crédito concedido às empresas e famílias açorianas.

Ou seja, no final de 2016 as empresas e famílias açorianas tinham liquidado, em termos líquidos, 166 milhões de euros à banca, não tendo esta contribuído para o financiamento das empresas e das famílias no último ano, retirou esses recursos às empresas e às famílias.

A profunda reestruturação do sistema financeiro português justifica esta realidade que é transversal, e que tem constituído um constrangimento a um mais acentuado crescimento económico como tem vindo a ser salientado em todo o país.

A capitalização da Caixa Geral de Depósitos, do BCP, a alteração acionista do BPI e alienação do Novo Banco são realidades que irão, como se anuncia, acontecer este ano.

A conjugação destas alterações permitirá, estamos em crer, de forma progressiva criar condições para que a banca volte a ter o papel essencial e insubstituível na dinamização da atividade económica e na alavancagem da estrutura produtiva regional.

O crescimento da economia açoriana poderá ser muito mais acentuado quando a banca retomar no nosso país a função estrutural que deve desempenhar.

No sentido de antecipar e estimular a retoma do financiamento empresarial por parte da banca, gostaria de anunciar que o Governo dos

Açores assinou, na passada semana, com a Instituição Financeira de Desenvolvimento – IFD, mais conhecida por Banco de Fomento, um Acordo de Financiamento.

Este acordo de financiamento permitirá ao IFD criar nos Açores quatro novos instrumentos financeiros de apoio às empresas açorianas, nomeadamente uma Linha de Crédito para Investimentos com Garantia Mútua, uma Linha de Financiamento a Fundos de Capital de Risco, uma Linha de Financiamento a Operações de Capital Reversível e uma Linha de Financiamento a Business Angels.

O IFD procederá agora, através de concurso, à seleção das instituições financeiras que irão disponibilizar estas linhas de financiamento, assegurando que, até ao mês de agosto, estarão em pleno funcionamento estes novos e inovadores instrumentos de financiamento às empresas açorianas.

Estas quatro linhas de financiamento irão assegurar a disponibilização até 100 milhões de euros de financiamento por parte das instituições financeiras e bancárias selecionadas às empresas açorianas, nos termos do enquadramento regulamentar aprovado pela Comissão Europeia.

A conjugação destas medidas de estímulo ao financiamento das empresas - com a conclusão do processo de reestruturação do sistema financeiro e bancário nacional -, permite-nos perspetivar, a partir do segundo semestre deste ano, uma retoma progressiva e sustentada do financiamento bancário às empresas açorianas, fator essencial para consolidar a retoma económica e o crescimento do emprego que já se verifica na Região.

No entanto, não bastam estas medidas para normalizar o sistema bancário na Região.

A dissolução do Banif e a sua integração no Banco Santander Totta teve também implicações significativas no financiamento das empresas açorianas que importa não esquecer.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O Banif, pelas suas origens, tinha uma significativa quota de mercado na Região e constituía-se como um fator muito importante de dinamização da atividade empresarial regional, não tendo sido, é bom lembrar, a sua atividade com as empresas açorianas que originou qualquer problema que levou à sua extinção.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

O Orador: A sua integração num banco internacional alterou significativamente a sua relação com as empresas açorianas, reduzindo inexplicavelmente o financiamento às empresas, criando restrições adicionais ao crédito, aumentando os encargos às empresas açorianas, isto para já não falarmos na situação dos chamados 'lesados do Banif'.

Estas atitudes não são compatíveis, na visão do Governo dos Açores, com o papel que deve ter na nossa economia uma instituição com tão expressiva quota de mercado na Região, tendo o Governo já demonstrado essa insatisfação à administração deste banco, da mesma forma que já o fez com a situação dos lesados.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Esta manifestação de insatisfação visa ser mais um contributo e um incentivo à dinamização do financiamento às empresas açorianas por parte da banca, particularmente de uma instituição financeira que assumiu a responsabilidade de gerir uma estrutura bancária que teve e

tem um papel essencial na economia Região e cuja ação presente não tem permitido valorizar esse papel e esse legado.

Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: A proposta de Orçamento que vos apresentamos inclui a norma que assegura o cumprimento integral do compromisso, assumido pelo Presidente do Governo nesta Assembleia, para a integração nos quadros da Administração Pública Regional dos trabalhadores com contrato a termo certo há dois anos ou contrato de prestação de serviços há três anos.

Com esta medida cumprimos mais um compromisso com os Açorianos e damos o exemplo na Administração Pública regional de estabilidade laboral.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: Mas a progressiva estabilidade da Administração Pública regional, o seu reforço e rejuvenescimento não se limita a esta medida agora concretizada.

No final de 2016, a Administração Pública Regional tinha nos seus quadros a titulo definitivo mais 333 trabalhadores que no final de 2014.

Ou seja, apenas nos últimos dois anos entraram definitivamente para os quadros da Administração Regional mais 333 trabalhadores.

Tendo em conta que a Administração Pública Regional tem hoje mais 446 trabalhadores do que tinha há dois anos, estes dados demonstram que o acréscimo de 75% foi concretizado por trabalhadores que passaram a integrar os quadros da administração regional.

Estes factos objetivos desmentem e anulam qualquer argumentação ou crítica de utilização excessiva de contratos a termos na Administração Pública Regional.

Factos são factos.

Mas queremos ir mais além, e pretendemos reforçar o rejuvenescimento da Administração Pública Regional, agindo antecipadamente em relação à previsível aposentação de trabalhadores.

Tendo em conta que a Administração Pública Regional tem atualmente 253 trabalhadores com 65 ou mais anos, e que existem mais 111 trabalhadores com baixa prolongada e com idade superior a 60 anos, gostaria de anunciar que o Governo dos Açores vai proceder ao longo deste ano à abertura de 350 novos concursos de admissão nos quadros da administração pública.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Isto com o objetivo de colmatar antecipadamente às necessidades de pessoal decorrentes dos processos de aposentação que irão ocorrer nos próximos tempos.

Destes concursos, 114 lugares correspondem a novos assistentes operacionais para nossas escolas, tendo em conta que correspondem a lugares ocupados por assistentes operacionais em baixa médica prolongada ou com mais de 65 anos de idade.

Com esta nova medida, reforçamos a estabilidade da Administração Pública Regional, procedemos ao seu rejuvenescimento e criamos mais

condições para a prestação de um serviço público mais eficiente e de maior qualidade ao serviço dos Açorianos.

No debate destas propostas, cada um assumirá, estou certo, as suas responsabilidades, assentes na legitimidade representativa dos Açorianos que os elegeram.

Ao Governo, cabe aprofundar o esclarecimento das suas propostas e dialogar com todos, esperando, porém, que quem justifica noutro parlamento o apoio a um Governo por reduzir o desemprego, aumentar o emprego, retomar o crescimento económico, ter reposto os rendimentos e ter melhorado as contas públicas, seja coerente, também aqui.

Deputados André Bradford e Francisco César *(PS):* Muito bem!

O Orador: Aqui, nos Açores, onde o emprego cresceu ainda mais, o desemprego baixou mais, o crescimento económico é maior, o rendimento disponível das famílias é mais elevado e as contas públicas mantem-se mais equilibradas.

Aqui, têm ainda mais razões para apoiar estas propostas do que aquelas que justificam, e muito bem, o seu apoio a nível nacional.

Deputado Miguel Costa *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Os sinais positivos que vão surgindo transversalmente na nossa Região não nos fazem esquecer que existem ainda muitas dificuldades a ultrapassar e sabemos bem que há ainda muitos desafios a vencer.

Não fizemos, nem será humanamente possível fazer tudo o que desejamos, mas temos a convicção que nunca pouparemos esforços para contribuir cada vez mais para um futuro melhor para todos os Açorianos.

Um caminho que é construído diariamente com quem sofre e luta contra as adversidades.

Um caminho que é feito por quem está ao lado dos Açorianos ajudando-os a ultrapassar as dificuldades e os problemas.

Um caminho que é construído por quem quer puxar os Açores para cima.

O nosso futuro constrói-se com quem propõe, com quem batalha, com quem luta ao lado dos Açorianos.

O nosso futuro constrói-se com quem vê esperança, com quem incute confiança.

Confiamos plenamente na capacidade das Açorianas e dos Açorianos para nos ajudar a concretizar eficazmente este projeto, e contamos com todos para vencermos esta tarefa difícil, mas empolgante, de trilhar um caminho que irá orgulhar as gerações vindouras ao construir um futuro melhor para os filhos desta nossa terra.

Disse!

Muito obrigado!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa já tem várias inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Estou na oposição política aos governos do Partido Socialista há vinte anos e lidero o PPM nos Açores desde 1999. Tinha vinte e tal anos quando dei os primeiros passos na oposição. Na altura, as minhas ideias eram muito semelhantes às de outro jovem conservador de então: o jornalista André Bradford.

Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro):* Ah!

O Orador: Hoje estou quase a atingir os 50 anos e defendo exatamente o contrário do que defende - não sei se é o mesmo que pensa - o deputado socialista André Bradford.

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Não sei se todos estão a perceber a minha dificuldade. Existem poucas coisas que não mudam na política mundial: uma delas é a Rainha Isabel II e a outra são os governos socialistas nos Açores.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Para sobreviver na oposição política nos Açores é preciso ter paciência e uma boa esperança média de vida. Não é para todos. Por exemplo, o Eng.º Vítor Fraga, o Dr. Rui Luís e até o Professor Avelino Meneses são homens comprovadamente sem paciência e algo instáveis. Mudam-se sempre para a equipa que ganha.

(Risos do Deputado Luís Rendeiro)

Mas não bastam a paciência, a longevidade ou um bom jogo de cintura, como ficou bem ilustrado nos casos que citei. É necessário ter criatividade. Já escrevi milhares de discursos e de artigos a propósito dos seis governos regionais socialistas. Neste momento já não sei como não me repetir. É que as políticas socialistas e a natureza do poder nos Açores não mudam – como brilhantemente anteviu o jovem André Bradford em 96 – e por isso as críticas e as insuficiências sofrem apenas uma alteração: "vão de mal a pior".

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Nestas circunstâncias, tenho-me, por vezes, refugiado no plágio deliberado. Já me refugiei, por exemplo, no "Auto da Barca do Inferno" e no "Sermão de Santo António aos Peixes". Produzi versões mal-amanhadas e rudimentares, mas que ainda assim superam tudo o que possa imaginar este vosso medíocre autor de discursos, justamente ignorado pelas ninfas. A única ninfa que me apareceu até hoje foi a Eco – a ninfa condenada a repetir sempre as últimas palavras dos discursos dos outros -, mas até ela me abandonou e me trocou pelo Secretário Berto Messias.

(Risos)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quando olhei para este Orçamento e este Plano Regional Anual, lembrei-me logo de "Dom Quixote de la Mancha", a imortal obra de Miguel de Cervantes. Tal como na novela de Cervantes, o Orçamento e o Governo Socialista inserem-se num mundo ficcionado, em que a realidade é fantasiada a um nível que só a paródia consegue resgatar.

Nos Açores socialistas, a ficção devora permanentemente a realidade. O Governo Regional vive enclausurado num mundo irreal, numa espécie de novela de cavalaria medieval que retrata um mundo que nunca existiu. É este mundo irreal e quixotesco que pretendo, numa utilização abusiva da grande novela de Cervantes, aqui desmitificar, utilizando para isso a contundência da sátira intemporal do "Cavaleiro da Triste Figura".

Então é assim … **Num lugar dos Açores, de cujo nome não quero lembrar-me,** vive um Governo de lança arrumada e esquecida, escudo antigo de pele, pileca escanzelada e galgo aleijado. Um cozido com mais couve do que vaca, restos de inhame com linguiça e morcela para o jantar, aos sábados caldos com espinha de peixe, erva do calhau às sextas-feiras e couve da barça e lapas aos domingos, consumiam três quartos do seu rendimento. O remanescente levava-o um susalpim, uma "suera" de gargalho para as festas; e para os dias de semana pouco mais que uma velha samarra.

O nosso fidalgo rondava os vinte e um anos de idade, com prebendas garantidas até aos 24. Era alto, pouco seco de carnes, já tinha sido mais enxuto de rosto e madrugador. *É, pois, de saber que este fidalgo, nos intervalos que tinha de ócio – que o ocupavam grande parte do ano - se dava a ler livros de cavalaria, com tanta afeição e gosto, que se esqueceu até da administração dos seus bens.*

Em suma, tanto naquelas leituras se enfrascou, que as noites se lhe passavam a ler desde o sol-posto até à alvorada. Afinal, rematado já de todo o juízo, deu no mais estranho pensamento em que nunca jamais caiu louco algum do mundo; fazer-se cavaleiro andante, e ir-se por todo o mundo, com as suas armas e cavalo, à cata de aventuras.

E assim começa esta aventura de Dom Quixote, cavalgando o impetuoso Rocinante, acompanhado pelo seu fiel escudeiro, no ano do Senhor de 2017.

Numa das suas primeiras saídas por estas ilhas observou D. Quixote um campo ocupado por trinta ou quarenta moinhos de vento, que a ele lhe pareceram trinta ou mais desaforados gigantes.

Assim que D. Quixote os viu, disse para o escudeiro:

— Vês ali no horizonte, Sancho, os gigantes da minha governação?

— *Quais gigantes? — perguntou o escudeiro.*

— *Aqueles que ali vês — respondeu o amo — de braços tão compridos, que alguns os têm de quase duas léguas.*

— *Olhe bem Vossa Mercê — disse o escudeiro — que aquilo não são gigantes, são moinhos de vento; e o que parecem braços não são senão as velas.*

— *Bem se vê — respondeu D. Quixote — que não andas ao corrente das subtilezas do mundo das aventuras; são gigantes, são;* e o primeiro, de "suera azul" chama-se Emprego. Dediquei-lhe muitos reais no Orçamento deste ano. Está cada vez mais gigantesco.

- Mas senhor meu, aquele de que que falas é um moinho azul, assente em pés de barro.

- Pés de barro? - Rugiu com violência inusitada D. Quixote.

- É a realidade meu senhor – respondeu Sancho – do que me é dado observar. O moinho – perdão, o gigante – só é grande à custa de programas ocupacionais, do aumento da administração regional, dos empregos criados num sector público empresarial regional falido e do trabalho precário. O resto conta pouco. Se um dia chove, que o mesmo é dizer, se falta dinheiro a Vossa Mercê, o moinho – perdão, o gigante – cai.

- Que pouco sabes, Sancho – respondeu D. Quixote – do mundo da magia e do encantamento. Na grande Meseta de Castela La Mancha, não chove!

- Mas estamos nos Açores e no século XXI – retorquiu o fiel escudeiro – e não no Reino de Castela do início do século XVII.

- E qual é a importância disso – respondeu D. Quixote –, no mundo das fábulas, construído por magos como Merlin e Sérgio Ávila, não chove em Castela, nos Açores ou nas zonas indianas da monção. Não chove por magia. Não chove por feitiço. Não chove por encantamento. Não chove por falta de autorização governamental!

O escudeiro encolheu os ombros e deixou-se vencer pela tenacidade louca do seu senhor.

Entretanto D. Quixote não desarmou e chamou a atenção do seu fiel escudeiro para um gigante vestido com uma "suera" verde, sentado numa grande saliência do vale. É o gigante a quem todos chamam Educação, disse-lhe o velho fidalgo orgulhoso.

- Estamos tão avançados na área da educação – disse D. Quixote ao seu fiel escudeiro – que na semana passada foi notícia, no território continental do Reino, a criação de ementas vegetarianas nas escolas. Ora, nós nas escolas dos Açores, há muito que servimos, ao longo de todos os dias da semana e em todos os meses do ano, ementas vegetarianas. Pelo

menos é isso que dizem os nossos entusiasmados alunos. Somos uma espécie de farol de civilização para os bárbaros do continente. Aliás, o gigante de "suera" verde já se ofereceu, na TVI, para dar uma mãozinha – neste caso uma mãozorra – no território continental do Reino. O problema é que não cabe no avião e os barcos ainda não estão feitos. Enfim, temos de ver como é que o Gulliver fez.

- Mas o moinho chamado Educação – respondeu Sancho – nem sequer é muito grande. De facto, até parece muito mais pequeno que os outros. Pelo menos é isso que dizem na cidade de Pisa. Daqui parece, tenho que lhe confessar meu amo, ainda mais pequeno que um moinho – perdão, um homem – comum.

- Enganas-te, Sancho – respondeu penosamente D. Quixote. Resumo-te tudo numa só palavra: ProSucesso.

— *Eu cá não entendo outra língua senão a minha — respondeu Sancho.*

— Asseguro-te, Sancho — tornou D. Quixote — que já não somos os últimos. Num qualquer remoto lugar de Trás-os-Montes, encontrei uma aldeia ainda mais pequena que o gigante de "suera" verde. Ao pé deles, o gigante chamado Educação faz figura e sombra de gigante. Ou acreditas nisto, meu caro e bom amigo, ou então em italianos provenientes de uma cidade que nem sequer consegue construir torres direitas.

Sei que no Orçamento não está nada previsto para combater o abandono escolar mais alto do país e as piores médias nacionais nos exames, mas o gigante de "suera" verde tem uma solução amarrada ao Orçamento: **o regresso à regra do concurso anual de um concurso que nunca deixou de se realizar todos os anos.** Chama-se a isto manter uma posição congruente e desperta. É disto que são feitos os verdadeiros gigantes.

Quem não reconhecer a bondade desta proposta é porque está – ou estará na madrugada de sexta-feira - a dormir.

Entretanto, o escudeiro já tinha desligado do diálogo que, com o gigante de "suera" verde chamado Educação, acaba sempre num longo monólogo de tom eucarístico. O paciente escudeiro decidiu, então, deixar o seu amo entretido com o seu engano.

Meus senhores!

Se existe algo que não é gigante é o tempo que ainda tenho para acabar este discurso. Deixo no anonimato os outros gigantes presentes no vale dos moinhos porque tenho verdadeira urgência em acabar esta parte do discurso. Voltarei, noutra oportunidade, a revisitar estes gigantes governamentais, pois a governação socialista nos Açores parece tão imortal como o eterno D. Quixote.

Este episódio termina assim:

Vendo que o seu escudeiro se mantinha cético a respeito da existência dos gigantes, D. Quixote meteu esporas ao cavalo Rocinante e galopou enquanto bradava:

— *Vinde a mim, meus bons gigantes!*

E dizendo isto, encomendando-se de todo o coração à sua senhora Dulcineia, com a lança levantada, arremeteu a todo o galope do Rocinante, e se aviou contra o primeiro moinho que estava diante, dando-lhe uma lançada na vela. O vento a volveu com tanta fúria, que fez a lança em pedaços, levando desastradamente cavalo e cavaleiro, que foram rodando miseravelmente pelo campo fora.

Eram afinal moinhos e não gigantes. Mas D. Quixote, na sua loucura, nem assim reconheceu a verdadeira natureza do que enfrentava.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Este Orçamento assemelha-se a um colete-de-forças que aprisiona a sociedade açoriana. Este Orçamento é pouco mais que uma soma de esmolas. O dinheiro é distribuído por uma grande parte da sociedade açoriana, da Igreja à lavoura. Das pescas ao artesanato. Nada escapa à cultura de dependência criada por um Governo que não governa: subsiste, sobrevive e dura, dura e dura.

Deputado Francisco César *(PS):* Como as pilhas!

O Orador: Não existe um grande projeto de desenvolvimento para os Açores. O que existe é uma grande nau com remendos por todo o lado, cada vez mais pesada, esventrada e miserável. Os que nela se abrigam, tirando o oficialato socialista, sobrevivem cada vez com menos, mas ainda assim não arriscam e não ousam libertar-se das grilhetas da dependência.

É necessário mudar! D. Quixote disse um dia ao seu amigo Sancho "que mudar o mundo não é loucura, não é utopia, é justiça".

Mas não é apenas uma questão de justiça. É também uma questão de liberdade individual e coletiva. A liberdade de escolher. A liberdade de mudar. A liberdade de não depender de ninguém.

Porque a liberdade é, colocou genialmente Cervantes na boca de D. Quixote, "um dos dons mais preciosos, que aos homens deram os céus: não se lhe podem igualar os tesouros que há na terra, nem os que o mar encobre; pela liberdade, da mesma forma que pela honra, se deve arriscar a vida, e, pelo contrário, o cativeiro é o maior mal que pode acudir aos homens".

Disse!

Deputado José Contente *(PS):* Só que o Cervantes era realista!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui hoje a exercer uma das maiores obrigações que os cidadãos que nos elegeram esperam de nós.

Questionar o modo como os dinheiros públicos serão aplicados neste ano de 2017.

Questionar as linhas orientadoras do desenvolvimento económico, social e cultural da nossa Região para o corrente ano e para os próximos quatro.

Estamos aqui hoje, no Parlamento dos Açores, para questionar o rumo que o executivo regional se propõe trilhar em 2017, mas, também, para propor alternativas desse rumo em áreas que o Partido Social Democrata considera de maior interesse para os açorianos.

As propostas de Plano e de Orçamento para 2017 e de Orientações de Médio Prazo 2017-2020 são a cópia dos Planos e Orçamentos apresentados ao longo dos últimos anos pelos sucessivos governos regionais do Partido Socialista.

Estas propostas são mais do mesmo.

É a mesma receita que não tem sido capaz de levar os Açores a mais altos patamares de desenvolvimento, de igualdade de oportunidades.

É a mesma receita que o tempo tem demonstrado não ser a necessária para corrigir o agravar dos problemas sociais e económicos que os açorianos enfrentam.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: E mais do mesmo tem conduzido a Região à falta de oportunidades de Emprego.

Deputado André Rodrigues *(PS):* Disseram os açorianos há 4 meses!

A Oradora: Hoje temos 22% dos jovens, entre os 15 e os 34 anos, que não estudam nem trabalham.

Mais do mesmo tem trazido maus resultados na Educação.

A receita socialista não tem sido capaz de tirar os Açores da cauda do país no que concerne os diversos índices reveladores do estado em que se encontram os alunos açorianos.

Temos hoje a mais alta taxa de abandono escolar precoce do país (29%) - mais do dobro da média nacional.

Mais do mesmo não tem trazido saúde ao Serviço Regional de Saúde.

Temos ainda mais de 59.000 açorianos sem médico de família.

Temos hoje mais de 10.000 açorianos em listas de espera para consultas e intervenções cirúrgicas.

Deputado Marco Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Temos hoje açorianos que têm que se deslocar a outra ilha para uma simples consulta de especialidade, porque este governo regional socialista decidiu cortar nas deslocações de médicos especialistas a muitas ilhas.

Deputado André Rodrigues *(PS):* Não apoiado!

A Oradora: Mais do mesmo que tem levado ao aumento da pobreza nas nossas ilhas.

O número de açorianos que têm que se socorrer do Rendimento Social de Inserção, passados 40 anos de Autonomia, é uma afronta para todos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Mais do mesmo que tem levado ao crescimento constante da dívida da Região.

Em 2017, o governo regional do Partido Socialista vai continua a alimentar as 52 entidades do Setor Público Empresarial Regional. Incluindo todas aquelas que só têm contribuído para o endividamento da Região.

Na criação de riqueza per capita não conseguimos aproximarmo-nos das médias nacional e europeia.

Há anos que andamos nisto!!!

Deputado André Rodrigues *(PS):* Que dados são esses?

A Oradora: Temos estradas de encher o olho, não temos é riqueza para circular nelas.

Temos escolas novas, não temos é bons resultados escolares.

Temos os melhores hospitais, não temos é os cuidados de saúde de que os açorianos necessitam.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O PSD não se revê nestas propostas de Plano e Orçamento para 2017 nem na proposta de Orientações de Médio Prazo apresentadas pelo governo regional socialista.

Deputado André Bradford *(PS):* A gente já sabe disso há uma semana!

A Oradora: Temos outras opções e outra visão estratégica. Somos oposição democrática e alternativa politica e alternativa política, uma democracia que não é exclusiva nem do Governo Regional, nem do Partido Socialista.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Vamos apresentar propostas de alteração a estes documentos. Na Saúde. Na Educação. Na Solidariedade Social. No Emprego. Nas Pescas. Na Agricultura. No Sector Público Empresarial Regional.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* E no fim votam contra!

A Oradora: Estamos aqui a representar o povo que nos elegeu.

Deputados André Bradford e Francisco César *(PS):* Nós também!

A Oradora: A democracia nunca foi, nem nunca poderá ser a ditadura da maioria.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A democracia exige transparência, como exige oposições

Exige uma prestação de contas constante, como exige fiscalização.

Deputado André Bradford *(PS):* Exige trabalho da oposição, boa vontade!

A Oradora: Exige debate e confronto de ideias e de projetos, como exige alternativa.

Estamos aqui para honrar o nosso compromisso para com os açorianos.

Sabemos que não vamos mudar a governação, mas estamos convictos de que a nossa oposição ativa e as nossas propostas podem dar força à democracia e melhorar a vida de muitos açorianos.

E por isso que aqui estamos: para trabalhar, respeitar e ser respeitados.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Ouçam!

A Oradora: No fundo, para com dignidade e responsabilidade, servir os açorianos.

Disse.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD).

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

O Governo Regional apresenta-se arrebatado na defesa das suas propostas de Plano a Médio Prazo 2017/2020 e, principalmente, das suas propostas de Plano e Orçamento para 2017, ao querer fazer crer que os açorianos/as têm 250 milhões de euros a mais, por ano, nas suas carteiras em comparação com quem vive no continente e na Madeira.

É esta curiosa conta de 250 milhões de euros que serve de justificação para as opções políticas tomadas e plasmadas nas propostas que serão debatidas ao longo dos próximos três dias.

Uma conta, no mínimo, curiosa, porque esconde um exercício de «deve e haver» com um resultado totalmente oposto.

Fazendo as contas, facilmente concluímos que, apesar dos famigerados 250 milhões euros - resultado da soma do diferencial fiscal e dos diversos complementos de apoios sociais, cujo objetivo é a minimização dos custos da insularidade - muito o Governo Regional tem a «haver» aos açorianos/as, na lógica destas contas.

Com uma inflação sempre superior àquela verificada a nível nacional – em 1 a 1,5 pontos percentuais –, passando por um salário médio inferior, em sensivelmente 100€, relativamente ao restante país, até aos custos acrescidos em transportes, para prejuízo da mobilidade e para o preço das mercadorias transacionadas, de quantas centenas de milhões de euros estamos a falar, saídos diretamente dos bolsos de todos/as e de cada um/a dos/as açorianos/as?

Portanto, neste exercício entre o «deve» e o «haver», é fácil perceber como, afinal, os 250 milhões de euros estão longe de ser um valor capaz de alavancar o nível de vida dos açorianos/as e de combater efetivamente a pobreza e a desigualdade social. Trata-se de um valor que atenua, mas não resolve, os sobrecustos da insularidade e da ultraperiferia.

O Governo Regional apresenta-se pronto para combater a precariedade, dentro de portas, ou seja, na Administração Pública Autónoma, mais por pressão do Governo da República do que propriamente por vontade política própria, porque caso contrário teria sido muito mais arrojado, em vez de chegar a esta Assembleia com um modelo de integração mais imposto do que negociado, depois de ter desprezado a possibilidade de contraditório por parte das estruturas representativas dos trabalhadores.

Desde já, exclui os regimes especiais da educação e da saúde deste processo e continua a permitir que o setor público continue uma política de precariedade para suprir necessidades permanentes. São os casos dos 600 professores precários e dos enfermeiros/as que desempenham funções, ao abrigo do programa ESTAGIAR L, o que tem tornado possível à Região acesso a profissionais qualificados a preço de saldo e descartáveis.

No setor público empresarial da Região, o grupo parlamentar do PS prepara-se para propor a penalização dos trabalhadores pela incompetência e má gestão - tanto do Governo Regional, quanto dos gestores públicos que nomeia - ao defender que só os trabalhadores das empresas públicas com resultados positivos terão as mesmas reposições de direitos, que os trabalhadores que estão abrangidos pelo setor público empresarial nacional.

Recordamos ao Governo Regional do PS que os açorianos/as muito terão a ganhar se vierem a usufruir de um regresso à Lei das Finanças Regionais de 2010, cuja alteração posterior, por obediência cega à troika pelo Governo da República do PSD/CDS, foi – e é - nas próprias palavras do Sr. Presidente do Governo Regional, um "atentado à Autonomia"

Compete ao PS (agora no Governo na República) garantir e ao PS (agora no Governo Regional) exigir, a reversão da Lei das Finanças Regionais para a sua versão de 2010.

Sobretudo porque tal reversão permitiria, não só uma redução da carga fiscal sobre o trabalho, como mais investimento em serviços públicos e outras necessidades, por via de um aumento significativo nas transferências do Orçamento de Estado para a Região, assim obviando debates estéreis sobre o equilíbrio orçamental exigido para compensar a redução de impostos na Região.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, ciente do seu programa político para esta legislatura, apresentará um conjunto de propostas que, na sua essência, devolvem rendimentos e dignidade às pessoas, aumentam o investimento público em setores estratégicos para a Região, cujo desenvolvimento permitirá mudar o paradigma económico, e não desistirá de lutar por maior rigor e transparência nas contas da Região.

No combate à precariedade, no setor público, desafiamos esta Assembleia, e especialmente o PS, a garantir a integração de centenas de professores precarizados no sistema educativo regional e a proibir o recurso a programas ocupacionais, sem que antes tenha sido feito o preenchimento integral das vagas dos quadros.

Para que o combate à precariedade comece já, como propõe o Governo, propomos um processo de integração de trabalhadores do Regime Geral, na Administração Pública Autónoma, com a participação dos respetivos sindicatos.

Não esquecemos a precariedade no setor privado, onde também os falsos recibos verdes e o trabalho à jorna são expedientes cada vez mais comuns, inclusive, e sobretudo, no setor atualmente mais pujante da nossa economia – o turismo. Se nunca estivemos, genericamente, contra os incentivos públicos à iniciativa privada, consideramos que é mais do que razoável que perante mais um reforço desses apoios, previsto para este ano, se exija que 75% da força laboral nas empresas privadas apoiadas venha a estar abrangida por contratos de trabalho, por tempo indeterminado.

Quanto ao investimento público, recordamos o frenesim eleitoral que levou o PS a trazer uma comitiva da República que contou, além do Primeiro-Ministro, com 7 Ministros e 1 Secretária de Estado para inaugurar o seu compromisso para com o investimento na investigação científica. Porém, cedo concluímos, ao analisar as Orientações a Médio Prazo, que tal visão para o futuro da Ciência na Região se esfumou, incluindo o prometido Centro Internacional de Investigação das Ciências do Mar, a sedear na ilha do Faial.

A paixão assolapada pela Ciência desvaneceu-se, e o investimento nesta chega a ser menor do que no ano passado, com uma percentagem do PIB cujo investimento dedicado se encontra bem abaixo dos mínimos aceitáveis (0,35% na região, para 2% necessários, tendo o país 1,28%).

Para arrebatar novamente a paixão pela Ciência, o Bloco de Esquerda proporá que, no prazo de 6 meses, o Governo Regional apresente a esta Assembleia, para debate e resolução, um projeto circunstanciado, com a identificação dos recursos materiais, humanos e financeiros necessários à implementação do referido Centro, respetivas valências, bem como a forma jurídica/formal que assumirá.

O rigor e a transparência das contas públicas são condições mestras para sustentar a qualidade da democracia, a continuidade e melhoramento dos serviços públicos.

Para o Governo Regional interessa manter a SAUDAÇOR para mera propaganda política, pois, pese embora, o valor da dívida que lhe está associada (551 milhões de euros) integrar o perímetro consolidado da dívida da Região, o mesmo valor não é assumido como dívida direta da Administração Regional, pois se assim fosse, a dívida da Região não corresponderia aos atuais 20% relativamente ao PIB, mas sim cerca de 40%.

Deputado Francisco César *(PS):* O senhor devia dizer que a do país são cento e trinta e tal!

O Orador: O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda não pode deixar de propor a extinção da SAUDAÇOR, por existência e custos desnecessários, e a integração dos seus trabalhadores na Secretaria Regional que a tutela.

O período eleitoral foi pródigo em promessas ou propostas, e os açorianos/as, tal como esta Assembleia que os representa, não se esquecem dos compromissos assumidos pelo Governo do PS pelas várias ilhas, pelo que iremos propor, entre outras propostas, a conclusão da 2.ª fase da variante da Horta, naquele que está longe de ser um compromisso recente, mas antes um compromisso que nos parece mais esquecido do que efetivamente assumido.

As nossas propostas são de natureza estruturante, pois entendemos que precisamos de uma verdadeira mudança, e não de uma política de continuidade. São propostas arrojadas, porque os açorianos/as merecem políticas exequíveis, mas ambiciosas que lhes tragam esperança para o futuro.

É com apreço pelo debate democrático que estamos, aqui, na defesa de propostas que farão a diferença aos açorianos/as.

Ao longo dos próximos dias veremos se a abertura ao diálogo valeu, ou não, a pena.

Disse.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Muito bem!

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Grande Zuraida!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

Deputado João Corvelo *(PCP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Iniciamos hoje o debate da proposta de Plano e Orçamento apresentada pelo governo. Serão estes documentos aqueles que orientarão a governação regional e darão aos Açorianos uma orientação sobre para

onde caminha a Região e sobre aquilo que podem esperar no futuro imediato.

Tratando-se de uma proposta sujeita a discussão e a alterações em sede parlamentar, espera-se, que o Parlamento e nomeadamente o PS, partido que apoia o Governo, tenha a abertura para acolher, quer as propostas que aqui apresentaremos, quer, sobretudo, que seja capaz, ao contrário daquilo que foi a postura do governo, de ouvir e acolher as preocupações, anseios e propostas que os açorianos através dos seus Conselhos de Ilha fizeram chegar ao Governo quando se pronunciaram sobre a ante-proposta de Plano e Orçamento que lhe foi apresentada. Seria lamentável se neste Parlamento, também se fizesse orelhas moucas a estas questões e a estes pareceres e se procedesse, como fez o governo, que arrogantemente demonstrou que a audição dos Conselhos de Ilha nada mais era nem foi para ele do que mero pro-forma sem ser para levar a sério nem em devida conta.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Ao analisarmos esta proposta de Plano e Orçamento várias foram as questões para as quais procurámos respostas nestes documentos e das quais destacamos as seguintes:

1. Contêm estes documentos propostas políticas inovadoras?
2. Corrige esta proposta algumas das políticas erradas que têm sido seguidas até aqui?
3. Contem esta proposta do Governo uma política e uma estratégia de desenvolvimento sustentado da Região, nos domínios Sociais, económicos e políticos?

4. Estamos perante uma proposta do Governo que aposta definitivamente no desenvolvimento global e harmonioso de todas as nove ilhas dos Açores e reforça assim a coesão regional?
5. Estamos perante uma proposta capaz de mobilizar a sociedade e as suas organizações políticas, sociais e económicas?
Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:
Basta uma leitura um pouco mais atenta desta proposta de Plano e Orçamento para facilmente descobrirmos quais as respostas que podemos encontrar às nossas interrogações e concluirmos que:
Não se consegue descobrir, por maior que seja o esforço nesse sentido, qualquer medida qualquer política inovadora em relação aquilo que até agora têm sido as políticas deste Governo e do PS, que recorde-se, há mais de duas décadas vem governando esta Região.
Verificamos estar perante documentos sem qualquer rasgo de inovação, criatividade e audácia que apontam para mais do mesmo e que nos dão claramente a sensação de estarmos perante uma governação cansada, esgotada e em fim de vida útil.
Trago aqui um exemplo que bem demonstra o que afirmamos. Para isso basta vermos que apesar da aposta no turismo e do rol de intenções em relação à intensificação da produção e da exploração da fileira da carne de bovinos e ao fomento da produção das indústrias regionais entre as quais se incluem as dos laticínios, nem uma medida existe, por exemplo, para incentivar e promover a utilização e comercialização da produção regional pela industria turística da região cujos incentivos até agora existentes se limitam por exemplo para a indústria da restauração à comparticipação de 10% pela compra e utilização de produtos da

região mas só até 5.000 euros anuais por restaurante o que não passa de mera medida simbólica ou como vulgarmente e muito a propósito se diz: Medida para Inglês ver.

Deputado André Bradford *(PS):* E então?

Deputado Francisco César *(PS):* O senhor acha isso pouco?

O Orador: Governação que se mostra aqui insensível e incapaz de perceber e alterar o rumo de qualquer das políticas erradas que tem seguido e são várias. Mas basta-nos ver aquilo que hoje se passa com o Hospital da Horta votado ao abandono a que vai sendo propositadamente votado e ao dispêndio de dinheiro e de meios que o Governo continua e pretende continuar a fazer para encher os bolsos a privados utilizando sem qualquer pudor os doentes açorianos como meras peças de um jogo, fazendo-os deslocar de umas Ilhas para outras ao sabor de interesses …

Deputado André Bradford *(PS):* Não apoiado!

O Orador: … que não são seguramente nem os deles nem os da Região para termos aqui uma clara ilustração desta incapacidade e da falta de vontade do governo em mudar de rumo e pôr um ponto final naquilo que é feito erradamente. Infelizmente e como bem exemplifica o exemplo que acabámos de citar não vemos isso nesta proposta de Plano e Orçamento para 2017.

Quanto ao desenvolvimento sustentado da Região nos seus diversos aspetos não precisamos ir mais longe do que atentarmos na riqueza do mar que nos rodeia e nas limitações impostas aos nossos pescadores.

Imposições muitas vezes com origem na União Europeia é certo mas que a postura submissa aos ditames impostos que o Governo se propõe continuar a seguir sem grande contestação nos faz desde logo perceber,

que para este, políticas de desenvolvimento sustentado só aquelas que forem de encontro aos interesses que Bruxelas tão zelosa e afincadamente defende, ou então, se mais exemplos necessários são, basta vermos que medidas de efetivo combate ao desemprego e à precariedade propõe este Plano e Orçamento, isto, quando, o número de trabalhadores com vínculos laborais precários nesta Região é superior ao total da população de Sta. Maria, da Graciosa, do Corvo ou das Flores, ou seja de quatro das nove ilhas do nosso arquipélago.

É evidente que desenvolvimento sustentado não se conjuga com tudo isto.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Em relação à questão da coesão regional e do desenvolvimento harmonioso esta proposta de Plano e Orçamento é o símbolo supremo da sua negação e da visão centralista e redutora que o Governo tem do nosso arquipélago.

De facto e enquanto se assiste ao envelhecimento da população, à saída contínua de jovens e ao despovoamento gradual de ilhas como por exemplo as Flores ou a Graciosa não se consegue ver nesta proposta políticas capazes de travar e inverter, nomeadamente através da fixação de jovens, esta preocupante sangria demográfica, vendo-se sim, por outro lado, o Governo, orgulhosamente até, apresentar números do ligeiro aumento populacional dos Açores, escondendo o facto de que este aumento é concentrado num único polo e de modo algum é generalizado, bem pelo contrário. Serão necessários mais exemplos para demonstrar qual a preocupação do Governo com a coesão e o

desenvolvimento harmonioso de todas as ilhas da Região? Cremos que não.

Embora nesta proposta se possam encontrar algumas medidas que julgamos essenciais e fundamentais, pensamos que é muito pouco e fraco o conteúdo da proposta de Plano e Orçamento. Não é, pois, um instrumento capaz de mobilizar os açorianos e as suas organizações. E, se dúvidas houvesse quanto a isso, as posições já referidas, assumidas por diversos Conselhos de Ilha e o desencanto que tais posições indiciam, encarregam-se de tirar quaisquer dúvidas e provam, de forma inequívoca, que estamos perante um documento que semeia mais desilusões do que mobiliza os açorianos e as suas organizações.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

A proposta de Plano e Orçamento para 2017 vai, a partir de agora ser objeto de debate, cabendo ao Parlamento a responsabilidade de alterar e melhorar esta proposta por forma a que o documento final aprovado neste Parlamento dê efetivamente as respostas que a nossa Região necessita. Pela parte do PCP, temos a legítima expectativa de que haja abertura e vontade política para que assim seja. Tudo faremos nesse sentido, apresentando as propostas que entendemos fundamentais para que o Plano e Orçamento para 2017 corresponda ao que os Açores necessitam e possa vir a merecer também a nossa aprovação.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este é o primeiro Orçamento da Legislatura.

Este é o primeiro Orçamento que este Governo apresenta a este Parlamento depois das últimas eleições.

O PS teve a maioria eleitoral, não por uma eleição realizada há 20 anos, mas por uma eleição realizada há menos de 5 meses.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: Por muito estranho que pareça, eu peço aos Srs. Deputados que se não dão o benefício da dúvida ao PS e ao seu Governo no seu trabalho, pelo menos que deem o benefício da dúvida aos açorianos que maioritariamente nos escolheram há 5 meses.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É portanto, um Orçamento que tem um objetivo claro, necessariamente claro, que é cumprir com um programa eleitoral que foi sufragado pela maioria dos açorianos.

Este Programa, este Orçamento, este Plano de Investimentos tem que consagrar naturalmente as nossas prioridades de aumento do emprego, aumento da competitividade empresarial, da diminuição da precariedade laboral, da continuação do apoio ao rendimento das famílias, por forma a que elas possam enfrentar as dificuldades, no reforço do combate à pobreza, na manutenção das contas públicas saudáveis como um instrumento para poder exercer novas políticas que possam melhorar a situação da nossa terra, …

Deputado José San-Bento *(PS):* Muito bem! Muito bem!

O Orador: … para conseguir manter impostos mais baixos, aliás os impostos mais baixos do País e um dos mais baixos da Europa para que as empresas possam ter melhores condições para trabalhar …

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: … e para que os nossos consumidores paguem menos impostos.

Mas este Orçamento e este Plano de Investimentos também têm que estar inseridos num contexto, num contexto que todos temos que admitir ser verdadeiro, que é de retoma efetiva da economia. Não há dúvida sobre isso!

Não há dúvida de que hoje a taxa de desemprego apresenta uma descida sustentada de há muitos anos e já é abaixo da taxa de desemprego a nível nacional! É verdade que hoje o índice de desenvolvimento económico continua a subir sucessivamente! É verdade que hoje os números de desembarque de passageiros de turismo continuam a consolidar uma subida sempre na ordem dos dois dígitos.

Nós hoje apresentamos resultados que nos devem orgulhar, mas sobretudo devem mobilizar-nos para o trabalho que temos pela frente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É isso que nós nos propomos fazer.

Não é dizer que está tudo bem e de que não há trabalho que possamos fazer. Nós percebemos essa crítica da oposição! Mas o que lamentamos é

que a oposição se esqueça sempre de reconhecer o trabalho que foi feito pelo Governo dos Açores, mas sobretudo o trabalho que foi feito por todos os açorianos e açorianas!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas estes resultados, e eu sinto que posso e devo dizer ao Governo sobre os bons resultados da nossa governação, que o que interessa é saber como é que esses resultados podem ser melhores e sobre os resultados menos bons, que também os há, como podem ao menos ser suficienteS, mas também acho que devo e posso dizer à oposição que quanto mais se discorda, mais se deve contrapor. Quanto mais se propuser mais se deve ter consciência do que se propõe.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: O que vejo é um Governo sensível ao inconformismo que o tornará melhor e alguma oposição está dependente de alguma irresponsabilidade, da demagogia proponente e de às vezes do "perdido por um, perdido por mil".

Só isso justifica que alguma oposição por vezes queira fazer a quadratura do ciclo. Como é que é possível que alguma oposição elogie, anuncie até com regozijo o crescimento económico a nível nacional de 1,4% e logo se esqueça, se faça esquecida, quando o crescimento aqui nos Açores é de 2% ao nível do seu PIB?

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Como é que é possível que alguma oposição permanentemente apregoe o caos orçamental, a falência do Setor Público Empresarial e proponha reduções de impostos, esquecendo-se que aqui já são mais baixos do que no continente e um dos mais baixos da Europa?

Volto a repetir: como é que é possível que alguma oposição queira aumentar as prestações sociais, mas ao mesmo tempo apoie cortes nas mesmas prestações sociais através da redução de impostos?

Deputado Marco Costa *(PSD):* É o estudo de humildade!

O Orador: Como é que é possível que alguma oposição apele ao diálogo e à humildade democrática do PS, apresentando propostas de alteração ao Plano e Orçamento, como o PSD, mas à partida, antes do início do debate renega este mesmo diálogo e afirma que irá votar contra independentemente da forma como o PS dialogar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* É o que os senhores fazem na República!

Deputado Miguel Costa *(PS):* Muito bem!

O Orador: Pois bem! A essas contradições podem sempre contar connosco para contra-argumentar.

Às acusações políticas que nos fazem, sabem sempre que responderemos como por exemplo ao nível da situação financeira da Região; às acusações políticas que nos fazem, sabem sempre que responderemos com humildade democrática e já de vez com os dados do Instituto Nacional de Estatística, com os dados do Banco de Portugal, com os dados do Eurostat, com até afirmações de economistas da área do PSD.

Por ultimo, às boas propostas apresentadas neste Parlamento, nós responderemos como sempre o fizemos, …

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Vamos ver!

O Orador: … aliás o CDS é boa testemunha disso …

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Vamos ver! Cá estamos!

O Orador: … nós responderemos como sempre o fizemos. As boas propostas devem ser aprovadas! Este é o compromisso do PS, de apresentar aqui boas propostas, de conversar com os partidos aqui presentes, no sentido de melhorar este Orçamento e de conseguirmos que ele possa melhorar efetivamente a vida dos cidadãos.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ouvi aqui dizer que este era o primeiro Orçamento desta Legislatura.

Deputado Francisco César *(PS):* É um facto!

O Orador: Poderia dizer, e vou dizer, que este é o 20.º Plano e Orçamento da Região, apresentados por um Governo de um partido que se encontra no poder há quase 7500 dias.

Aquando dos primeiros anúncios oficiais sobre tão importantes ferramentas para o futuro dos Açores, o Presidente do Governo evidenciou um aumento de 19% de investimento público, face a 2013 (já nem o aumento do investimento previsto consegue superar a longevidade socialista no poder!), bem como afirmou que "*o primeiro dos grandes objetivos passa por fomentar a criação de emprego*".

Ora bem. No início de um novo ciclo era de se almejar esperança, capacidade de inovação, dinamismo e prospetiva para um futuro melhor para os Açores e para os Açorianos.

Porém, da leitura que se faz, por exemplo, das OMP's 2017-2020, não se consegue encontrar definido um rumo, nem sequer um objetivo, para o desenvolvimento da Região.

Não há ideias!

A aposta é num conceito novo, no "emprego integrado"… Mas o que o "emprego integrado", perguntamos nós?

É o emprego subsidiado que ocupa milhares de Açorianos? É esse o futuro dos Açores?

Não há uma visão estratégica sobre a coesão social e territorial dos Açores; não se encontra esperança no desenvolvimento de um Serviço Regional de Saúde mais eficiente e humanizado.

Em síntese, pela análise às OMP's 2017-2020 tiramos uma conclusão, como diz o povo: "conforme o toque, assim será a dança"!

Passemos então a uma sucinta análise do Orçamento:

Aumenta o emprego público e, como prometido no debate do Programa do Governo, trás um acentuado aumento de impostos – disfarçado de uma suposta preocupação com o serviço regional de saúde.

Até pode ser! Mas a preocupação não é com os doentes; é com as cada vez maiores dívidas dos Hospitais e sobretudo da anacrónica SAUDAÇOR.

Olhemos então para o Plano de Investimentos.

Grande prioridade governativa: o emprego!

No entanto, o que assistimos é a uma parte substancial de emprego público e subsidiado, ainda assim com uma redução de verba de cerca de 200 mil euros, face a 2016.

Nos setores produtivos – agricultura e pescas, setores que no espaço de uma década perderam metade da sua população empregada (30% em 2007, contra 15% em 2016) – a redução é superior a 5,6 milhões de euros de investimentos. À agricultura, face ao ano passado, retiram-se 4 milhões e às pescas 1,6 milhões.

Até no Turismo, os socialistas cortam em 2017. Porque houve uma retoma do setor, é verdade, e por isso deve-se pensar que a aposta está ganha e que nunca mais voltará para trás. Este ano prevê-se investir menos 1,3 milhões.

Olhemos para os setores sociais: a Educação, ganhou a cultura e perdeu a ciência e terá menos 6 milhões em 2017 do que teve em 2016. Deve ser prova de sucesso?!

Prova de que os graves problemas sociais, económicos e financeiros das famílias açorianas ainda não passaram é o aumento das verbas previstas para ajudar alunos carenciados, a ação social escolar.

O desenvolvimento do sistema de saúde baixa 4 milhões, destacando-se um aumento no pagamento da renda do novo hospital da Terceira.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com base em algumas destas preocupações que o CDS vai apresentar propostas de alteração aos documentos ora em apreciação.

Defendemos a criação do "CIRURGE - Plano Urgente de Cirurgias". Estamos a falar de um plano para realização extra cirurgias, extra SIGICA e Vale Saúde, visando o combate imediato às listas de espera das

especialidades mais críticas, nomeadamente aquelas em que os doentes estão em espera superior há 18 meses. Não existe em nenhuma parte do País!

Entendemos ser fundamental aumentar em 10% o complemento açoriano ao abono de família para crianças e jovens (boa proposta dos governos socialistas), passando este complemento para mais de 16 euros.

Proporemos também a criação do Orçamento Participativo da Região, facultando aos cidadãos o poder de decisão direta sobre a utilização de verbas públicas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Chegamos assim a esta discussão, como sempre, aliás, sem pré-anúncios de votos, nem dogmas que nos impeçam de ver melhoradas as políticas públicas regionais.

Primeiro analisamos; depois debatemos; por fim decidimos.

No entanto, há uma coisa que não podemos deixar de exigir: que o Governo e a maioria que o suporta, deem cumprimento ao que prometeram e cumpram com aquilo que aprovaram nesta Assembleia, Sr. Deputado Framcisco César.

Deputado Francisco César *(PS):* Eu não cumpro nada!

O Orador: Não vale a pena termos um Secretário da Educação que não prevê investir um cêntimo num regime de empréstimo de manuais escolares, proposto pelo CDS e aprovado por esta Assembleia, mas ir pavonear-se para TVI de implementar nos Açores um sistema único no País e ousar, até, ceder o sistema à República.

Deputado José San-Bento *(PS):* Vá falar com a Cristina Ferreira!

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem!

O Orador: Eu sei que tem graça, Sras. e Srs. Deputados, mas é mais para chorar!

Deputado André Bradford *(PS):* O senhor é que tem graça!

O Orador: Nunca como agora se viu esta Assembleia aprovar uma proposta para recuperar a Lancha Espalamaca e depois ouvirmos um Secretário da Educação e Cultura dizer que cede o casco e quem quiser que lhe meta o motor.

Nunca como agora se viu este Parlamento aprovar uma proposta para potenciar e preservar a história das comunicações do Faial e ouvir-se um Secretário dizer que isto se há de fazer para 2020…

Ousado, Senhor Secretário, não é ceder algo que não é seu; ousado é faltar à verdade e capitular na honestidade política e intelectual.

Nunca no passado, como hoje, se assistiu à usurpação do cunho autoral das propostas da oposição!

Não queremos acreditar que seja cansaço ou falta de criatividade…

Estamos aqui para debater, frontal e abertamente;

Criticaremos, mas proporemos alternativas;

Queremos Dar Valor aos Açores.

Assim queira a maioria e o seu Governo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados do CDS/PP: Muito Bem! Muito Bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Viveiros.

Deputado António Viveiros *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As propostas de Orientações a Médio Prazo 2017-2020, de Plano e Orçamento para 2017 são documentos que representam a continuidade das politicas até aqui executadas, com os resultados que os açorianos conhecem e enfrentam no seu dia a dia.

Estamos perante mais do mesmo.

O Produto Interno Bruto da Região entre 2011 e 2015 manteve-se praticamente estagnado. Tendo, em principio, em 2016, crescido 2%, de acordo com dados recentes, ainda assim não retira da estagnação no período, sendo certo que o crescimento do turismo terá sido a causa quase exclusiva desse crescimento.

Em relação à média nacional, o PIB per capita da Região estava, em 2015, inferior ao que se encontrava em 2012 (91% e 89%).

Entre 2012 e 2015, a dívida global do sector público regional, tal como definida pelo Tribunal de Contas, cresceu 26,5%, atingindo 2.042 milhões de euros.

Este valor, adicionado às responsabilidades decorrentes das Parcerias Público Privadas, atingiu 2.603 milhões de euros. Isto é, quase 70% do PIB regional.

Depois de investidos no período 2013-2016 cerca de 1.500 milhões de euros de verbas dos Planos, a economia continua estagnada, e a divida pública regional continua a crescer.

E continuamos a não convergir com a União Europeia. Segundo o Instituto Nacional de Estatística, o PIB dos Açores passou de 70,6% da média da União Europeia, em 2012, para 68,2 %, em 2015.

A solidariedade europeia e nacional não falhou durante estes anos. O que falhou foi a governação socialista da Região.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Entre 2013 e 2016, os Açores receberam mais de 800 milhões de euros da União Europeia. E, ao abrigo da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, receberam mais de 1.000 milhões de euros de transferências do Orçamento do Estado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O emprego continua a ser preocupante e com sinais contraditórios.

Embora tenha havido uma melhoria da taxa de desemprego entre 2012 e 2016, há que reconhecer que existem dados preocupantes nesta matéria.

A população ativa masculina decresceu quase 5%; isto é, cerca de 3.400 pessoas.

No grupo etário dos 15-34 anos, o número de ativos baixou em quase 6.000 e os empregados baixaram em 1.000.

A criação de emprego foi maioritariamente emprego feminino, sendo certo que no emprego masculino o crescimento foi muito baixo.

Os açorianos em programas ocupacionais quadruplicaram. Passou de 1.738 para 7.105.

Ninguém se deve contentar com tão grande número de açorianos a socorrerem-se de programas ocupacionais, para viverem uma vida de precaridade, de ansiedade, de incerteza quanto ao futuro.

A Agenda para o Emprego e Competitividade não proporcionou nem emprego condigno e sustentável nem competitividade. Falhou redondamente, mas aposta-se na mesma estratégia que poucos ou nenhuns resultados positivos trouxe.

Aliás, o recente Relatório de Competitividade Regional da Comissão Europeia diz-nos claramente que andamos a trilhar o caminho errado. Passamos do lugar 228, em 2013, para o lugar 234. Estamos a arrepiar caminho no nosso desenvolvimento, na competitividade da nossa economia.

Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os indicadores sociais da Região continuam preocupantes.

Em 2012, tínhamos 7.789 famílias a socorrerem-se do Rendimento Social de Inserção e no final de 2016, tínhamos 8.490 famílias. Um triste aumento de 10,4% quando a nível nacional baixou quase 18%.

É uma situação que devia envergonhar qualquer politico, qualquer governante, qualquer cidadão da nossa Região.

Sras. e Srs. Deputados:

Esta é a realidade que resultou da governação socialista que teve como suas as opções políticas e económicas contidas nas Orientações a Médio Prazo 2013-2016, opções que agora, de forma idêntica, se repetem para o próximo quadriénio. O que então não resultou, dificilmente terá no futuro resultados diferentes.

As propostas em discussão não se apresentam como um novo caminho na política económica e social que possa dar esperança aos Açorianos e ao seu tecido empresarial.

Por isso, são generalizadas as críticas e os pareceres negativos, desde organizações sindicais a associações empresariais dos diversos sectores.

Há um fio condutor, ao longo das últimas décadas, que tem condicionado negativamente a economia açoriana: o crescente peso do sector público na economia e o consequente definhar do tecido empresarial.

E sem a inversão deste paradigma, dificilmente encontraremos, coletivamente como geração, o caminho que possa contribuir para o crescimento económico sustentado.

A recente recusa por parte do Partido Socialista em aceitar a reposição do diferencial fiscal de 30% na taxa normal do IVA, tal como proposto pelo PSD, foi mais um episódio que demonstra a recusa na procura de um caminho diferente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* É o que se chama tentar esconder a história!

O Orador: Mas a introdução deste tema em discussão, por parte do PSD, contribui seguramente para que as associações empresariais e sindicais tivessem apresentado uma proposta de pacote fiscal englobando, para além do IVA, também o aumento do diferencial fiscal para 30% no IRC e para 25% no 3º escalão do IRS.

O anúncio da proposta dos Parceiros Sociais mereceu, num dia, a aprovação do Presidente do Governo, para no dia seguinte remetê-la para um estudo por uma "entidade externa especializada". Está tudo dito. Os açorianos já sabem aonde isto vai chegar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os documentos que estamos aqui a apreciar pecam por falta de credibilidade.

No período 2013-2016, o nível de execução dos Planos de Investimento não deverá ultrapassar, os 75%, ficando por executar mais de 400 milhões de euros que tinham sido discutidos aqui nesta Casa.

Face a tão baixas taxas de execução passadas, nada nos garante que as atuais Orientações a Médio Prazo 2017-2020 e o Plano 2017 não sejam mais do mesmo.

Estes documentos pecam por falta de realismo. Quer quanto ao financiamento disponível, quer quanto à capacidade de execução.

Vamos estar aqui a aprovar projetos e medidas que afinal, pelo menos parcialmente, não terão qualquer consequência.

Para além disso, vão ser aprovados projetos e medidas que têm claramente natureza de despesas de funcionamento. Não que o Tribunal de Contas já não tenha chamado a atenção do Governo para este "truque". Incluir no Plano programas como "deslocação de doentes" ou "vale saúde"desvirtua verdadeiramente a natureza do Plano de Investimentos. É uma afronta a todos nós que fomos eleitos pelos açorianos. É uma afronta à transparência na gestão dos dinheiros públicos.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: A bem da transparência e da avaliação posterior pelos eleitores, tal como é pratica comum em qualquer governo democrático,

quando um Governo se propõe investir verbas tão significativas, como contemplado nas Orientações a Médio Prazo 2017-2020, cerca de 3.000 milhões de euros, é fundamental que se apresentem estimativas dos resultados que se esperam obter, as metas e indicadores mensuráveis, um cenário com quantificação das principais variáveis macroeconómicas.

É inaceitável que este governo não adote esta prática. É inaceitável que os açorianos não possam, posteriormente após a execução, com transparência avaliar e julgar os seus governantes.

Só assim seria possível avaliar o bom ou o mau desempenho, só assim se praticaria o exercício democrático do poder, só assim verdadeiramente se contribuiria para valorizar o regime autonómico.

Disse.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional *(Sérgio Ávila):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta abordagem gostaria de, em primeiro lugar, cumprimentar todos os Srs. Deputados que fizeram intervenção, uma parte substancial delas não era no âmbito da intervenção que deu origem a essas intervenções, mas de qualquer maneira ouvimos atentamente tudo aquilo que foram as questões colocadas.

No entanto, penso que há um registo que é fundamental ficar deste início de debate que são as realidades que felizmente nós estamos confrontados no momento em que discutimos este Plano e Orçamento.

Primeiro, efetivamente a retoma do crescimento económico nos Açores é, em termos reais, superior àquele que se verifica a nível nacional, temos vindo sucessivamente a crescer a um ritmo cada vez mais elevado em termos de atividade económica e esse crescimento económico tem tido reflexos muito importantes na criação de emprego. É bom lembrar que hoje temos mais 8 938 açorianos empregados do que tínhamos há dois anos atrás.

Permitam-me que vos diga que esse mérito para esse grande crescimento do emprego não é do Governo dos Açores, este mérito é das empresas, é dos trabalhadores que se qualificaram, é das empresas que investiram e que apostam no futuro da nossa Região.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias)* e **Secretária Regional da Solidariedade Social** *(Andreia Costa):* Muito bem!

O Orador: O Governo fez aquilo que lhe competia. O Governo ajudou a criar condições para que as empresas confiassem, fizessem mais investimento, para que os trabalhadores tivessem mais qualificação para que hoje possamos ter, felizmente, mais 9 000 açorianos a trabalhar do que há dois anos.

E vamos de uma vez por todas dar o mérito a quem o deve, o mérito é dos açorianos, dos trabalhadores e das empresas e quem atribui este crescimento do emprego aos programas ditos ocupacionais, basta ir às estatísticas, que o desmente.

De 2014 a 2016, há um conjunto de ocupados, que é muito do que programas ocupacionais, mais 2 176 açorianos. Mas há mais 8 938 açorianos empregados, portanto esta realidade demonstra que mesmo que esses ocupados estivessem a trabalhar, além disso houve mais 6 900 açorianos a trabalhar que não têm nada a ver com esses programas.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* A trabalhar e verdade! Empregados é que …

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Nós com toda a análise construtiva, estamos aqui para analisar todas as propostas, mas permitam-me que faça também um apelo para que as propostas tenham alguma coerência.

Assistimos agora à intervenção do Sr. Deputado do PSD a criticar o Plano e o Orçamento por no Plano estar uma despesa como o Vale Saúde, que é no fundo uma despesa …

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Isso é um investimento!

O Orador: Que é um investimento!

… que acha que não deve estar no Plano de Investimentos, que visa apoiar a dinamização do combate às listas de espera de cirurgias, através da disponibilização de apoios para que os utentes o possam fazer no privado.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* A deslocação de doentes também é um investimento!

O Orador: Curiosamente, o mesmo PSD que acha que o Vale de Saúde não deve estar no Plano, é o mesmo partido que propõe reforçar o

combate a listas de espera no mesmo Plano, ou seja a incoerência é absolutamente total porque a tipologia da despesa é exatamente a mesma.

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados do PSD)

O Orador: Eu não estou a dar razão a ninguém, eu só estou a falar de incoerência. Se o Vale de Saúde não pode estar, a dotação para combate a listas de espera também não pode estar.

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…
O Orador: Se o Vale de Saúde pode estar, o combate a listas de espera também pode estar, têm é que se entender! Não podem querer uma coisa e exatamente o contrário no mesmo momento.
Segunda questão que para mim é essencial.
Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Aliás eu já lá vou à vossa produção acrescida!
O Orador: Efetivamente nós temos feito, essencialmente os açorianos têm feito nos últimos dois anos, um enorme esforço para vencer as adversidades, para ultrapassar os obstáculos e temos os resultados apresentados pelo INE, por todas as instituições e podemos hoje dizer que todos temos essa consciência, estamos claramente melhor do que estávamos há dois anos.

Não estamos tão bem como queremos, não estamos tão bem como estaremos, mas estamos claramente melhor do que estávamos há dois anos.

Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro):* Muito bem!

O Orador: E para que isso continue a acontecer, é preciso que todos possamos dar as mãos e é particularmente preciso que todos reforcem esta confiança que se sente nos Açores.

Permitam-nos, não é contributo para essa confiança, citar como fez o Sr. Deputado do PSD nesta intervenção, o Índice Europeu de Competitividade Regional de 2016, como uma afirmação de exemplo de mau caminho para os Açores, porque se o Sr. Deputado lê-se esse mesmo relatório na sua página 3.ª, dizia que a Comissão Europeia no relatório alerta, e passo a citar: "conforme o referido no art.º 174.º do Tratado sobre o funcionamento da União Europeia, leia-se regiões ultraperiféricas, tem características específicas, as quais não são captadas por este índice de competitividade regional. Diz a Comissão Europeia isto deve ser tido em conta quando são analisados os resultados do Índice Europeu de Competitividade para as regiões ultraperiféricas e quando é efetuada, repito, a sua comparação com as outras regiões".

Deputado João Costa *(PSD):* Foi o que eles fizeram…

Não é isso que está aí! Não é isso que se vê aí!

O Sr. conseguiu ler uma coisa e tirar uma conclusão diferente.

O Orador: É a própria Comissão Europeia que diz do mesmo relatório, página 3, que esse índice não pode ser aplicado às Regiões ultraperiféricas. Acho que é puxar os Açores para baixo quando se alega esse índice para criticar o desenvolvimento da Região.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não é isso que está aí!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Dou só um exemplo prático de como este índice, que todos irão perceber, não pode ser aplicado às regiões ultraperiféricas: um dos critérios que compõem a avaliação deste índice, no âmbito das infraestruturas, e que é valorizado, é a percentagem de quilómetros de linha férrea em alta velocidade. Ora bem, que eu saiba as regiões ultraperiféricas não podem ter linhas férreas em alta velocidade, penso eu!

Portanto, não pode este índice ser analisado.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Há 3 anos não havia linhas férreas e desceu!

O Orador: Mas isso são apenas duas correções que permita que eu faça, porque o mais, mais importante, o que é importante neste debate, é nós todos aqui pormos acima de tudo aquilo que nos une; o contributo que pretendemos para desenvolver os Açores; a disponibilidade que temos para fazer sempre mais e melhor; a consciência que temos das dificuldades que já vencemos, mas das dificuldades que temos para vencer; dos obstáculos que já ultrapassámos pelos açorianos e dos obstáculos que pretendemos ultrapassar e seremos tão mais capazes, tão mais eficazes e tão mais concretos em vencer estes desafios com os açorianos, se esse esforço não for apenas de um Governo e de uma bancada, se esse esforço for partilhado como os açorianos anseiam por todos ao partidos políticos.

É para isso que aqui estamos, é esse desafio que iremos continuar a vencer!

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: Orgulhosos do caminho que percorremos! Conscientes do que falta fazer! Mas com uma enorme ambição e com enorme vontade de, tendo ultrapassado o que já ultrapassámos, tendo vencido o que já vencemos, continuar a vencer, a bem dos Açores e a bem dos açorianos!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 12 horas e 15 minutos.

Eram horas 11 e 59 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

Eram horas 12 e 25 minutos.

Presidente: Vamos então continuar com o debate.

Está inscrito o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, o Sr. Vice-Presidente na sua intervenção aludiu ao processo de integração dos funcionários públicos que decorrerá durante o ano de 2017.

O PSD concorda com a integração dos funcionários públicos, mas defende também regras transparentes e claras para essa integração.

Na Proposta de Orçamento que hoje discutimos, o art.º 7.º que contempla essa integração deixa no âmbito discricionário de um Membro do Governo demasiadas situações, como por exemplo, não refere claramente o tempo que medeia entre a entrada em vigor do Orçamento e o desencadeamento do processo de integração dos funcionários públicos.

Não define com clareza, também, aquilo que se entende como necessidade permanente na administração pública.

O PSD vai apresentar uma proposta de alteração ao art.º 7.º, precisamente para clarificar, para dar transparência a todo esse processo de integração dos funcionários públicos.

Vai apresentar uma proposta de alteração que visa clarificar a situação dos funcionários que não desempenhem funções consideradas permanentes na administração pública e que sejam fundamentadas por despacho do dirigente máximo do serviço.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Vai também apresentar uma proposta de alteração que determina como prazo máximo de 60 dias, após entrada em vigor do Orçamento, o desencadeamento do processo de integração dos funcionários públicos.

Finalmente, Sr. Vice-Presidente, duas perguntas:

Primeira pergunta: o Governo ouviu os sindicatos em relação à integração dos funcionários públicos?

Segunda questão: o Governo enumera os requisitos para que os funcionários públicos estejam habilitados a concorrer a esse processo de integração, são requisitos cumulativo, sendo que um deles é o horário de trabalho completo.

Ora, Sr. Vice-Presidente, a minha pergunta é: um horário de trabalho não completo, poderá ser até 30 horas, por exemplo, quantos funcionários públicos, tendo todos os outros requisitos para serem integrados na administração pública e apenas porque não têm horário completo, ficam de fora desta integração?

Muito obrigado, Sra. Presidente?

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS/PP)*: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não contava, naturalmente, intervir nesta fase, mas como fizeram referência a uma coisa que me é muito querida e é querida aos CDS e aos açorianos que sofrem e estão doentes, que é o Vale Saúde, eu queria aqui reforçar que o Vale Saúde é uma medida excelente, extraordinária, para quem precisa e o Decreto Legislativo Regional que o aprova, foi aprovado nesta Casa por unanimidade e refere exatamente onde devem estar as verbas.

Mas, eu queria só lembrar uma coisa: a mim não me interessa onde é que está a verba ou deixa de estar. A mim interessa-me é que haja um

investimento na redução das listas de espera e não vir com pormenores, se está no Orçamento, ou se está no Plano. O que interessa aos doentes é ter meios e os hospitais terem meios para reduzirem as listas de espera.

Mas faço-lhe lembrar aqui também, que já aqui ando há algum tempo, que os sistemas de produção acrescida que foram implementados nesses hospitais, nomeadamente no Hospital de Ponta Delgada, a consequência foi o aumento brutal das listas de espera.

Portanto, ficou provado que a produção acrescida, que é defendida particularmente pelo PSD, por si só, não resolve o problema das listas de espera. Por si só, não resolve o problema das listas de espera!

O que aconteceu foi o aumento das listas de espera sempre e até de umas alturas que eu aqui alertei ao Governo Regional, quando reforçaram a verba para a produção acrescida, no ano a seguir, no Hospital de Ponta Delgada, a lista de espera normal acrescentou. E porquê? Porque não foi controlada a produção no horário de trabalho normal, ou seja, uma coisa substitui a outra e não se produziu o que se tinha que produzir no horário normal de trabalho.

Portanto, um meio alternativo fora do hospital, complementar à produção normal, como é o Vale Saúde, bem aplicado, bem dito, é um instrumento de importância e da maior relevância sobretudo para acabar com o sofrimento dos açorianos, esteja a verba no Plano ou no Orçamento ou nos orçamentos dos hospitais ou no bolso de cada um dos açorianos, para pegar no seu vale Saúde e ser operado onde quiser.

O problema de verba, para mim, não é isso.

Mais, nem sequer considero uma despesa, considero o Vale Saúde um investimento na saúde para prevenir a doença e o sofrimento dos açorianos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Graça Silveira *(CDS/PP):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Eu bem sei que me vou repetir, mas não me importo e não me importo porque a democracia não é do Governo, nem é do Partido Socialista.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: A democracia nunca foi, nem nunca poderá ser da ditadura da maioria e os senhores gostam de ser o partido da maioria, e de ser oposição simultaneamente, e sempre que se toca com o dedo na ferida o que vem desse lado a técnica é sempre a mesma: arrogância e prepotência!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Os senhores dão-se ao luxo de regozijar o sentido de voto que já foi anunciado desta bancada, como se fossem o exemplo e não o são.

Deputado Miguel Costa *(PS):* E os açorianos não contam?

A Oradora: Vamos recordar o sentido de voto que o PS tem tido, quer na Região, quer na República.

Na República, em 2012 – abstenção;

Entre 2013 e 2015 – o Partido Socialista votou contra o Orçamento de Estado e apresentou propostas de alteração.

Na Região, enquanto oposição, entre 82 e 96, o Partido Socialista votou contra os documentos orçamentais e foi apresentando sempre propostas.

Na Câmara de Ponta Delgada, a maior Câmara desta Região, o PS é oposição e como é que tem sido o sentido de voto?

Em 2014 – abstenção;

Entre 2015 e 2017 – contra, sempre com propostas de alteração.

Portanto não estamos aqui a fazer nem a dar nada de novo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Analisemos ainda o que os senhores fazem com as nossas propostas.

Dois exemplos: o Centro de Leite de Lacticínios, os senhores chumbaram e depois fizeram-no;

O Gabinete de Representação em Bruxelas, os senhores chumbaram e depois fizeram-no.

Bem, os senhores querem que o maior partido da oposição esteja aqui para bater palmas às vossas falhas, mas não estamos aqui para isso e quando algo corre mal, a culpa nunca, mas nunca, é dos senhores.

De quem é a culpa da fuga de informação relativamente aos dados pessoais dos 230 000 açorianos inscritos no Serviço Regional de Saúde? De quem é a culpa?

Deputado André Bradford *(PS):* É minha!

A Oradora: Lamentamos que apontem sempre para terceiros as responsabilidades por isto.

Está comprovado que estes mesmos dados foram disponibilizados através da conta de um utilizador do funcionário da ARS do Alentejo.

Deputado Francisco César *(PS):* Um funcionário?!

Se o Sr. Presidente não fica incomodado com o facto do seu nome estar na lista, eu fico! A minha família também! Tenho a certeza que muitos açorianos também ficarão!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: De quem é a culpa da redução de financiamento às empresas? Não é do Governo, é da banca! É sempre da banca e nunca do Governo!

O PS quer exterminar a oposição, mas o PSD não vai deixar. O PSD é uma alternativa e estamos aqui para isso!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, algumas perguntas simples e diretas por manifesta falta de tempo.

Primeira questão: está o Governo Regional disponível para que os trabalhadores a recibos verdes, na Administração Regional, sejam integrados ao fim de dois anos, como todos os outros identificados na proposta do Governo e não ao fim de três, conforme o Sr. Presidente também referiu na sua intervenção?

Segunda: no caso de os candidatos verem recusada a sua integração, admite o Governo capacidade de recurso destes trabalhadores, analisada por uma comissão paritária, entre representantes do Governo e dos respetivos sindicatos?

Terceira questão: aceita o Governo Regional a integração dos docentes com três e mais anos de serviço, com contratos sucessivos?

Outra questão: aceita o Governo Regional acabar com a contratação de enfermeiros ao abrigo do Estagiar L, medida que nós consideramos uma exploração inadmissível, uma inconstitucionalidade gritante e uma menorização da profissão de enfermeiro?

Outra questão: aceita o Governo Regional no setor privado uma norma que imponha a que as empresas apoiadas com dinheiros públicos sejam obrigadas a garantir que 75% da sua força laboral tem contratos sem termo?

Algumas questões, para algumas respostas.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Dou agora a apalavra ao Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Pois bem, Sra. Deputada Mónica Seidi:

Acusa-nos de arrogância, de querermos exterminar a oposição.

Deputado Marco Costa *(PSD):* Constata!

O Orador: Bom, eu peço-lhe desculpa, mas não ouviu a minha intervenção.

Aquilo que nós viemos pedir à oposição, …

Deputado Paulo Mendes *(BE):* Também há uns que são mais sérios.

O Orador: … ou melhor a alguma oposição, é que proponha …

Não, porque não são todos iguais, há uns que propõem, há outros que propõem tudo e o seu contrário.

Deputada Mónica Seidi *(PSD):* O seu discurso teve duas fases!

O Orador: Mas aquilo que nós pedimos é uma melhor oposição, uma oposição que ajude o Governo e o PS a cumprir o seu papel.

Deputada Mónica Seidi *(PSD):* Para depois vocês chumbarem as propostas!

O Orador: Eu percebo, a Sra. Deputada está aqui há pouco tempo …

Deputado João Costa *(PSD):* Esse paternalismo não é arrogância mas é quase!

O Orador: Não, é mesmo um facto! Não é mais do que isso.

… mas a Sra. Deputada vem dizer aqui que o PS chumba as propostas da oposição, deixe-me que lhe diga, eu dou-lhe outros, é que em 20 anos de sucessivos Governos do PS, a Sra. Deputada contará pelos dedos de uma mão, talvez metade dos dedos de uma mão, o número de vezes em que

um Plano de Investimentos da Região, não tenha sido aprovado, pelo menos, com uma abstenção de um partido aqui desta câmara.

Nós, inclusive, já tivemos o PCP a viabilizar também um Orçamento e um Plano; já tivemos o CDS a votar connosco um Plano de Investimentos; …

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Vocês pescam à linha, a gente sabe!

O Orador: … o BE, não me recordo, mas também já viabilizámos propostas do BE e, Sra. Deputada, nós também já viabilizamos propostas do PSD.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: E digo-lhe, nós continuaremos a viabilizar todas as propostas que forem boas para os açorianos, por muito esforço que os senhores façam para que nós não as aprovemos.

Deputada Mónica Seidi *(PSD):* Vamos ver!

O Orador: Em segundo lugar, Sra. Deputada, que preocupação é esta com a Câmara Municipal de Ponta Delgada? Que preocupação é esta? Só porque há eleições autárquicas? Eu percebo que lhe tenham dito isto…

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…

O Orador: … mas o que eu lhe posso dizer é o seguinte, para lhe dar algum contexto: o PS já se absteve em orçamentos municipais da Câmara de Ponta Delgada; o PS já votou contra, mas nós nunca fizemos uma coisa: foi anunciar propostas à orçamento e anunciar previamente que éramos contra!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Não é verdade!!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Em todas as vezes que o fizemos nós sujeitamos ao nosso voto no orçamento …
Não diga que não, é que sim, Sra. Deputada!
… da Câmara Municipal à aprovação das nossas propostas.
Deputado José San-Bento *(PS):* Muito bem! Exatamente!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…
O Orador: Mais, se a senhora tivesse tido o cuidado de verificar, no último Orçamento da Câmara de Ponta Delgada nós, inclusive, fomos recebidos pelo Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, onde afirmamos: "Estão aqui as nossas propostas, se as viabilizarem terão o nosso voto favorável".
Sabe o que é que aconteceu? Nenhuma proposta foi viabilizada, portanto nós votamos contra.
Deputado André Bradford *(PS):* Não me digas!
O Orador: É esta a arrogância do PS? Não, foi isto que o PSD fez, que é um mau exemplo e curiosamente vem aqui a esta câmara dar outro mau exemplo, que é propor o diálogo para fora, mas rejeitar o diálogo, quando nós nos predispomos a dialogar. Não contem connosco para isso! O que podem contar é para analisar as vossas propostas, conversar, se elas forem boas nós iremos viabilizá-las, se não forem, obviamente, serão

rejeitadas. Sabem porquê? Porque é assim que funciona a democracia: sem arrogância, postura de humildade democrática, que é isso que nos faz cá estar.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* É como o Centro de Leite e Lacticínios!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo** *(Sérgio Ávila):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começando pela Sra. Deputada Zuraida Soares e pelas suas sintéticas perguntas que colocou, gostaria de dizer que em relação à abordagem que fez da possibilidade das pessoas que estão com contrato de prestação de serviço, o prazo para efeitos de integração não ser três anos, ser menos, em relação à redução desse prazo nós estamos perfeitamente disponíveis para analisarmos uma proposta nesse sentido, mas desde que tenha uma linha vermelha também, é que não podemos de maneira nenhuma ter o mesmo prazo exato entre as duas situações, mas estamos perfeitamente disponíveis para reduzir essa duração e a proposta que ficar em termos de versão final, seja uma aproximação clara em relação ao modelo do contrato a termo certo, conforme o BE aqui afirmou e vemos com bons olhos, trabalharmos em conjunto uma proposta nesse sentido.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Em conjunto! Ohhh…

O Orador: Em segundo lugar, no recurso, o que refere é que a recusa de integração, se pode haver recurso? Há, o Código do Procedimento Administrativo assim o determina e determina claramente as normas de recurso hierárquico em todas as decisões tomadas na própria administração, quer internamente, quer externamente:

Mas quero dizer-lhe, é bom que isso fique claro, a proposta que nós temos agora é exatamente a mesma proposta que tivemos em 2008, com uma diferença, na de 2008, a legislação de integração era dois anos para contrato a termo certo e quatro anos para contrato de prestação de serviço e a metodologia de execução e de operacionalização dessa integração, é exatamente a mesma que houve em 2008.

Se bem se lembra não houve nessa matéria qualquer problema, não houve nessa matéria qualquer obstáculo e foi um processo, como será gora, perfeitamente normal e eficaz, porque de 2008 para cá houve uma alteração substancial na própria Administração Pública Regional, chama-se SIGRHARA.

Neste momento sabemos em cada momento com base no processamento dos vencimentos mensais dos funcionários públicos quantos são, qual é a sua categoria, que dias trabalham, temos toda a informação sobre a realidade da Administração Pública Regional em cada momento.

Portanto, o essencial da questão nesta matéria é que essa informação não implica, ao contrário por exemplo de uma proposta que o PCP aqui traz, que tem debate nesta Assembleia para fazer um levantamento, eu percebo que no continente esse levantamento seja necessário porque não tem esse sistema, portanto não sabem exatamente em cada momento quantos funcionários são, onde estão, quando é que trabalham.

Portanto nós aqui sabemos isso, felizmente, porque integrámos o processamento de vencimentos e de gestão de todos os recursos humanos da Administração Pública Regional num único serviço e essa informação é automática, automática a cada momento.

Deputado João Costa *(PSD):* Tudo se sabe sobre os Açores, têm os dados de toda a gente.

O Orador: Portanto, nós estamos perfeitamente disponíveis para depois da conclusão do processo, hoje mesmo, ser verificado por quem assim o entender, pela Sra. Deputada, por todos e trazer a esta Casa o resultado final, fundamentado e justificado do mesmo.

Em relação à matéria dos docentes, a Sra. Deputada como sabe essa matéria foi claramente abordada, resolvida e debatida aqui nesta Casa, ainda recentemente.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Foi debatida, não foi resolvida!

O Orador: Não, foi resolvida! Pode não ter sido resolvida conforme era opinião da Sra. Deputada, mas é resolvida assegurando neste momento que estão em igualdades de circunstâncias para os mesmos efeitos, como os restantes funcionários públicos.

Em relação à matéria dos enfermeiros, aí temos uma divergência clara: a possibilidade de os enfermeiros estarem em estágio, Estagiar L, é uma forma de inserção no mercado de trabalho tão legítima como é em relação a um engenheiro, em relação a um licenciado em Direito, em relação a um Gestor, a um Economista, etc.

Portanto, nós estamos a falar de estágios de formação profissional inseridas na qualificação académica. Estamos a falar de uma medida de inserção no mercado de trabalho, onde todos os licenciados devem ser

tratados e incentivados da mesma maneira. Para nós não há licenciados de primeira e licenciados de segunda.

Deputado João Costa *(PSD):* Há os do PS e …

O Orador: Para nós todos os licenciados têm o mesmo direito e têm as mesmas regras de um programa de apoio à sua inserção no mercado de trabalho.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

O Orador: Em quinto lugar, em relação aos 75%.

Os dados que eu apresentei aqui esta manhã, a Sra. Deputada deve reconhecer ao Governo dos Açores, não só legitimidade, mas esse mérito.

Nos últimos dois anos, o aumento dos funcionários públicos que entraram na Administração Pública Regional, 75% exatamente, 333 em 446 foram integrados no quadro e foram para o quadro de pessoal.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Empresas!

O Orador: Em relação à matéria das empresas, a nossa solução conforme já tivemos o debate aqui no Programa do Governo, é criar um programa Integra Estável, onde passará a incentivar e a apoiar as empresas na criação de emprego, quando esse emprego for transformação de contrato a termo e contrato sem termo, ou quando for a contratação diretamente para o quadro das empresas.

Eu penso que neste momento mais do que estar a penalizar quem não o faz (quem não o faz cumprindo a legislação laboral, atenção, cumprimento rigoroso da legislação laboral), o que devemos fazer é um incentivo às empresas para que o façam, não ser numa perspetiva punitiva, não é punitiva no sentido de redução de apoio, é punitiva no sentido se não houver cumprimento da lei, mas numa iniciativa de incentivo e de valorização e discriminação positiva a quem o fizer.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado Bruno Belo, do PS, em relação aos 60 dias para concluir o processo, oh Sr. Deputado, 60 dias até é muito! Com o sistema de gestão integrada dos funcionários públicos da administração regional, 60 dias até é um prazo que esperemos em menos tempo ter esse processo claramente concluído.

Deputado Bruno Belo *(PSD):* Muito bem!

Deputado João Costa *(PSD):* Então já temos uma proposta aprovada!

O Orador: Segundo aspeto, em relação a uma componente entre o contrato e outro, se é *e* ou *ou,* quero dizer que a nossa interpretação clara, e é o que está nesta proposta, é *e*, ou seja é a conjugação das duas partes, …

Deputado Bruno Belo *(PSD):* São cumulativas!

O Orador: … portanto se tiver uma parte em recibo verde, outra parte em contrato de prestação de serviços, somam-se as duas componentes e é do resultado das duas componentes que irá dar o prazo e não separadamente, se isso for contínuo ou se não houver um intervalo maior do que aquele que está aqui definido.

Portanto, essas questões estão claramente contempladas e essa preocupação está contemplada na proposta aqui apresentada.

Sobre a … (agora tenho que perceber a minha letra) …

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Isso é como as suas contas!

(Risos do Deputado Duarte Freitas)

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Isso também me acontece.

O Orador: … situação em que não tem horário completo, não é?

Em relação à existência do horário não completo, uma necessidade permanente assenta no exercício de um horário completo.

Nós temos muitas prestações de serviço que têm a ver como, por exemplo, manutenção de instalações elétricas nas escolas, manutenção de sistemas de elevadores e outros equipamentos, que evidentemente não correspondem a situações nem de horários completos, nem de necessidades. É uma necessidade permanente específica, mas é uma necessidade permanente específica que não justifica nem de perto, nem de longe, um horário completo.

Portanto, sobre essas matérias a identificação é claramente no contexto que nós definimos e o exercício permanente uma atividade permanente e com horário que consideramos completo.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo** *(PSD):* Sra. Presidente, sras. e srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e srs. Membros do Governo:

Apenas um esclarecimento, Sr. Vice-Presidente, em relação ao horário completo: então diga-me quantos funcionários não vão poder integrar os quadros da administração pública por causa deste requisito que não é cumprido?

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** *(Sérgio Ávila):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O apuramento exato dos números de funcionários em cada uma das situações decorre conforme está na proposta da data em que é publicada esta mesma Proposta de Decreto Legislativo Regional, no sentido em que do mesmo decorre a data para contar os prazos referentes a dois anos, ou do período. É a partir dessa data, portanto qualquer quantificação só poderá ser feita exatamente no momento em que este decreto for publicado.

Segunda questão, em relação a quantos? A nossa ideia é nenhum! Nenhum que cumpra uma necessidade permanente e tem um horário compatível com essa necessidade permanente, nenhum ficará de fora.

Agora, o que não ficará é evidentemente como toda a gente compreende, contratos de prestação de serviços que têm a ver com intervenções pontuais, quer seja instalações elétricas, sistemas informáticos, equipamentos de elevadores, etc., esses são os que ficarão de fora.

De resto, tirando essas situações, desde que corresponda à necessidade permanente e o horário assim o identifique quando essa questão existe, em termos de contrato a termo certo, nós teremos evidentemente isso em consideração.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Sr. Vice-Presidente, foram ou não ouvidos os sindicatos no processo de integração?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** *(Sérgio Ávila):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bruno Belo, o Sr. Deputado Bruno Belo vem pedir-me a mim que eu lhe responda se foram ouvidos os sindicatos, num processo cuja competência legislativa é da Assembleia Legislativa Regional e cuja audição aos sindicatos é feita nos termos da lei, por esta Assembleia, e foi conforme se comprova por aquilo que foi inclusivamente publicado na imprensa, portanto os sindicatos foram ouvidos nos termos da lei pela Assembleia Legislativa Regional, tendo em conta que a competência legislativa desta matéria é da Assembleia Regional.

Permita-me, que se acha que não é assim está a entrar numa contradição, numa enorme contradição.

O PSD não foi o partido que criticou o Governo da República, por ter feito um acordo de baixa da TSU na concertação estratégica, sem ter competência para isso, que era uma matéria de competência da Assembleia da República? E criticou o Governo da República por ter chegado a um acordo e ter negociado com os sindicatos uma matéria que não era da competência do Governo, não quer que agora exija ao Governo Regional que faça aquilo que o PSD criticou exatamente ao Governo da República por ter feito!

Deputado Miguel Costa *(PS):* Muito bem!

Deputado Bruno Belo *(PSD):* Os parceiros da geringonça também criticaram!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

De momento a Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições.
Vamos então avançar para as intervenções de tribuna.
A primeira é do Sr. Deputado Carlos Silva, do PS.
Deputado Carlos Silva *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:
A atividade económica na Zona Euro tem vindo a apresentar sinais de franca recuperação com o crescimento das exportações de bens provenientes da indústria e da procura de serviços.
Esta retoma é comprovada pelo crescimento em 2016 do PIB da Zona Euro, em mais de 1,7%, sobretudo devido a países como Espanha e Alemanha que cresceram acima da média europeia.
A economia portuguesa também apresenta já sinais de recuperação, com o crescimento anual do PIB de 1,4%, beneficiando assim do forte crescimento no último trimestre na ordem dos 2% e acima da média europeia.
Deputado André Bradford *(PS):*Muito bem!
O Orador: No que diz respeito à economia açoriana os sinais de retoma são já mais que evidentes, sendo que nos últimos três anos o PIB real dos Açores tem crescido significativamente, repito, significativamente, passando de 0,7% em 2014, para 2% em 2016, ficando novamente acima da média nacional e acima da média europeia.
Deputado André Bradford *(PS):*Muito bem!

O Orador: Se isto é estagnar, como referem alguns Deputados, então o que é que significa crescer, quando se cresce acima da média nacional e acima da média europeia?

Em 2016 a Região conseguiu alcançar o nível mais alto de crescimento económico dos últimos sete anos, o que é bem visível através de aumento de indicadores como a venda de cimento, o número de dormidas e proveitos do turismo, o abate de carne, o consumo de eletricidade e a venda de automóveis nossos (só para dar alguns exemplos).

Assiste-se assim a um crescimento económico dos Açores cada vez mais consistente e consolidado, alicerçado na criação de emprego e na progressiva redução da taxa de desemprego, que se situa nos 10,4% no final de 2016, sendo já inferior à média nacional e tendo beneficiado da forte redução da taxa de desemprego jovem.

A este respeito importa ainda realçar o aumento da população empregada nos Açores nos últimos 4 anos, que aumentou em mais de 8 000 pessoas, o que contraria em muito os argumentos apresentados por alguma oposição que teima em puxar a Região para baixo.

Acresce que o PIB per capita nos Açores atingiu os 15,4 mil euros, em 2015, ou seja, numa década aumentou mais de 15%, contrariamente aquilo que referem os Deputados do PSD.

Isto comprova uma vez mais a evolução dos Açores e a sua aproximação às regiões mais desenvolvidas do País e da Europa.

Tudo isto são factos e não meras opiniões.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É também um facto que os Açores têm já os impostos mais baixos do país, sendo um dos maiores ativos da Região e que deve ser

preservado e isto deve-se à capacidade demonstrada pelo PS e por este Governo, em conciliar impostos mais baixos com finanças públicas equilibradas, o que merece ser realçado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Proposta de orçamento Regional para 2017, no valor global de 1509 milhões de euros, apresenta um investimento público no montante de 775 milhões de euros, dos quais 67% são da responsabilidade direta do Governo Regional.

Esse Orçamento traduz assim uma forte aposta no fomento do crescimento económico, no aumento da competitividade empresarial e na criação de emprego, mantendo sempre como objetivo estratégico a sustentabilidade e consolidação das finanças públicas regionais.

Exemplo desta consolidação é o facto das despesas de funcionamento da administração regional, no valor de 688,6 milhões de euros, passarem a ser já totalmente financiadas pelas receitas próprias da Região, reforçando assim a nossa autonomia financeira e a capacidade para realizar mais, mas sobretudo melhor investimento.

Só uma Região com finanças públicas saudáveis pode alocar 51% do investimento, quase 400 milhões de euros ao fomento do crescimento económico e do emprego, através de medidas como o estímulo ao investimento privado pelos sistemas de incentive, da criação de linhas de crédito que reduzam os custos de financiamento das empresas, da promoção das vantagens competitivas da Região para atrair investimento externo, da redução dos custos de contexto pela simplificação administrativa, do desenvolvimento da rede de incubadoras de empresas e do aumento do comércio, valorização e exportação de produtos açorianos.

Como reflexo dessa estratégia hoje temos mais de 1750 produtos com o selo da marca Açores.

Foram já apresentados mais de 500 novos projetos de investimento no âmbito do Sistema Competir +, com um investimento privado superior a 200 milhões de euros, dos quais 75% no âmbito do subsistema de base económica de exportação.

Se ainda persistem dúvidas sobre o crescimento da economia, basta andar na rua e falar com os empresários e com as famílias, coisa que nem todos os partidos se dão ao trabalho de fazer…

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: … para percebermos que os níveis de confiança estão em alta, perspetivando-se um crescimento económico mais acentuado nos próximos anos.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Ver se nos restaurantes a redução do IVA funciona!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nos últimos anos o turismo tem sido de facto o grande impulsionador da economia açoriana, permitindo alguma retoma no setor da construção.

Contudo, persistem ainda alguns riscos e desafios internos e externos, a ultrapassarem setores importantes como a agricultura, pescas, bem como no sistema bancário.

Não poderia terminar sem antes destacar pela negativa a postura de alguns atores políticos que desvalorizam o debate realizado nesta Assembleia e as suas próprias propostas, anunciando previamente a votação contra, contra tudo e contra todos e contra si mesmo.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* O senhor no ano passado apoiava isso, já não apoia? No ano passado ou há dois, era bom…

O Orador: Peça um intervalo, que é melhor!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados …

O Orador: Parece mentira, mas é mesmo assim infelizmente, não é este o caminho, nem a forma de dignificar esta Assembleia e de valorizar a Região Autónoma dos Açores e os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Pelo contrário, nós, Partido Socialista, optamos por valorizar a Região Autónoma dos Açores ao sublinhar que temos hoje um crescimento económico sustentado e consistente, gerador de mais emprego e de mais riqueza, com os impostos mais baixos do País e finanças públicas equilibradas e é desta forma que queremos transmitir e reforçar a confiança que temos no future da Região, fruto do trabalho desenvolvido em prol dos açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Antes de interromper para o almoço, vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa, o favor de anunciar os tempos restantes.

(Apartes entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço algum silêncio porque o Sr. Secretário da Mesa vai anunciar os tempos.
Secretário: O Governo Regional dos Açores, dispõe de 190 minutos e 30 segundos;
O PS, 225 minutos e 50 segundos;
O PSD, 141 minutos e 30 segundos;
O CDS/PP, 44 minutos e 10 segundos;
O BE, 10 minutos;
O PCP, 5 minutos e 20 segundos;
PPM, 2 minutos e 20 segundos.
Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.
Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 03 minutos.

Presidente: Boa tarde a todos.
Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Abro agora um período de inscrições à intervenção do Sr. Deputado Carlos Silva, do PS.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado António Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Viveiros** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só queria esclarecer o Sr. Deputado Carlos Silva que os dados que utilizei do PIB per capita, estão na Proposta de Orçamento, na página 8, portanto não retirei informação de qualquer outro documento, sem ser do que estava no Orçamento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva** *(PS):* Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando falei no PIB per capita foi baseado também nos dados que estão publicados no Serviço Regional de Estatística.

Por exemplo: no ano de 2005, o PIB per capita nos Açores, era de cerca de 13 000 euros; no ano de 2015, era cerca de 15 000 euros, portanto aquilo que eu disse comprova-se e é uma evidência.

Mas já agora, quando fala também que o PIB estagnou, passar de 0,7 para 2% é estagnar? É esse o critério?

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Falar ainda que a dívida é de 2.6 mil milhões de euros.

O Tribunal de Contas como bem refere indica que a dívida global ronda os 1.5, 1.6 mil milhões de euros. Como é que faz essa extrapolação para mais mil milhões?

Os encargos com a SCUT, são encargos com responsabilidades futuras, não são propriamente dívidas, mas é curioso essa afirmação, quando o

Deputado António Vasco foi também administrador de um hospital público e a pergunta que eu faço é: ao longo dos anos em que exerceu essas funções, quais foram as medidas que adotou para diminuir a dívida deste mesmo hospital?

Deputado António Marinho *(PSD):* O que é que tem a ver uma coisa com a outra?

O Orador: Para finalizar quando eu aqui mencionei que alguns partidos não andavam na rua e não falavam com os empresários, referia-me expressamente a uma reunião, das inúmeras reuniões que tivemos com algumas associações empresariais, neste caso a ARESP, a ARESP afirmou que ao longo dos anos nunca teve uma reunião com o PSD …

Deputado Francisco César *(PS):* É uma coisa incrível!

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* O que é que tem a ver uma coisa com outra?

O Orador: … por isso vir falar do IVA da restauração é um pouco estranho.

Para já, ficava-me por aqui.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Viveiros** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não vou aproveitar aqui as funções de Deputado, para falar de 20 anos que estive na administração do hospital, três desses mandatos nomeado pelo atual Governo, portanto não é a altura nem o momento indicado para isso.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Relativamente aos dados que mencionei da Conta da Região, não falei em todos os dados que tinha apresentado aqui, falei naqueles que eu tinha e fiquei com a ideia que tinha colocado em dúvida e só mencionei a fonte.

Relativamente ao Tribunal de Contas, recomendo que veja a página 129 do Parecer de 2015.

A abordagem que eu referi se comparar com o texto, quando estiver disponível, vê que o que eu referi em termos de IVA e o critério que está, é o que está na página 129 do Parecer da Conta da Região.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pregunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então avançar com as intervenções de tribuna.

A próxima é a do Sr. Deputado António Vasco Viveiros do PSD.
Prescinde?

(Diálogo entre diversos Deputados)

Deputado André Bradford *(PS):* Estamos aqui a brincar!
Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade às intervenções de tribuna.
Tem então a palavra a Sra. Deputada Graça Silva, do PS.
Deputada Graça Silva *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:
A promoção do trabalho digno é a essência de políticas que tenham como objetivo alcançar o progresso económico e social. Os documentos que hoje analisamos espelham bem essa preocupação.
No que respeita ao emprego, ao combate à precariedade laboral e à promoção da empregabilidade, as prioridades do Governo, plasmadas no Plano Anual Regional para o Ano 2017, são muito evidentes: no Plano, o Governo propõe-se continuar e consolidar um caminho de apoio ao emprego e de aumento da competitividade das empresas, no sentido de contribuir para a criação e manutenção de postos de trabalho, promoção de novas oportunidades, combate à precariedade laboral e combate à pobreza e à exclusão social, conjugando todas estas vertentes com a inovação empresarial e a valorização dos recursos humanos e assumindo-as como fatores cruciais para o desenvolvimento dos Açores.
Durante a legislatura passada, a taxa de desemprego chegou a atingir nos Açores os 18%. Mas o Governo Regional nunca virou a cara à luta, …
Deputado João Costa *(PSD):* Principalmente antes de chegar aos 18%!

A Oradora: … antes pelo contrário, desenvolveu um trabalho de apoio às famílias e às empresas, e hoje registamos a taxa de desemprego mais baixa dos últimos 5 anos, situando-se nos 10,4%, e com mais população empregada. No entanto, nem tudo está resolvido. Estes valores não nos serenam, não serenam o Partido Socialista, e tem de ser feito sempre mais e melhor. Por isso, é com agrado que podemos constatar que o Governo dos Açores, no Plano para 2017, preconiza a execução de políticas capazes de reforçar precisamente as condições para criação de mais emprego, mas sobretudo emprego mais estável e melhor remunerado.

No que toca ao emprego, as políticas, vertidas no Plano, materializam-se em medidas tão diferenciadas quanto os públicos a quem se destinam, adequando-se às especificidades dos mesmos. Visam desde a promoção da inserção dos jovens no mercado do trabalho até ao combate ao desemprego de longa duração, passando pelo aumento das qualificações e habilitações como fator potenciador da empregabilidade das açorianas e dos açorianos, sem descurar as medidas de apoio à sua contratação, bem como de criação do próprio emprego.

Quanto à qualificação dos açorianos, importa realçar uma forte preocupação de investimento neste campo, de modo a diminuir o número de ativos com grau de habilitações inferior ao 9.º ano de escolaridade.

Neste ponto, destacam-se as ações a levar a cabo no âmbito da atuação da Rede Valorizar, bem como o investimento em medidas que conciliem a vertente formativa em contexto de trabalho, que se encontram materializadas no programa «Social Mais», destinado a desempregados com habilitações inferiores ao 12.º ano e inscritos nas Agências de Emprego da Região.

Relativamente ao trabalho precário, impõe-se referir que a precariedade laboral assume muitas formas, violando, todas elas, os princípios básicos da justiça social, da estabilidade laboral, mas também de espectativas de vida.

Ora, numa altura em que o desemprego, na Região, está numa queda sustentada, sendo contudo ainda elevado, há que mitigar as possibilidades de abusos de precariedade laboral. Não interessa apenas a quantidade do emprego mas, também, a qualidade do mesmo. Quantidade sem qualidade representa um reforço da desigualdade no mercado de trabalho.

É com agrado que vemos que o Governo Regional, no Plano para 2017, assegura um reforço na área do combate à precariedade laboral, através do aumento da intervenção da Inspeção Regional de Trabalho, consolidando o caminho que tem vindo a fazer. Mas, também aqui, o Governo Regional está na linha da frente, integrando definitivamente nos quadros da Administração Pública Regional todos os trabalhadores das carreiras do regime geral que estão contratados a prazo ou em nomeação transitória, assim como os que prestam serviço na modalidade de avença ou tarefa.

No entanto, não nos podemos esquecer de que o combate ao desemprego e à precariedade laboral é um esforço coletivo, impondo-se, por isso, o diálogo e a concertação, de forma a garantir direitos, a harmonização social no progresso e a distribuição do rendimento. Neste sentido, o Governo Regional tem sempre procurado conjugar esse trabalho com os parceiros políticos e sociais, quer através do diálogo franco e construtivo com os partidos políticos, quer através da concertação estratégica, quer ouvindo regularmente os representantes dos empresários e dos trabalhadores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano ora analisado exprime o empenho constante do Partido Socialista na procura de mais e melhores caminhos. É um Plano que dá continuidade à estratégia de um governo que cumpre, que cumpre com os trabalhadores, que cumpre com os pensionistas, que cumpre com as açorianas e os açorianos.

Mas há que continuar o trabalho de forma muito incisiva e determinada. A criação e manutenção de postos de trabalho, a promoção de novas oportunidades, o combate à precariedade laboral e o combate à pobreza e à exclusão social serão sempre objetivos primordiais, em prol de mais desenvolvimento económico, de mais solidariedade e de mais coesão social.

É nisso que temos de nos concentrar (Governo e todos os partidos representados nesta Casa). É isso que as açorianas e os açorianos esperam de nós. É isso que se espera de quem tem responsabilidades políticas.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à próxima intervenção de tribuna.

Cabe ao Sr. Deputado Bruno Belo, do PSD.

(*) **Deputado Bruno Belo** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não poderia na discussão da proposta de Plano Anual Regional para 2017, me referir àquilo que o Governo Regional propõe para a Ilha das Flores para o ano 2017, a ilha pela qual fui eleito.

A Ilha das Flores, uma das denominadas ilhas da coesão, de Plano em Plano, de Orçamento em Orçamento, continua a ficar para trás em relação ao todo regional.

A Ilha das Flores sofre de uma constante diminuição da sua população: só de 2001 para 2011, passou de 3 995 residentes, para 3 791 residentes respetivamente.

Os sucessivos Planos não foram capazes de gerar na ilha condições de fixação das gerações mais novas.

Um jovem das Flores que procura, fora da ilha, obter uma valorização académica, se pretender regressar e procurar emprego pode na melhor das hipóteses encontrar um programa de estágio e quando terminar esse período, ou sai da ilha ou engrossa os números dos programas ocupacionais.

Onde estão as medidas para estimular a fixação de jovens?

Deputado João Costa *(PSD):*Muito bem!

O Orador: Nós sabemos que os empregos não se criam por decreto, mas como acreditar num Governo Socialista que Plano após Plano, foi incapaz

de criar núcleos de geração de riqueza, capazes de serem geradores de empregos e em vez disso tenha preferido subsidiar a pobreza.

Ilhas com uma economia frágil necessitam de medidas positivamente discriminatórias e objetivas. A estandardização não é coesão.

Os florentinos já deram provas da sua resiliência; os florentinos já deram provas de que acreditam no futuro da sua ilha em particular e da Região em geral, agora é também necessário este Governo acreditar.

Prova de que o Governo não acredita na Ilha das Flores é o PECA (Plano Estratégico para a Coesão dos Açores). Onde estão implementadas as conclusões desse plano? Quais os resultados práticos desse plano?

Finalizando para restituir a dignidade indispensável a todos, é urgente reequilibrar o espaço regional promovendo o desenvolvimento de cada ilha como pressuposto e condição que é do próprio desenvolvimento regional.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira** *(PS):* Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ouvir esta intervenção do Deputado Bruno Belo é de facto o exemplo daquilo que é a postura do PSD em toda a Região e nas Flores, em particular.

Deputado Bruno Belo *(PSD):* Não se ponha a jeito, veja lá!

O Orador: Fala que existem estes constrangimentos, sabemos que existem os constrangimentos, mas também uma coisa se pode dizer, é que não se ouve falar em nada de positivo relativamente à Ilha das Flores, os investimentos que estão previstos neste Plano, não ouvi uma única referência que irá contribuir para a melhoria das condições de fixação os nossos jovens …

Deputado João Costa *(PSD):*Já vou falar!

O Orador: … designadamente da saúde, da rede viária, um conjunto de investimentos na ordem de vários milhões de euros, que o Sr. Deputado, obviamente omite porque lhe dá jeito. É muito mais fácil, digamos, fazer o diagnóstico e fazer as acusações daquilo que falta, agora o que nós não vemos da parte do PSD é apresentar alguma proposta tendente a inverter essa solução.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Parece *(PSD):* Os senhores é que governam! Falou, falou, mas disse pouco!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições.

A próxima intervenção de tribuna é do PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho *(PS):* Sra. Presidente da Assembleia, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Administração Pública Regional é um instrumento incontornável para o desenvolvimento da Região …

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* O Sr. Deputado estava com mais ritmo antes do intervalo!

O Orador: … e para a prestação de serviços sociais essenciais, estratégicos e qualificados, de forma universal, nas nove ilhas dos Açores.

Efetivamente, só por ignorância interesseira e enviesamento ideológico grave se pode querer passar a imagem duma administração pública bolorenta, recheada de burocratas armados de carimbos velhos, a manusear processos de duvidosa utilidade, de preferência em marcha lenta. Essa é apenas uma visão preconceituosa, eivada de má ideologia, de quem quer desmantelar o Estado Social em nome duma visão minimalista do Estado prestador, fatalmente causadora e multiplicadora de novas e velhas desigualdades, e duma enorme regressão social… a benefício de uns poucos e alguns negócios.

A Administração Pública hodierna, também naturalmente entre nós, é altamente qualificada (bem acima, aliás, do nível médio do setor privado, incluindo muitos dos seus empresários), prestadora de serviços essenciais e especializados, designadamente ao nível da educação e da saúde.

De resto, a recente campanha que o Governo da Coligação Passista encetou, de forma alegre e sistemática, contra os serviços públicos essenciais e os direitos dos seus trabalhadores, e na manutenção e

renovação dos respetivos equipamentos sociais – produziu os práticos resultados de degradação do patamar de desenvolvimento, regressão social acelerada e estagnação do crescimento económico, de que só agora recuperamos.

É fundamental pois que nos Açores prossigamos uma política de contínua melhoria da gestão e eficiência administrativas, mantenhamos a valorização dos equipamentos coletivos, bem como a dignidade e motivação dos trabalhadores da Administração Pública – pois só assim garantiremos a contínua melhoria da prestação dos serviços sociais impostergáveis, cada vez com mais qualidade e melhor acessibilidade a todos os cidadãos.

Para tanto, há medidas e instrumentos que já provaram, quer na sua essência e por si próprios, quer pelo seu caráter indutor de boas práticas e de uma cultura de serviço de excelência, como a Rede Integrada de Apoio ao Cidadão, bem como a persistente aposta na integração das novas ferramentas tecnológicas, e na facilitação, maior fluidez e segurança das novas formas de comunicação e interação entre a Administração e os cidadãos – potenciando, aliás um maior envolvimento dos cidadãos , empresas e instituições sociais na definição das políticas públicas e na atividade da Administração Regional.

A motivação dos prestadores públicos, passa também, e necessariamente, pelas suas condições de trabalho e por uma continuada política de garantia de estabilidade no emprego.

Nessa matéria, convém lembrar a persistente tradição dos governos socialistas nos Açores que, de motu próprio, ou de forma sempre mais ampla do que a República, ciclicamente promoveram programas de regularização dos vínculos laborais precários na Função Pública, desde o

Dec. Leg. Reg. nº 3/99/A, de 20 de janeiro, passando pelo Dec. Leg. Reg. nº 26/2008/A, de 24 de Julho – até à presente proposta de lei orçamental, ora em discussão e aprovação.

Efetivamente, mais uma vez, e na sequência do anunciado aquando da discussão do Programa do Governo, a Região vai integrar nos seus quadros o conjunto de trabalhadores que, satisfazendo necessidades permanentes dos respetivos serviços, cumprem afinal aqueles requisitos que, consensual e consolidadamente, na doutrina e jurisprudência juslaborais, habilitam para o preenchimento de um posto de trabalho, sem termo.

Convém igualmente lembrar, no âmbito duma reforma administrativa em fase de preparação, os compromissos aqui deixados em dezembro passado pelo Sr. Presidente do Governo, designadamente ao nível dum aperfeiçoamento normativo tendente a uma gradual eliminação e desvalorização relativa das provas de seleção e recrutamento que contêm um potencial nível de maior subjetividade, a favor de métodos mais objetivos, como as provas de conhecimentos, bem como a limitação temporal do exercício dos cargos dirigentes de chefe de divisão e diretor de serviços – intenção que se saúda, pelo que significam ao nível da introdução de critérios de maior objetividade, renovação e transparência da Administração Pública.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: De resto, e ao nível da sua atividade normal, a nossa Administração tem curado da renovação dos seus colaboradores. Com efeito, e nos últimos dois anos, ingressaram 446 novos trabalhadores, sendo 333 com contrato de trabalho sem termo, tendo ainda no mesmo período o SPER sido reforçado no seu efetivo com mais 247

trabalhadores. E ainda há pouco, o Sr. Vice-Presidente do Governo dava conta da projetada abertura de trezentas e cinquenta vagas durante o corrente ano.

Exa. Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Governantes, Sras. e Srs. Deputados,

Falemos agora da Administração Local, atenta a sua primacial importância, designadamente no quem concerne a cumprir os desideratos maiores da descentralização e do desenvolvimento, e atenta a tutela e colaboração especiais que mantém com a Região – deixando uma constatação e um alerta.

A Administração Local nos Açores sempre mereceu atenção especial dos governos da responsabilidade do PS. Ao nível da garantia duma discriminação positiva do seu financiamento por parte do Estado, consubstanciada na majoração do critério população ao nível do Fundo Geral Municipal – al. b) do nº 1 do artº 32º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro; ao nível da garantia de acesso a um mini-quadro comunitário de apoio; ao nível duma específica legislação de cooperação técnico financeira com a Região, mais alargada do que a correspetiva previsão nacional.

Esse desiderato irá naturalmente prosseguir, tendo em conta, inclusive, e face às especificidades da nossa realidade, um menor volume de recursos financeiros próprios das mesmas. Que aliás tem levado, na prática, a que, com mais financiamento público relativo, o seu acervo competencial efetivamente exercido seja de menor âmbito do que o das suas congéneres no continente.

Razões mais do que suficientes, para além da salvaguarda do adquirido autonómico, estatutariamente consagrado, para encararmos com cautela, e

desde sempre, as várias ondas de transferência de competências para as autarquias que têm ocorrido no continente – algumas delas, confessadamente, na sequência e em suprimento do chumbo referendário da regionalização administrativa do continente, e à míngua dum terceiro nível de poder, que aqui se afirma e marcha como Poder Regional Autónomo.

Deputado Miguel Costa *(PS):* Muito bem!

O Orador: Nessa medida, e a respeito do diploma do Governo da República sobre esta matéria, recebido nesta Casa para emissão do competente parecer através da respetiva comissão especializada, saúda-se o seu proposto artº 9º, que salvaguarda a nossa realidade e as nossas competências, e aconselha-se, muito a propósito, uma longínqua candidata a Presidente do Governo dos Açores a moderar arroubos pretensamente descentralizadores que, em abstrato e sem salvaguarda, atropelariam as conquistas autonómicas – que não, não podem ser, adorno de lapela para costumes domingueiros!

Para já… Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à próxima intervenção.

Cabe ao PSD e tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Sr. Vice-presidente do Governo Regional, dada a presença de V. Exa. como Vice-Presidente há mais de 12 anos, seria de esperar que fosse o seu sucesso que leva a que V. Exa. seja o mais influente político do socialismo regional, ao ponto de ser já politicamente conhecido como Dono Disto Tudo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Mas se atentarmos que a mais importante missão de V. Exa. era a de fomentar a coesão regional e não permitir que houvesse ilhas que ficam para trás, somos levados a concordar que não é pelo resultado das suas políticas que V. Exa. se distingue enquanto governante.

Aliás, V. Exa, que costuma dar puxões de orelhas aos membros do governo, levou, pela primeira vez, um grandessíssimo puxão de orelhas do Presidente do Governo, quando este, recentemente, assumiu que falhou na coesão e de que o caminho a percorrer é longo e sinuoso.

Depois de assumir que teria de mudar, estamos a discutir uma proposta de plano e orçamento que são mais do mesmo.

Sendo este um plano e orçamento sem nada de novo, os resultados no que à ilha Graciosa diz respeito demonstram como esta ilha ficou para trás pela falhada coesão protagonizada por V. Exa., com influência nas políticas sectoriais, e com um Presidente do Governo que se limita a assumir as responsabilidades pelo fracasso, mas sem nada mudar.

Deputado Miguel Costa *(PS):* Aliás, isso está espelhado nos resultados eleitorais!

O Orador: Mas vejamos quais os resultados para a Graciosa das políticas lideradas pela vice-presidência e que se repetem de ano para ano:

A Graciosa é a ilha com o PIB per capita mais baixo dos Açores, cerca de 20% mais baixo que a média regional, isto apesar das suas reconhecidas capacidades produtivas.

Estamos, por isso, a ficar para trás.

A ilha Graciosa tem o mais baixo ganho médio mensal dos Açores, com menos cerca de 25% da média regional.

Ganha-se menos na Graciosa do que no resto dos Açores, a coesão falha e estamos, por isso, a ficar para trás.

A Graciosa é a ilha onde o valor médio anual das pensões é o mais baixo dos Açores, cerca de 27% mais baixo do que a média regional, o que é preocupante até porque sendo uma ilha envelhecida falta poder de compra.

Ficámos para trás.

A Graciosa continua a perder população.

Voltámos ao tempo em que jovens com 13/14 ou 15 anos, um grande número deles ausenta-se da ilha para poder obter uma formação.

Aqui, mais do que ficar para trás, andámos para trás.

Esses jovens dificilmente regressam e a isso não é alheio o facto de faltarem cursos vocacionais que respondam às suas necessidades.

Falharam na coesão, não possibilitaram a criação de riqueza e emprego e fracassaram na fixação de pessoas, ou seja, deixaram-nos para trás.

Já sabemos que a resposta do Governo, sob a batuta da Vice-presidência e dos seus seguidores, é de que fizeram obras, e as que não fizeram vão ou

estão a fazer. Obras que passam de plano para plano e cujo adiamento sucessivo fez a ilha ter resultados que não nos orgulham e que vos deviam envergonhar.

E mesmo perante este cenário, nada cor-de-rosa, o que assistimos é à contínua exclusão da ilha de aspetos importantes para o seu desenvolvimento, como é exemplo a renovada exclusão da Graciosa das rotas dos navios adquiridos pelos Açores para operarem no Grupo Central.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Graciosa é uma ilha repleta de vontade de vencer, de potencialidades que podem transformar o futuro da ilha e dos que nela escolhem viver. Temos muito para oferecer e temos tudo, mas mesmo tudo, para inverter o rumo a que nos levaram.

Em 2011, foi apresentada na Graciosa a anteproposta de Plano Estratégico para a Coesão dos Açores, o famoso PECA.

Nunca passou de anteproposta!

Até a Juventude Socialista, liderada pelo atual Secretário Regional da Presidência, anunciou que iria elaborar o documento "Coesão do Século XXI" que não se conhece e que seria um contributo para o PECA.

Mas este pecou, porque nunca chegou a existir, deixando ilhas como a Graciosa para trás.

O autor de mais este plano virtual é o mesmo que falhou na coesão regional.

Nem Nicolau Maquiavel sonharia, ou ousaria, ser capaz de estar perante uma realidade de fracasso em políticas essenciais e, ao mesmo tempo, celebrar uma ilusão de sucesso.

Deputado André Bradford *(PS):* O senhor conhece bem!

O Orador: Há uma frase deste autor que reflete bem a postura de vossa excelência.

Dizia Maquiavel: "*Os que vencem, não importa como vençam, nunca conquistam a vergonha*".

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Manuel José Ramos, tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Ramos** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: A Graciosa não é apenas um território com falhas, a Graciosa é uma ilha que tem tido nos últimos anos uma evolução acentuada, quer a nível de investigação, quer a nível de investimentos, em áreas como a agricultura na potencialização da economia.

Relativamente aos transportes, a Graciosa tem um serviço de transporte aéreo que é bastante aceitável, tem uma ocupação na ordem dos 60%, portanto quer na época baixa, quer na época alta, tem um bom serviço de transportes aéreos.

Sofre, é claro que sofre, do problema da desertificação jovem da ilha. Isso sofrem todas as ilhas da Região. Isso é uma situação que dificilmente se

poderá inverter, apesar da Região ter já feito várias tentativas para inverter esse sentido de desertificação das ilhas menores, mas o que é importante é que a Graciosa não está para trás, como o Sr. Deputado João Costa disse.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Dizem que sim, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Eu gostava por começar por, infelizmente lamentar os termos com que o Sr. Deputado João Bruto da Costa, um Deputado experiente, um Deputado em que todos os colegas reconhecem a dedicação e a determinação que emprega nas suas intervenções, mas de facto as referências que o senhor fez ao Sr. Vice-Presidente são profundamente lamentáveis.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* O Sr. Deputado não devia lamentar porque é tudo verdade!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Nós estamos a falar de um dirigente político do nosso arquipélago, um membro do Governo e que merece, como é óbvio o nosso respeito, pode não merecer a sua admiração, nós respeitamos isso, mas é evidente que merece todo o respeito e na minha opinião o senhor não foi feliz nas referências que fez.

Gostava também de dizer, numa intervenção que terei que ser muito rápido, deixar claro que o PS tem o maior orgulho na obra de desenvolvimento de modernização dos Açores e de promoção da coesão, a coesão territorial que nós temos encetado em todas as nossas ilhas,…

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Onde?

O Orador: … através de inúmeras infraestruturas, portos, aeroportos e as mais diversas infraestruturas, como a rede viária regional; …

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Qual é que foi o aeroporto que o senhor fez?

O Orador: … coesão social, ao nível de equipamentos, ao nível de equipamentos na área da educação, na área social, com diversos serviços com as mais variadas valências, abrangendo todas as ilhas, todos os concelhos, todas as freguesias e também a coesão económica, ao nível daquilo que têm sido as medidas da fiscalidade, criando aqui discriminações positivas como fator de igualdade nas ilhas mais pequenas e aliás, uma obra onde se diga em abono da verdade, o Sr. Vice-Presidente tem sido realmente uma das pessoas que mais se tem dedicado a promover esses fatores diferenciadores como medidas que procuram a igualdade.

É por isso que nós temos a fiscalidade que temos nessas ilhas; é por isso que nós temos o investimento privado que temos nessas ilhas; é por isso que temos um sistema de incentivos que discrimina muito positivamente os empresários e as empresas destas ilhas. Portanto esta é a obra do PS! E se querem falar em mais questões na área das finanças, nós podemos falar: da Lei de Finanças Regionais, na adaptação do sistema fiscal, no próprio estatuto das regiões ultraperiféricas, sempre procurando discriminar a nossa realidade arquipelágica e a nossa dupla insularidade; ao nível dos Quadros Comunitários de Apoio e ao nível de muitas outras medidas que o tempo não me permite referenciar.

Portanto, se há partido como não só está orgulhoso, como está perfeitamente à vontade para fazer este debate aqui ou em qualquer sítio é o PS, é este Grupo Parlamentar.

Nós sabemos bem que ainda falta fazer muitas coisas. Claro que falta! Mas nós estamos aqui para assumir as nossas responsabilidades e para dizer aos açorianos como dissemos na campanha eleitoral que contem connosco, contem com o PS, contem com o Governo para continuarmos a desenvolver os Açores e tendo sempre em consideração as ilhas mais pequenas e as comunidades mais frágeis. É esta a marca do PS, estaremos sempre aqui na primeira linha!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Por isso mesmo nós não aceitamos lições de um destacado Deputado de um partido que ainda muito recentemente na República teve responsabilidade e deu o pior exemplo nos quarenta e tal anos de democracia em Portugal.

Aquilo que o PSD fez na República, destruindo aquilo relacionado com o serviço prestado ao nível das finanças, ao nível da justiça, ao nível das forças de segurança, ao nível das forças armadas, vir aqui reclamar um património que nós não reconhecemos e que aliás só demonstra a absoluta incoerência do PSD.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e srs. Deputados …

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, termino com duas pequenas referências: em primeiro lugar Sr. Deputado Bruto da Costa, eu ainda me lembro e o senhor também se lembra, embora se faça de esquecido, o parecer que o PSD de S. Miguel deu ao Plano de Investimentos da Região para 2015, em que dizia que era inadmissível que a maior ilha dos Açores, a Ilha de S. Miguel onde vive mais de 50% da população, merecesse apenas 35% do investimento público.

É este o PSD que luta pela coesão dos Açores? Eu não acredito.

Por último, não houve momento mais simbólico em relação a um partido que tem uma visão distorcida dos Açores, permitam-me que lhe diga, e uma visão completamente anti coesão, do que o último Congresso do PSD, que eu tive oportunidade de assistir, com grande proximidade do princípio ao fim, através da Internet.

Basta dizer isto: o diretor de campanha do PSD nas últimas regionais, chamou os congressistas a aplaudirem o seu braço direito. Sabem como é que se referiu a ele? O meu diretor para as ilhas de baixo! Eu acho que está tudo dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa pede a palavra para?

(*) **Deputado João Bruto da Costa** *(PSD):* Uma interpelação à Mesa.

Presidente: Uma interpelação à Mesa? Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** *(PSD):* Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Era para solicitar à Mesa e à Sra. Presidente, que fizesse o favor de identificar em que parte da minha intervenção é que eu faltei ao respeito ao Sr. Vice-Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado, fica registada a sua interpelação.

Naturalmente só depois da transcrição do diário é que poderei facultar essa informação.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado João Bruto da Costa, traz-nos uma intervenção a cada Plenário que se discute o Plano e Orçamento, sempre em tons muito cinzentos.

Eu queria dizer-lhe que quando fala no PIB, o senhor não referiu tudo, não referiu que a Graciosa tinha sido a terceira ilha que mais cresceu no PIB entre 2013 e 2014 e esse dado era muito importante para perceber como é que chegamos atá aqui.

Mas não é só isso Sr. Deputado! O senhor também falou no poder de compra e no poder de compra também se esqueceu de dizer outra coisa que é muito importante: nós, em 2013, o nosso poder de compra era de 71.4%, é verdade! A região tinha 84.6%, mas o problema não está aí. O problema era onde nós estávamos, por exemplo em 1993. Nós tivemos que crescer muito mais que a Região.

Deputado João Costa *(PSD):* Isso é uma elegância! Não sei se é por mandar calar se é por outra razão.

Em 93 eu não estava no PSD…

O Orador: Sr. Deputado João Costa, ouviu-o aqui atentamente e custou-me tanto! Digo-lhe sinceramente que custou tanto! Eu esperava que o senhor também fizesse a mesma coisa, mesmo que não me queira ouvir, mantenha-se silencioso, que é a única maneira que o senhor tem para perceber isto!

Bem, o senhor tira sempre os números …

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado José Ávila, possa fazer a sua intervenção.

O Orador: O senhor retira sempre da parte dos números apenas aquilo que interessa, mas eu queria dizer-lhe que infelizmente nós não somos das ilhas com o poder de compra mais baixo, existem sete concelhos com o poder de compra, embora o mal dos outros não me faça bem nenhum, mas a Graciosa é uma das ilhas que mais cresceu desde 1993, nós partimos foi muito detrás, Sr. Deputado João Bruto da Costa e isso aí o senhor é capaz até de saber bem porquê.

Bem, eu vou a outra questão: o estudo da Bloom Consulting, que foi publicado há relativamente pouco tempo, relativamente ao ano de 2006, também curiosamente coloca o concelho de Santa Cruz da Graciosa em oitavo lugar, portanto está a ver, em 19 concelhos. Não somos assim tão maus! Este estudo dá-nos uma boa pontuação em concelho para negociar;

uma excelente pontuação para visitar e muito melhor para viver. O senhor talvez ainda não deu por isso!

Deputado André Bradford *(PS):* Não deu, não deu!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Isso é uma elegância! Não sei se isso é para me mandar calar!

O Orador: Nós temos problemas! Nós temos problemas com a desertificação, já foi assumido aqui e nós não queremos esconder esse problema e estes problemas não são fáceis de resolver. Nós em 1991 tínhamos 1 700 família, agora temos 1658 e temos um outro fenómeno aqui, o tamanho médio das famílias também decresceu muito naquela ilha, como decresceu nos Açores e isso importa combater.

Mas há sinais positivos e quando o senhor fala em coesão, o senhor também devia ter percebido que não houve governos que investissem mais na coesão, que estes governos do PS, ainda mesmo no mandato anterior chamo-lhe a atenção que nós tínhamos alguns constrangimentos nos transportes aéreos, porque dependemos quase 100% no ano inteiro dos transportes aéreos, nós partimos de um número de voos anual, na ordem dos 450 e passamos para 636 no ano de 2016.

Ora, isto é apostar na coesão ou não é apostar na coesão territorial?

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: É claro que isso se reflete no número de passageiros desembarcados, que é uma coisa que o senhor não quis falar agora, só fala exatamente nos dias que as coisas não lhe estão a correr bem, mas eu digo-lhe, Sr. Deputado João Bruto da Costa, a coragem com que venho aqui discutir quando as coisas correm bem, com a mesma coragem hei de discutir também quando as coisas estiverem a correr mal.

Deputado João Costa *(PSD):* Na sua perspetiva está a correr bem. É bom sinal!

O Orador: Relativamente à questão dos transportes marítimos, que é uma recorrente, que o Sr. Deputado João Bruto da Costa, traz aqui, aliás até imagine-se, trouxe aqui até um voto de protesto porque houve um comandante que tomou a decisão por questões de segurança, de não encostar no porto da Graciosa, o senhor transformou isso num caso político e trouxe aqui até esta Assembleia, contra tudo e contra todos, porque quem manda no navio, tal como acontece no avião, são os comandantes e não é nenhum político desta praça.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Isso nem sempre é verdade! Olhe a minha mala!

O Orador: Relativamente a essas questões, Sr. Deputado João Bruto da Costa, também queria dizer que a coesão regional não é uma coisa obra do acaso. A coesão regional tem muito a ver, por exemplo, com a descida dos transportes aéreos. Nós verificamos no mandato anterior, a maior descida de sempre do custo dos transportes aéreos, não só inter ilhas, como também no acesso ao exterior como bem sabe.

A questão, por exemplo, da instalação das lojas RIAC, em cada uma das nossas freguesias, não é um ato de coesão territorial? Não é um ato de coesão? É sim senhor, digo eu.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: Relativamente aos apoios diferenciados, que são feitos a empresas, a jovens casais, nomeadamente na auto construção, são motivos de satisfação para quem pensa na coesão territorial e nós pensamos.

Relativamente, por exemplo, à questão da exportação dos nossos produtos tradicionais, é um apoio à coesão, ou não é um apoio à coesão? É sim senhor.

Portanto, não há qui défice nenhum relativamente à coesão. A coesão é um património do PS, foi o PS que trouxe a coesão à discussão pública; foi o PS que implementou medidas que protegem as ilhas, sobretudo as ilhas mais pequenas, de onde eu venho com muito orgulho, e estas políticas devem ser para continuar porque nós precisamos muito delas para termos também uma vida digna.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Costa** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sobre coesão, nem na sua intervenção inicial, nem neste debate o Sr. Vice-Presidente abriu a boca!

Estamos conversados quanto à importância da coesão que é a primeira competência da Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores. Estamos conversados!

Deputado José San-Bento *(PS):* Não estamos não! Não estamos nada, só falaram os deputados!

E as ilhas de baixo?

O Orador: Estamos conversados!

Deputado Francisco Coelho *(PS):* Isso era no tempo dos governos do PSD.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento sobre isso estamos conversados!

Quanto ao resto, eu só queria dizer o seguinte: os Deputados do PS pelos vistos estão satisfeitos com o facto de verem os seus filhos, novamente, como acontecia quando eles tinham a idade de estudar, novamente aos 13,14 e 15 anos terem que sair da ilha. Estão satisfeitos com isso? Realmente andámos para a frente nesse aspeto para poderem ter uma formação. O senhor está satisfeito com isso e de ver os filhos da sua terra, abandonarem a ilha aos 12, 13, 14 ou 15 anos.

E o que dizer sobre os navios não irem à Graciosa? Nada! O senhor não diz nada!

Os navios que a Região adquiriu para servirem o Grupo Central, a Graciosa deixou de fazer parte.

Mais uma vez os senhores não são capazes de dizer nada!

Sobre tudo o resto que eu falei das dificuldades que a Graciosa atravessa, eu tenho pena é de os senhores não acompanharem esse alertar para os problemas que a Graciosa vive, porque em 93 se calhar era muito mais fácil o Sr. Deputado fazer essa crítica, do que agora ter que a aceitar como um facto.

Eu queria era que isto tivesse alguma credibilidade, mas sabe qual é a credibilidade de Vs. Exas. neste Plano, eu vou dizer-lhe: é por exemplo a Marina da Barra que já teve, com o Plano que agora apresentam, quase treze milhões de euros inscritos e depois de estar feita a obra que agora está prevista, nem sequer vai ser uma marina. É essa a vossa credibilidade!

Disse.

Deputado André Bradford *(PS):* Está a ser feita ou não está a ser feita?

Deputado Miguel Costa *(PS):* Está a incomodar-lhe!

(Diálogo entre os deputados das bancadas do PS e PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado eu tenho muito pouco tempo, mas eu gostava de dizer aqui nesta Casa que uma das questões que menos me importa é a cor da linha do transporte marítimo.

Deputado André Bradford *(PS):* Exatamente! Muito bem!

O Orador: O que me interessa é exatamente o serviço que aquela empresa pode prestar à Graciosa e o Sr. Deputado João Costa por uma

teimosia e pensando que lhe fica bem, vem aqui defender uma linha que se chama linha lilás, que vai à Terceira, nem sequer pode carregar viaturas para transportar até à Graciosa, …

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* E porquê?

O Orador: … não pode devolver as viaturas à Terceira,…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* E porquê? E porquê?

O Orador: … porque ainda não tem rama ro-ro no porto de Angra.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Ahhhh!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados …

O Orador: O que o Sr. Deputado quer, é por uma teimosia e pensando que lhe fica bem, quer alargar uma viagem, …

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados …

O Orador: … são afinal duas viagens, curiosamente nos dias em que existem viagens na linha amarela.

Portanto, Sr. Deputado, nós vamos substituir um pelo outro, ou vamos ter a viagem no mesmo dia, à mesma hora, nos mesmos percursos. Não faz sentido nenhum, Sr. Deputado João Costa!

Eu não quero dizer que no futuro próximo não faça sentido nós termos outro tipo de rotação, mas neste momento nós ficamos melhor servidos com as embarcações que estão a fazer a linha amarela. Ficamos melhor servidos, tanto no transporte de passageiros, como no transporte da carga.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Os outros não têm linha amarela?

O Orador: Sr. Deputado, fazer política é preciso assumir responsabilidades e o Sr. Deputado João Bruto da Costa se quisesse de facto resolver o problema dos transportes marítimos na Graciosa, apoiava a construção de um novo navio com mais de 100 metros.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

(*) **Deputado João Costa** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para através da Mesa, informar a câmara que pedi para imprimir cópias da Anteproposta do Plano Estratégico para a Coesão dos Açores, para oferecer a cada uma das bancadas e à bancada do Governo, uma vez que aquele Plano que até tinha boas medidas e que até anunciava as fraquezas e as forças das ilhas chamadas da coesão e que por exemplo em relação à Graciosa até dizia coisas interessantes, seja realmente dada a estas bancadas para todos conhecerem aquilo que deixou de ser feito e aquilo que a Vice-Presidência ignorou durante todos estes anos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento, para participar no debate?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José San-Bento** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer, Sr. Deputado João Bruto da Costa, isso não é verdade!

O Plano de Coesão dos Açores é um documento de orientação, como é óbvio, político, é seguido, está a ser implementado …

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Quando é que foi aprovado?

O Orador: … eu procurei aqui referir várias medidas que têm precisamente a ver com esse plano e com todo o trabalho que foi feito de auscultação …

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Oh Sr. Deputado, deixe-me só dizer isso, tenho pouco tempo.

A única coisa que eu gostava de dizer, Sr. Deputado, é que fico muito surpreendido, confesso-lhe que fico muito surpreendido com, eleição após eleição, o PSD muda de protagonistas e tem sempre o mesmo discurso.

O Sr. Deputado é um homem que lê, que viaja, não percebo como é que tem essa limitação, Sr. Deputado! É outra imposta, certamente!

Os senhores são incapazes de reconhecer a obra que se fez de coesão dos Açores, Sr. Deputado! Isso só me permite retirar uma conclusão: os senhores vivem dentro de uma bolha! O PSD perdeu o contacto com a realidade! Isto é inacreditável!

Fica demonstrado, a meio do primeiro dia de debate do Plano e Orçamento para este ano, a conclusão é esta: o PSD-Açores vive dentro de uma bolha! Perdeu o contacto com a realidade!

Deputado André Bradford *(PS):* É verdade! Ora aí está!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à última intervenção de tribuna.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: A Ilha Terceira, primitivamente denominada como ilha de Nosso Senhor Jesus Cristo das Terceiras, foi em tempos o centro administrativo das ilhas terceiras, assim era chamado o arquipélago dos Açores.

Apesar de atualmente não se entender de forma clara o destaque, ou não, que o Governo Regional quer dar-lhe, ninguém se pode esquecer que ainda se trata da segunda maior potência económica da Região e que merece ser tratada como tal.

A Terceira atravessa uma crise económica e social com graves reflexos para as suas gentes.

Deputado José San-Bento *(PS):* Temos potência! Temos potência!

A Oradora: O processo agravou-se com a crise no setor da construção civil, juntando-se o difícil momento atravessado pela agricultura e pelas pescas e tendo sido o *downsizing* da Base das Lajes a "cereja no topo do bolo", pelo impacto negativo que teve no que ainda restava da economia local. O que fez o Governo Regional? Pegou nas promessas não cumpridas ao longo de 20 anos de governação socialista e juntou-as

todas, num documento cheio de imaginação e criatividade, a que chamou PREIT.

Infelizmente, para os terceirenses o PREIT não resolve os problemas de uma economia dependente e doente, aliás, já se começa a perceber que o documento milagroso serve apenas uma das partes, ou seja, o PREIT é feito à medida do Governo Regional, em vez de ser feito a pensar nos terceirenses e na revitalização da Ilha Terceira.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):*Muito bem!

A Oradora: Infelizmente, o Orçamento que aqui debatemos não serve os interesses dos terceirenses, é apenas mais um orçamento que reflete mais do mesmo para a nossa ilha.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Onde está o investimento para a criação da zona económica especial na área envolvente do porto da Praia da Vitória e Base das Lajes, que visa a facilitação de instalação de empresas e indústrias criadoras de emprego, apresentado em novembro de 2015 pelo Sr. Presidente do Governo Regional, que na altura proferiu a seguinte frase e passo a citar: "O Governo dos Açores deposita muita esperança e muita confiança nos efeitos positivos que irá provocar na economia da Ilha Terceira e por consequência na economia de toda a Região"?

Sabe, Sr. Vice-Presidente, nós também! Mas até agora nada!

O que é feito das instalações de frio no terminal de carga da aerogare civil das Lajes e no porto da Praia essenciais à exportação?

Das ligações diretas bissemanais entre a Terceira e o continente?

Do lançamento do concurso internacional de conceção da gestão do porto da Praia da Vitória a privados?

Curiosamente o PSD defende o mesmo, mas até agora nada!

Para finalizar os investimentos do AIR Center que foi assumido pelo ex Embaixador dos Estados Unidos em Portugal, como uma das medidas do perímetro de mitigação dos efeitos da redução sentidos na Base das Lajes.

Meus senhores:

Atualmente a pergunta é: sobrará alguma coisinha para a Terceira?

Adivinha-se a resposta: um vazio de nada!

Mas as questões são mais do que muitas e as dúvidas dos terceirenses também.

Olhando para o turismo, setor que felizmente está em franca expansão, não se consegue perceber a estratégia do Governo Regional.

Queremos um modelo que dê sustentabilidade ao setor!

Queremos inovar, apostar e diversificar a nossa oferta!

Queremos e precisamos de formação qualificada e direcionada para os agentes do turismo, de forma a alcançar o nível de excelência e sobretudo a mantê-lo e exigimos seriedade a este Governo Regional no que concerne à descontaminação dos aquíferos, pois os terceirenses não valem zero, como ouvimos recentemente!

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Ui… ui…

A Oradora: Podem contar com uma oposição ativa e intransigente neste processo.

Para terminar, o PSD defende que o verdadeiro Plano de Revitalização da Ilha Terceira, é aquele que é capaz de gerar riqueza e de criar emprego e o que esta semana se discute nesta Casa é claramente insuficiente para a Ilha.

Queremos mais! Merecemos mais e lutaremos por mais!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.
Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.
Sr. Deputado Francisco Coelho, tem a palavra.
(*) **Deputado Francisco Coelho** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Sra. Deputada Mónica Seidi, a sua intervenção gerou-me desde logo uma dúvida, portanto vou fazer, em primeiro lugar, um pedido de esclarecimento.
Fiquei com a impressão, pelo tom com que falou no PREIT que acha que é um documento importante e estratégico.
Eu gostava que me confirmasse isso e se por ventura essa resposta for afirmativa dizer o que é que mudou designadamente ao nível do seu partido desde que o PS trouxe aqui uma resolução, aquando da aprovação do PREIT no sentido de ele ser apoiado e em que mereceu largas críticas do PSD, até este momento?
Fico à espera desse esclarecimento, mas gostava também, a respeito da descontaminação dos aquíferos, de lhe dizer para já, apenas duas coisas: a primeira é que deve ter percebido que o Governo Regional fez - na sequência de uma Resolução apresentada, na anterior Legislatura, pelo

BE e que mereceu uma larga consensualização nesta Casa - chegar um relatório sobre os trabalhos da descontaminação.

Sobre isso gostava de lhe contar uma história relativamente recente da anterior Legislatura, exatamente ao nível desses trabalhos preparatórios, nós nas diligências que então efetuámos resolvemos ir indagar da responsabilidade e do estado de ação do Governo da República de então, que era o anterior, sobre esta matéria.

Para além do tempo que tivemos que esperar, embora sempre é verdade e justiça seja feita com o bónus nestas coisas de nos oferecerem dois Ministros em vez de um, havia sempre um bónus, o Sr. Ministro da Defesa tinha sempre aquele papel ingrato de tomar conta do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Prof. Rui Machete, o que se percebeu então foi por que é que levou tanto tempo. O que o Governo da República sabia sobre esta matéria era absolutamente nada e o Governo da República pelo que se percebeu andou a pedinchar ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil, o trabalho que ele estava a fazer e que sendo pago pelo Governo dos Açores, não lhe foi fornecido.

Para já fico por aqui.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

Deputada Mónica Seidi *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco Coelho, infelizmente o que os senhores apresentam é um documento que não me interessa se se chama PREIT, ou se tem outro nome.

O que eu gostaria, como terceirense, é que esse documento, resolvesse de forma efetiva os problemas da Terceira e até agora isso não está a acontecer.

Pergunte a qualquer terceirense o que é que significam as siglas do PREIT. Pergunte! Pergunte isso! Pergunte aos terceirenses se o PREIT veio resolver os problemas que diariamente nós sentimos na pele como terceirenses.

Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa):* Não foi essa a pergunta que lhe fizeram!

Deputado Francisco Coelho *(PS):* Ainda em outubro perguntei!

O Orador: Se é o PREIT, se é outro documento não me interessa, interessa-me que seja eficaz e que resolva os problemas graves da Terceira.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora noutra área de governação, nomeadamente a Solidariedade Social e para o efeito dou a palavra à Sra. Secretária Regional.

Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Hoje, subo a esta tribuna para vos dizer que os desafios que temos pela frente são reais. São sérios e são muitos.

Não serão fáceis de enfrentar, nem poderão ser todos resolvidos num curto prazo. Mas subo a esta tribuna com um propósito muito claro: afirmar, perante os Açorianos, que nos manteremos ao seu lado para enfrentar esses mesmos desafios.

Serão enfrentados através da unidade de objetivos em vez do conflito e da discórdia, reafirmando o nosso espírito de resistência e tendo por base a certeza de que todos são iguais e que, portanto, a todos devem ser garantidos os mesmos direitos.

A nossa viagem nunca foi feita de atalhos, nem de nos contentarmos com pouco. Pelo contrário, foram sempre os audazes, os que agem, os que fazem as coisas – na maior parte das vezes, homens e mulheres anónimos no seu labor – que pavimentaram este nosso percurso. E é esta a viagem que hoje prosseguimos.

Naturalmente, há quem ponha em causa a dimensão das nossas ambições, que proclame que as nossas medidas não suportam a escala dos nossos desafios.

Curta memória, a daqueles que não lembram o que se alcança quando a imaginação se reúne em torno de um propósito comum, à necessidade e, acima de tudo, à coragem.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

A Oradora: A prosperidade dos Açores depende da capacidade de alargar as oportunidades a todos, não por caridade, mas porque esse é o caminho mais seguro para o nosso bem comum.

Não obstante, a determinação do Governo dos Açores permanece inabalável e persistiremos no constante aperfeiçoamento das nossas medidas e na busca por novas estratégias.

Não estamos aqui para marcar pontos políticos fáceis ou para nos distrairmos com trivialidades. Não esperamos que os outros ditem o passo para que lhes possamos acompanhar o ritmo.

Sras. e Srs.:

O nosso ritmo é o bem-estar de cada Açoriano e esse bem-estar começa, naturalmente, na solidez das nossas políticas sociais.

Com um reforço de 11% face ao ano anterior, a Solidariedade Social disporá de uma verba de cerca de 41,5 milhões de euros para a implementação e prossecução das suas medidas de cariz social.

Embora não se tratando, propriamente, de uma prioridade recente, o investimento na área dedicada à Infância e Juventude continua a ser, no entender do Governo dos Açores, uma questão estratégica para o futuro da Região.

Alvo de um reforço de cerca de 13%, o Apoio à Infância e Juventude contará com um montante previsto na ordem dos 8,5 milhões de euros, os quais continuarão a ser investidos no desenvolvimento de respostas sociais que se traduzam num local onde cada criança ou jovem tenha a oportunidade de se desenvolver e progredir a todos os níveis, nomeadamente cognitivo, pessoal e social.

Nesse sentido, o Plano e Orçamento para 2017 continua a apostar na requalificação e alargamento da rede de respostas sociais dirigidas a este

público-alvo, materializando as propostas aceites e esperadas pelas famílias açorianas e que concorrem para garantir as melhores condições para o desenvolvimento dos seus filhos, além de uma melhor conciliação das suas vidas familiar e profissional.

Tendo presente que são precisamente os primeiros anos da vida das nossas crianças os mais cruciais para o seu desenvolvimento, o Governo dos Açores dá primazia à requalificação e construção de creches e centros de atividades de tempos livres onde eles são mais necessários.

Naturalmente, e porque o investimento nas crianças e jovens não se faz apenas através do desenvolvimento de novas estruturas, o plano prevê, igualmente, assegurar outras prioridades validadas pelos Açorianos como a conceção de práticas que estimulem e potenciem a prevenção e proteção das crianças e jovens de toda a Região, designadamente através do apoio à atividade do Comissariado dos Açores para a Infância.

De entre os investimentos previstos, e já entrando na área do Apoio à Família, Comunidade e Serviços, destaca-se a aposta na criação de estruturas intergeracionais, como é o caso dos Arrifes, a iniciar em São Miguel, ou ainda do centro da Feteira, aqui na Horta, reforçando a política há muito preconizada por este Governo dos Açores, de reforço e apoio a todas as dinâmicas promotoras do contacto entre gerações, pela convicção que temos das vantagens para as diferentes faixas etárias deste convívio, desta troca de saberes, desta transmissão de valores que este convívio proporciona.

Esta área de intervenção, com uma verba prevista de cerca de 15 milhões de euros, assegurará, igualmente, a implementação de respostas comunitárias de comprovada relevância, nomeadamente ao nível do apoio

à população sem-abrigo, com a construção do Centro de Acolhimento Temporário para Sem-Abrigo em Ponta Delgada, a título de exemplo.

No apoio à família, irá assegurar condições melhoradas para a terapia familiar, assegurando, igualmente, apoios como o CEDO – Complemento Especial para o Doente Oncológico ou o Programa Especial de Apoio ao Pagamento de Propinas, medidas que se revelam fundamentais nos momentos mais vulneráveis ou cruciais das vidas dos Açorianos e Açorianas.

Sras. e srs. Deputados:

O apoio aos nossos idosos está, de igual modo, no topo das nossas prioridades para 2017. Alvo de um reforço de cerca de 22% face ao ano anterior e com uma verba estimada de 13 milhões de euros, o Plano para 2017 aposta, inequivocamente, na garantia das devidas condições técnicas e de conforto, quer para os utentes, quer para os colaboradores que os acompanham.

Dotando as nossas ilhas de respostas especializadas e de proximidade que garantam a melhor qualidade de vida possível aos nossos idosos, privilegiando a sua permanência junto dos seus familiares e das suas comunidades, destaca-se a implementação de respostas especializadas e adequadas tanto às alterações nas dinâmicas familiares, do ponto de vista dos cuidadores, como do aumento comprovado do grau de dependência dos nossos idosos, que acompanha, de forma natural, o aumento da esperança média de vida.

São os casos, por exemplo, do Centro de Dia dos Flamengos, aqui mesmo na Horta, ou do Centro de Apoio ao Idoso da Madalena, iniciado no final da semana passada, estruturas multidisciplinares e comprovadamente adequadas à vontade das nossas comunidades.

O Programa Regional de Reestruturação do Serviço de Apoio ao Domicílio e de Apoio aos Cuidadores é disso também um ótimo exemplo, precisamente na medida em que promove a complementaridade entre os sistemas formal e informal.

Ao mesmo tempo que promove a progressiva requalificação e ampliação das condições necessárias à manutenção dos idosos e dependentes nas suas casas, evitando ou retardando, sempre e quando possível, a sua entrada numa estrutura residencial, assegura o acesso e a disponibilização de informação e formação, apoio psicossocial, suporte psicológico e medidas que promovam o descanso do cuidador.

Para o Governo dos Açores, estes investimentos são, acima de tudo, investimentos na coesão social e territorial, uma vez que passamos a poder garantir equidade no acesso a estes serviços, aspeto que consideramos determinante para o salutar desenvolvimento dos vários territórios que compõem a Região.

Considerando que a preocupação do Governo dos Açores é, justamente, a de evitar situações de pobreza, de exclusão social e de insegurança que, muitas vezes, acompanham de perto o processo de envelhecimento das pessoas, o Plano para 2017 assegura igualmente a manutenção de medidas como o Complemento para a Aquisição de Medicamentos pelos Idosos e a manutenção de medidas promotoras de um envelhecimento ativo, como é o caso do programa Meus Açores, Meus Amores.

O Plano para 2017 reforça, igualmente, o montante destinado ao apoio aos Públicos com Necessidades Especiais, mais concretamente em cerca de 30%, disponibilizando uma verba de 4,2 milhões de euros, os quais permitirão continuar o importante trabalho desenvolvido no sentido da

diferenciação e adequação dos apoios que são requeridos e que se mostram necessários às pessoas com deficiência e necessidades especiais.

Fá-lo-emos através da criação de equipamentos e novas valências, de entre os quais se destacam o Centro de Apoio à Deficiência ou o Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel, e também através da sensibilização dos potenciais empregadores e da promoção de aquisição de competências por parte deste público.

Sras. e Srs. Deputados:

À semelhança desta intervenção junto do público com necessidades especiais, o Plano para 2017 prevê a viabilização de várias outras iniciativas no âmbito da Igualdade de Oportunidades, da Inclusão Social e, particularmente, no Combate à Pobreza.

Também reforçada em relação ao ano anterior, esta área contará com cerca de um milhão de euros inteiramente dedicado a projetos de intervenção social e sensibilização no sentido da inclusão dos públicos em situação de maior vulnerabilidade, em particular no âmbito da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, instrumento que se pretende inteiramente partilhado por todos os setores, sejam eles departamentos do Governo, autarquias, IPSS, agentes sociais e económicos ou sociedade civil.

Uma das grandes apostas passa pelo reforço dos programas de Educação Parental, investimento igualmente contemplado no Plano para 2017, aumentando o número de dinamizadores e o número de ilhas abrangidas, promovendo uma postura preventiva e, desta forma, minimizando ou erradicando as situações de desproteção social que atingem crianças, jovens e suas famílias.

Para 2017, estão planeados – alguns deles já em curso, inclusivamente - 29 grupos de educação parental, designadamente 11 em S. Miguel, 10 na Terceira, seis no Faial e dois no Pico.

Reconhecemos que há muito trabalho a fazer nesta área. Mas os Açorianos confiaram em nós para o fazer e esta tornou-se, natural e automaticamente, a nossa principal missão.

Sras. e Srs. Deputados:

Governar é uma responsabilidade de altíssima seriedade e as decisões que tomamos nesta mesma casa impactam aspetos fundamentais das nossas vidas, como a nossa educação, a saúde, a nossa segurança, a nossa qualidade de vida e, claro está, base essencial para a prosperidade, a nossa habitação.

Naturalmente, as políticas facilitadoras do acesso à habitação constituem-se, também elas, como promotoras de equidade, na medida em que nos permitem assegurar que todos os cidadãos, seja qual for o seu contexto de desvantagem, têm acesso a condições habitacionais dignas e condizentes com a sua condição familiar.

Através de regimes específicos de majoração, são protegidos os grupos mais vulneráveis, como as famílias monoparentais, os portadores de deficiência ou as vítimas de violência doméstica, por exemplo.

Com uma verba anual de 22 milhões e 600 mil euros, o Plano para 2017 em matéria de Habitação inclui ações para acelerar e impulsionar a oferta de todos os tipos de habitação, incluindo a habitação social, no imediato e a médio-longo prazo.

Nunca descurando a necessidade de assegurar habitação condigna àqueles têm mais dificuldades em aceder ao mercado habitacional e de arrendamento presentemente, o Plano para 2017 incidirá, em particular,

sobre as famílias em situação de maior vulnerabilidade, contemplando mais de 15 milhões de euros para assegurar a continuidade de programas estruturantes, como é o caso do programa Famílias com Futuro ou os acordos de colaboração com as autarquias para o realojamento de famílias em situação de grave carência habitacional, sendo o propósito primeiro conceder às famílias um período seguro, durante o qual possam construir as bases para a sua autonomização.

É ainda prioritário o realojamento de famílias a residir em zonas de risco, garantindo a segurança de todos os Açorianos que se encontrem nessa situação, nomeadamente em zonas identificadas na ilha de São Miguel, como é o caso de Santa Clara, Ribeira Quente ou Faial da Terra, sem esquecer, naturalmente, a conclusão do processo relativo aos acontecimentos em São Miguel Arcanjo, no Pico.

Cerca de 7 milhões e 200 mil euros serão afetos à manutenção de outros programas igualmente importantes, como a recuperação de habitação degradada, a promoção de habitação a custos controlados ou os apoios à construção/aquisição de habitação própria, este último particularmente importante para as famílias jovens com maiores dificuldades em autonomizar-se pela via da habitação.

Considerando a complexidade dos fatores subjacentes à situação habitacional, o Governo dos Açores sabe que não existem soluções ou medidas simples.

Há que abordar a questão em várias frentes. É precisamente para discutir uma abordagem mais abrangente ao planeamento habitacional na Região e promover um levantamento exaustivo da situação que é proposta a criação de uma Agenda para a Habitação nos Açores 2017-2031, medida igualmente acautelada neste Plano para 2017.

Mais do que sermos capazes de responder aos desafios, queremos estar preparados para os receber.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo dos Açores nunca se conformou. Temo-nos adaptado a cada novo desafio, aprendido com a experiência e introduzido atualizadas reformas em todos os setores em que elas se revelaram necessárias.

E, ao longo deste percurso, colocámos sempre a Solidariedade Social no centro do nosso Programa de Governo, refletindo propostas que foram inequivocamente apoiadas pelas Açorianas e pelos Açorianos nas últimas eleições regionais.

De facto, e nos tempos de incerteza e preocupações relativas ao crescimento económico que nos precederam, o compromisso por parte do Governo dos Açores na contínua aposta em medidas sociais eficazes e inovadoras não foi de somenos importância.

Hoje, a braços com uma divisão geracional provocada pelas mais recentes alterações demográficas, o imperativo de repensar e adaptar as políticas sociais às novas realidades e o esforço no sentido de garantir uma equidade de oportunidades através de uma verdadeira coesão social e territorial não se tornam menos importantes.

De facto, e num período igualmente marcado por vociferantes desacordos, uma postura aberta e dialogante revela-se um importante e mais que bem-vindo ponto de consenso.

Não espero, nem o Governo dos Açores espera que este espírito de concórdia se aplique a toda e cada medida proposta mas, a bem dos Açores, a bem do Povo Açoriano, é absolutamente vital que se construam mais e melhores consensos.

A flexibilidade, ainda que absolutamente necessária para garantir e melhorar a coesão social da nossa Região, assim como as suas perspetivas de futuro, não acontece no vácuo.

Mas a verdade é que as reformas já em vigor e os programas prontos a ser implementados que constituem o programa de ação deste Executivo, acrescidos que estão de comprovados resultados positivos, apenas reforçam a relevância de dar continuidade às medidas sociais desenvolvidas.

Não há, portanto, como negar o novo conjunto de circunstâncias em que nos encontramos agora. Mas, de igual forma, não restam quaisquer dúvidas de que é da unidade de propósito na construção destas medidas de que a Região precisa para prosperar.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Mónica Seidi, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: "A pobreza é um problema politico", disse Bruto da Costa, aquando da apresentação do roteiro para estratégia nacional da erradicação da pobreza, em setembro de 2015.

O Plano e Orçamento que hoje debatemos ao nível da solidariedade social, é direcionado ao combate à pobreza e à exclusão social.

Finalmente, o Governo Regional reconhece que nos Açores multiplicam-se os pobres e que é necessário olhar este problema de forma profunda, rigorosa e até mesmo corajosa.

Ainda recentemente o Bispo da Diocese de Angra, D. João Lavrador, referiu que continua a haver fome no arquipélago, falando numa realidade social alarmante.

No entanto, quando olhamos para as verbas inscritas no Plano, percebemos desde logo que tudo não passa de boas intenções, por parte da tutela e olhando para o reforço financeiro atribuído a este setor, distribuído nos cinco principais objetivos, a que inclui a pobreza é a que contempla menos reforço de dinheiro, comparativamente ao ano transato. Estamos a falar de apenas mais 50 000 euros que servirão para a definição de uma estratégia regional de combate à pobreza e á exclusão social, ou seja, esta preocupação não passará de mais uma intenção deste Governo.

A pergunta que lhe faço, Sr. Secretária é: o que pretende que este estudo lhe diga, diferente do que aquilo que vemos diariamente na Região? Precisa mesmo de um estudo científico para quantificar a pobreza?

Os objetivos repetem-se ao longo de vários anos.

Relativamente ao apoio à infância e juventude, das 16 ações, apenas 3 são inscritas de novo para o apoio à família, comunidades e serviços, excetuando o centro de alojamento temporário para os sem abrigo e o centro intergeracional das Feteiras, todas as restantes ações transitam do Plano do ano passado, sem que haja uma verdadeira mudança de paradigma.

No que concerne ao apoio a públicos com necessidades especiais, atendendo que quatro, das cinco ações previstas, se centram todas em S.

Miguel, suponho que a tutela tenha feito um levantamento do número de casos relativamente às necessidades especiais, aproveitando ainda o facto de utilizar esse mesmo levantamento para a implementação da rede de cuidados continuados de saúde mental.

Mas as incongruências não se ficam por aqui e no ano em que se combate a pobreza, opta-se por não aumentar o Complemento Regional de Pensão, nem o abono de família. Será que isto faz sentido, Sra. Secretária? Será que os idosos que tanto trabalharam não mereciam ser a prioridade nas políticas sociais do Governo, atendendo ao período da vida em que se encontram?

Mas o PSD está do lado dos mais vulneráveis e daqueles que ao longo da vida sempre trabalharam e por isso vai propor o aumento do Complemento Regional de Pensão, …

Deputado João Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: … porque fazer o bem, faz bem, independentemente do reconhecimento e porque a solidariedade não comporta vaidades.

O diagnóstico do estado da Região, do ponto de vista social, é o diagnóstico que está no Instituto Nacional de Estatística.

Infelizmente, os Açores são uma tragédia, ocupam o ultimo lugar em todos os rankings de desenvolvimento humano, desde a violência doméstica, gravidez precoce e usufruto do Rendimento Social de Inserção.

No final do mês passado eram cerca de 18 729 beneficiários desta prestação social, atirando os Açores para a Terceira Região mais pobre do País, atrás de Lisboa e do Porto, com uma taxa relativa de dependentes desta prestação que é quatro vezes superior à media nacional.

Onde está aqui o enviesamento politico de que os senhores nos acusaram?
Onde está aqui a responsabilidade do Governo Regional?
São cada vez mais os açorianos a depender desta prestação social para sobreviver.
Nos Açores caminhamos para um problema geracional, no que concerne à atribuição de rendimentos, criando e sustentando uma região social, em vez de uma região económica capaz de gerar emprego e riqueza.
Que o Governo que nos traz até este estado de coisas se chame socialista, é apenas uma pequena ironia. Os Açores do ponto de vista social estão a viver uma catástrofe e é preciso enfrentar esta realidade.
Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.
Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.
(*) **Deputado Paulo Mendes** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:
O Governo, através do Sr. Vice-presidente, ainda esta manhã disse que cada açoriano tem mais rendimento do que qualquer continental ou mesmo qualquer madeirense.
Ora, parece-nos que isso não passa de um mero trocadilho estatístico, até porque através daquelas que foram as declarações públicas da Sra. Secretária da Solidariedade Social, em que afirma e com razão que está preocupada com a pobreza e também estava preocupada com o aumento da dotação da sua Secretaria, ou seja, que gostaria de ter a sua Secretaria com maior dotação orçamental, nessa perspetiva e no reforço do combate

à pobreza eu questiono a Sra. Secretária para a possibilidade de acatarem as seguintes propostas:

Primeira proposta: está o Governo Regional disponível para aceitar o aumento ao Complemento Regional de pensão para o primeiro escalão, sendo que esse apoio iria fixar-se em 967,68€ anuais;

Eliminar a condução de recursos na atribuição dos complementos sociais, como o COMPAMID e o aumento Complemento Regional de Pensão; isentar no pagamento em creches aos agregados familiares até ao quarto escalão, assim como assumir um complemento ao Rendimento Social de Inserção para a Região.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Marco Costa tem a palavra.

Deputado Marco Costa *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nos Açores, (também) a Habitação é mais um indicador que faz prova de como estamos longe de conseguir a Coesão Regional.

A avaliação do parque habitacional de um país ou de uma região revela muito da sua coesão social e do nível de rendimento das famílias.

São muito claros e verdadeiramente preocupantes os sinais de debilidade e constrangimentos económicos das famílias açorianas.

Exemplo disso, são muitas das famílias, da classe média — inclusive aquelas que já beneficiaram de apoios no passado — que hoje não conseguem afetar verbas dos seus orçamentos para a manutenção das suas próprias habitações.

Exige-se que o Governo dê respostas a este extrato da sociedade que se encontra numa encruzilhada e que viu frustradas as suas legítimas expetativas sociais.

Senhora Secretária:

A Senhora ignora os problemas da Habitação dos Açores desde outubro de 2016.

Desde então assiste-se a um apagão nas suas iniciativas em prol da resolução dos problemas habitacionais dos Açorianos.

(Diálogo entre a Deputada Zuraida Soares e o Deputado Artur Lima)

O Orador: De janeiro de 2016 a outubro de 2016, a seu cargo realizaram-se 27 intervenções públicas devidamente publicitadas no sitio da Direção Regional da Habitação.

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados do PS)

O Orador: De outubro de 2016 a março de 2017 –
o numero de iniciativas resume-se a ZERO. ZERO.

Arriscamos a afirmar que a "Agenda para a habitação dos Açores 2017-2031, apresentada neste Plano e Orçamento como 'grande bandeira de legislatura' **não é mais do que o reconhecimento do falhanço das politicas implementadas.**

Este Governo continua a querer apostar em habitação social e não tem uma política social de habitação.

Senhora Secretária:

O PSD/Açores defende uma política de intervenção das famílias nos seus objetivos de qualidade de habitação, envolvendo-as na solução dos seus problemas habitacionais.

Defendemos a implementação de um programa de auto-construção e auto-reconstrução.

Defendemos Habitação condigna para todos Sim, mas com modelos que evitem a Criação de Bairros Sociais.

Tenho dito.

Deputado Bruno Belo *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado José San-Bento *(PS):* Diga isso aos seus autarcas!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a gora a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

Deputada Graça Silva *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD com esta proposta que acabou de fazer mostra bem que tem um problema grave, está sem rumo e não tem quem o reoriente.

Enquanto Governo na República congela e corta pensões, na oposição apresenta medidas avulso de aumento das pensões, anunciando previamente que votará contra elas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD): S*ó tem uma palavra: Sócrates!

A Oradora: Pelo contrário, o PS apresenta medidas de forma conjugada e articulada que provoca um verdadeiro impacto no dia a dia das pessoas.

Deputado Bruno Belo *(PSD):* Geringonça… O Sr. Bispo é que está errado!

A Oradora: Os idosos, sobretudo os que estão em situação mais vulnerável, são sempre uma preocupação constante do PS, quer na República, quer nos Açores, sempre presente na ação governativa dos governos da República e dos Açores e já deram provas disso, de que são exemplo o aumento da pensões, sobretudo das mais baixas no atual Governo da República; o aumento do Complemento Solidário para Idosos, o aumento constante do COMPAMID na Região; o aumento do Complemento Regional de Pensão, quer em 2016 em cerca de 10%, quer em 2017 através da redefinição no posicionamento dos escalões que tem um aumento entre os 10 e os 30%.

No entanto também era importante aqui perceber como explica o PSD, como concilia o PSD o aumento das pensões em 10% com a proposta de redução de impostos por contrapartida da redução de prestações sociais.

Ora, o que é o Complemento Regional de pensão, senão uma prestação social?!

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS Muito bem!

Deputado Bruno Belo *(PSD):* Tem que ouvir as declarações do Sr. Bispo!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Sra. Secretária, o CDS gostaria que nos esclarecesse onde é que se encontra neste Plano, verba inscrita para garantir a atualização dos vencimentos dos educadores de infância das IPSS que deveriam ter sido

reposicionados no índice 167, aquando da aprovação do DLR 23/2014 e obviamente a verba para pagamento dos retroativos a que têm direito?

Por falar em atualizações, gostaríamos também de saber se em 2017 finalmente vai ser possível a atualização do valor padrão cliente, quer dizer utente, no léxico socialista quando decidiram da mercantilização da segurança social, que diz lá claramente que deve ser automaticamente atualizado em função da taxa de inflação média regional e que em fevereiro passado era de 1,45%.

Portanto, desde que entrou em vigor os contratos programa nunca sofreram qualquer atualização. Onde é que se encontra a verba neste Plano 2017, para finalmente fazer os reposicionamentos e as atualizações que a segurança social já devia ter feito?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Tentando clarificar algumas das questões que foram aqui colocadas.

Quanto à estratégia regional para combate à pobreza e exclusão social, já aqui referida, eu queria transmitir aquilo que, de alguma forma, já aqui foi transmitido aquando da apresentação do Programa do Governo.

Esta é uma medida que foi escrutinada pelos açorianos e pelas açorianas, que consta do Programa do Governo aprovado em novembro e que terá a sua aplicação prática de forma transversal em todos os departamentos do Governo Regional, incluindo, naturalmente, a Solidariedade Social e

também com vista em parcerias que serão estabelecidas com os agentes económicos, sociais e com a sociedade civil em geral.

Portanto, a Sra. Deputada Mónica Seidi não pode ter a expetativa de ver consubstanciado exclusivamente no programa de ação deste departamento do Governo, a tradução prática desta estratégia.

Contudo importa referir que este é um trabalho que está, de facto, em curso, é um trabalho que começou por promovermos, de facto, a auscultação em todos os territórios da Região, às juntas de freguesia, casas do povo, IPSS, Misericórdias e demais agentes sociais e económicos.

Concluído este processo, estamos agora numa parte do processo que é interna e que poderá ser necessário, naturalmente, ouvir especialistas nesta matéria e é por isso que temos uma pequena dotação reservada caso haja necessidade de efetuarmos algum estudo específico para a determinação de algum aspeto em concreto desta estratégia.

Quanto às opções ao nível do investimento nas várias ilhas, por exemplo, referidos aqui ao nível dos Centros de Atividades Ocupacionais, queria que ficasse consciente que as opções do Governo de investimento em determinadas respostas ou serviços sociais, decorrem, de facto, de uma avaliação criteriosa das taxas de cobertura de cada uma das respostas sociais e não é diferente, naturalmente, também ao nível dos Centros de Atividades Ocupacionais para portadores de deficiência. E é resultado dessa avaliação que fazemos, naturalmente, que, por exemplo, investimos, ainda no decurso da Legislatura passada, na cobertura adequada na Ilha Terceira, no Centro de Atividades Ocupacionais em Angra do Heroísmo e na Praia da Vitória, ou o que fizermos nas mais diversas ilhas dos Açores, garantindo a cobertura desejável a este nível.

Temos consciência de que é necessário reforçar a cobertura de Centros de Atividades Ocupacionais na Ilha de S. Miguel, designadamente no concelho de Ponta Delgada, no concelho da Lagoa e é esse trabalho que temos vindo a desenvolver.

Portanto, há que tomar opções, naturalmente que as tomamos em função daquela que é a realidade e daquelas que são as necessidades que a população sente.

Há uma questão que queria deixar aqui clara.

Naturalmente, que muitos dos investimentos que o Governo Regional desenvolve ao nível das respostas sociais, não se esgotam num único ano económico, daí que, é natural que veja a sua tradução não só no Plano de Investimentos de 2016, como também no Plano de Investimentos de 2017. Exemplo disso, é por exemplo, o Centro de Acolhimento de Sem Abrigo de Ponta Delgada que, sendo um investimento da ordem dos quase 4 milhões de euros, iniciado o ano passado e que só se concluirá este ano, pois, a dotação está refletida nos dois Planos de Investimento.

Sr. Deputado Paulo Mendes, quanto a novas propostas e a propostas de ajustamento a este plano e orçamento, eu penso que isto já foi aqui dito hoje, mas eu queria deixar, naturalmente, também o meu entendimento sobre a matéria.

Eu de facto sou a favor de todas as propostas que são sérias e consistentes e que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos açorianos em geral, sejam eles idosos, crianças ou famílias em geral.

Sou frontalmente contra propostas irresponsáveis, propostas que optam pelo caminho mais fácil e propostas que demonstram falta de ideias, de orientação e de inovação social.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Hoje já se falou aqui de ditaduras e sobre ditaduras. Diria eu que nem ditaduras de maioria, nem ditaduras de minoria, sou a favor da democracia sempre!

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

A Oradora: E porque democracia sempre, aceitamos serenamente a vontade dos açorianos, aceitamos por isso que cada um de nós, acima de tudo, a cada um de nós cabe exercer as funções que nos foram confiadas, sem complexos, uns no Governo, outros na oposição e, sobretudo, aceitemos exercê-las de forma responsável.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membro do Governo)

Para terminar, Sr. Deputado Marco Costa, a propósito de convicção, não foram convictas as suas palavras. Foi-lhe encomendado mas, na verdade, o senhor não acredita naquilo disse!

E prova de que não acredita naquilo que disse, Sr. Deputado Marco Costa, é que falar em Habitação na Ilha do Pico realmente é um desastre. E é um desastre porque o Pico tem sido, exatamente porque promovemos a coesão social e territorial, quando olhamos a percentagens de investimento, designadamente em recuperação de habitação degrada, quando é que aparece o Pico? Aparece … Será em segundo lugar? Será em terceiro lugar?

Deputado Marco Costa *(PSD):* Não estava a falar no Pico, estava a falar dos Açores!

A Oradora: Exatamente porque estamos convictos e temos consciência daquelas que são as necessidades da população de cada um das ilhas dos Açores e é por isso que descriminamos positivamente aquelas que por uma razão ou por outra, sentimos que necessitam mais do nosso apoio.

Agenda, Sr. Deputado. Eu já percebi que há pessoas que se dedicam ao escrutínio da minha agenda. Há até quem encha artigos de jornais com aquilo que eu faço mensalmente. A mim, devo confessar que isto até me dá um certo orgulho, porque, de facto, é porque eu ando a fazer qualquer coisa que vos interessa.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem, Sra. Secretária!

A Oradora: Mas queria dizer-lhe, Sr. Deputado, muitas das coisas ao nível da Habitação que se fazem não dão lugar a atos públicos. Isto, para proteção das famílias que são merecedoras de todo o nosso respeito e atenção e, também, o que estamos aqui é a promover a dignidade e não propaganda política.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia *(Gui Menezes):* Muito bem!

A Oradora: E exatamente porque eu acredito que o senhor não acredita naquilo que disse, devo dizer-lhe que falar de bairros sociais a este Governo Regional e na promoção de investimento em bairros sociais é de quem ou não está atento, ou, de facto lhe encomendaram um discurso, porque objetivamente, eu apelo a que faça o esforço de me dizer qual foi o bairro social construído nos últimos quatro anos? Qual foi o bairro social construído nos últimos quatro anos? Terá sido a requalificação do bairro Joaquim Alves, na Ilha Terceira? Ou terá sido a requalificação do bairro da Terra Chã? Deve, com certeza, ser a esses que o Sr. Deputado

se lembra de existirem, exatamente porque remontam há uns anos a esta parte, talvez ao sismo de 80.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Também há aqui alguns no Faial, Sra. Secretária!

A Oradora: Sra. Deputada Graça Silveira, as questões que me colocou têm toda a pertinência, mas não têm qualquer reflexo no Plano de Investimentos até porque, tudo o que tem a ver com contratos de cooperação valor-cliente, não tem reflexos no Plano de Investimentos do Governo Regional, mas no orçamento da Segurança Social, designadamente do Instituto de Segurança Social dos Açores.

Contudo devo dizer-lhe que, no que toca a atualização de contratos de cooperação com as IPSS, esse é um trabalho que temos vindo a fazer, exatamente, de reajustamento do modelo de contratos de cooperação valor-cliente e, no sentido desse reajustamento, temos promovido atualizações, designadamente ao nível dos lares de idosos, ao nível do serviço de apoio ao domicilio e, mais recentemente, ao nível dos lares residenciais para portadores de deficiência.

Quanto às educadoras de infância: esse é, de facto, um assunto que ainda não está concluído, ou seja, o entendimento que o Governo defendeu e que defendeu junto das IPSS foi que não haveria lugar a esse reposicionamento. Com certeza que estaremos cá para, se o entendimento dos tribunais for diferente do que o Governo Regional defendeu, e defendeu junto das IPSS, estaremos cá para, com os sindicatos e com as educadoras, rever aquilo que houver a rever.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, coloquei-lhe quatro questões bastante diretas, eu só precisava de quatro respostas também elas muito diretas e às quais não deu qualquer tipo esclarecimento.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Então o que a Sra. Secretária o que nos acabou de dizer foi que o Governo regional aprovou um Decreto Legislativo Regional da carreira docente, onde as educadoras de infância que têm a sua carreira nas IPSS são abrangidas e que têm que ir a instância de Tribunal, …

Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa):* Não, não foi isso que eu disse!

A Oradora: … para terem o seu reposicionamento que lhes é devido, por direito, e que o Governo Regional só vai fazer o reforço às IPSS para que possam fazer esse reposicionamento se o Tribunal o decidir. Entendi bem?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Renata Correia Botelho, tem a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deixem-me começar por um desabafo: estamos no primeiro dia de debate e aquilo que temos vindo a assistir é desde já bastante confrangedor.

Deputado Paulo Parece *(PSD):* Para si é sempre confrangedor…

A Oradora: Confrangedor desde logo porque um homem ou uma mulher, enfim, um homem com H, grande, sem memória, é um homem imerso na sua própria morte.

Ora, que dizer de um PSD, esquecido de si próprio, sem memória, …

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Fale por si!

A Oradora: … tomado de uma amnésia absolutamente lamentável e que vem aqui tentar dar-nos lições de moral, em todas as matérias que vêm para cima da mesa; um PSD que recentemente cortou em todas as frentes (pensões, salários, prestações sociais) enquanto fazia deslizar dez mil milhões de euros em *offshores*, assim como quem não quer a coisa; lançou os portugueses na mais lamentável dificuldade …

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Sobre?

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: … enquanto o Sr. Secretário de Estado do CDS …

(Apartes inaudíveis do Deputado Duarte Freitas e do Deputado Luís Rendeiro)

A Oradora: … deslizava dez mil milhões de euros, sabe Deus para onde!

Ora, é de um vazio absolutamente desconcertante este discurso a que nós aqui assistimos, ou mesmo tempo é este PSD que na Região nos presenteia, como já aliás aqui foi dito pela Sra. Deputada Graça Silva,

com esta pérola de num dia apoiam uma proposta de redução de impostos por contrapartida da redução em prestações sociais e depois no outro dia vêm propor este aumento de 10% no Complemento Regional de Pensão.

Enfim, é trágico, para não dizer que é risível, é trágico!

Deputado Paulo Parece *(PSD):* Está a ser confrangedor!

A Oradora: Para além disso, eu tenho imensa pena que uma certa oposição nesta Casa, esteja a passar constantes atestados de incapacidade aos eleitores.

Por um lado, aos eleitores que elegeram o PS numa absolutamente clara eleição muito recente e que nos deu, a todos, lugar nesta Casa e ainda mais constrangedor é a incapacidade, o atestado de incapacidade que passam aos vossos próprios eleitores que esperam de vocês no mínimo, peço desculpa, uma oposição consistente, clara e com outra garra.

Deputado Paulo Parece *(PSD):* Não sei se foi isso que lhe encomendaram, Sra. Deputada.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* E o pedido de esclarecimento é?

A Oradora: Portanto, eu penso que os Srs. Deputados na verdade, neste momento não falam para ninguém, falam para essas três bancadas em que se sentam e eu pedia, também eu sou uma representante do povo, não tomem o povo por tão incapaz!

Entretanto, julgo que se impõe dizer que em matéria de solidariedade social, se há caminho que deve ser um motivo de orgulho para todos nós, é o caminho que tem sido feito nesta matéria: creches, ATL, apoio a idosos, centros de dia, centros de noite, lares, apoio a sem abrigos, apoio às vítimas, serviço de apoio ao domicílio, CAO's, centros intergeracionais, cuidados continuados, uma rede de equipamentos cada vez mais abrangente, cada vez mais diferenciada, encontrando a regra

para responder a cada especificidade, a cada idiossincrasia, a cada exceção, que tentando tecer até ao limite das suas competências uma manta única através de todos esses tecidos e perdoem-me a redundância, ao contrário desta manta de retalhos com que os senhores nos presenteiam diariamente, portanto vir apontar o dedo às soluções encontradas e às soluções sempre buscadas pelo Governo Regional do PS, é de facto absolutamente lamentável da parte de alguma oposição.

Já gora, tomando apenas um exemplo do que aqui foi dito relativamente ao RSI e eu volto a dizer aquilo que infelizmente temos que dizer muitas vezes porque me parece que de uma vez para a outra os Srs. Deputados, são tidos de alguma falha de memória, nunca ao PS interessou proceder a reduções administrativas no RSI.

Portanto, aqui na Região, aqui nos Açores fomos sempre ao limite das nossas competências para que, a cada açoriano que em algum momento da sua vida, atravessando alguma dificuldade precisa de usufruir deste subsídio, isso lhe seja conferido com toda a dignidade.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Nem sempre! Isso não é verdade!

A Oradora: As alterações legislativas nacionais recentes, aliás, de alguma maneira vieram dar razão a esta opção regional de nunca proceder por via administrativa a reduções que no fundo são absolutamente fictícias.

Aliás, aproveitando exatamente o facto deste assunto ter sido levantado, eu gostaria de perguntar à Sra. Secretária, gostaria de lhe pedir que fizesse um ponto da situação, relativamente às cantinas sociais, que é, digamos, tão caro um instrumento de combate à pobreza caritativo e assistencialista tão caro a este PSD e portanto uma medida nacional com aplicação na Região, eu gostaria que me dissesse, porque se realmente se

a Região está imersa num problema de pobreza, tão absolutamente devastador que os Srs. Deputados só sabem ler através dos números do RSI, gostaria, Sra. Secretária, que nos dissesse em que ponto estão as cantinas sociais…

Deputado Paulo Parece *(PSD):* Isso foi encomendado!

A Oradora: … e até mesmo o fornecimento de refeições no período não letivo, que são tudo medidas que de alguma maneira ajudam a mitigar esta pobreza, pelos vistos aos olhos do PSD, instalada, sem medida na nossa Região.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Acha pouco as leituras dos dados do RSI? Sinceramente!

A Oradora: Pelo menos, para já, fico por aqui, dizendo apenas que os Srs. Deputados, de facto, concentrem-se então na espera do diabo, …

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* É uma pena!

A Oradora: … juntamente com esse grande guru mediúnico, que vos une.

Obrigada.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sras. e Srs. Deputados, agradeço algum silêncio.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social, "para dançar o tango são preciso dois"! Para haver diálogo, também. Quando do outro lado é silencio, o diálogo não existe!

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

(Diálogo entre Deputado André Bradford, a Deputada Graça Silveira e o Deputado Artur Lima)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS/PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Só para registar que o silêncio da Sra. Secretária à minha pergunta, diz claramente o estado em que chegou a democracia na Região, ou seja, os docentes que servem nas IPSS para verem os seus direitos assumidos pelo Governo, têm que ir a Tribunal!

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa):* Sras. e Srs. Deputados:

Começando exatamente pelas questões colocadas pela Sra. Deputada Graça Silveira, porque eventualmente posso ter-me equivocado na natureza da questão que a Sra. Deputada colocou e, portanto, remeti para

um outro assunto que também dizia respeito às senhoras educadoras de infância.

Eu penso que a questão que coloca é uma questão que se coloca em algumas IPSS, designadamente numa delas em S. Miguel e que já foi colocada junto da Inspeção Regional do Trabalho, com a devida solução e a assunção por parte da Segurança Social do que houve a pagar em termos de retroativos e com o reposicionamento daí em diante.

Portanto, o que é de direito, é de direito. Aquilo em que há dúvidas, tem que se esclarecer as dúvidas e tão somente isso.

Portanto, eu terei respondido a uma outra questão que se coloca também ao nível das senhoras educadoras.

Quanto à questão colocada pela Sra. Deputada Renata Correia Botelho e que diz respeito às refeições ao almoço durante férias e interrupções letivas e cantinas sociais e ao reflexo que estas questões ou à forma como estas questões, muitas vezes, da pobreza são abordadas, importa, de facto, clarificar que, muitas vezes, as abordagens são, de facto, redutoras e, muitas vezes, são pouco esclarecidas porque não se conhece sequer tão pouco, os recursos que existem à disposição da população e que podem mitigar.

Claro que o Governo Regional pretende trabalhar sempre os aspetos preventivos e é para isso que queremos definir uma estratégia para tratar, de forma preventiva, estas questões, sendo certo que há, em muitas circunstâncias, que agir em função da emergência social que ocorre e foi isso que fomos fazendo ao longo dos tempos.

Mas realmente, o que é facto é que, para além de analisarmos a evolução do Rendimento Social de Inserção, é preciso percebermos, por exemplo, por que é que o Rendimento Social de Inserção evoluiu …

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Quando?

A Oradora: … de 2015 para 2016 da forma como evoluiu, no todo nacional e em particular na Região.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Levou um ano a subir!

A Oradora: É verdade que cresceu, o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, mas também cresceu no todo nacional, decorreu da alteração legislativa promovida pelo Governo do PS a nível nacional …

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Veja o mês em que isso foi feito! Quando?

A Oradora: Em 2016, Sr. Deputado! Alteração introduzida em janeiro de 2016, alteração essa, Sr. Deputado, que introduz dois fatores …

Deputado João Costa *(PSD):* Um ano a subir…

A Oradora: Sr. Deputado João Bruto da Costa, essa alteração legislativa introduz dois fatores que são determinantes: altera o valor de referência, aumentando o valor de referência em 2016, e, alterando o valor de referência, também altera os valores de equivalência, designadamente para os adultos e para as crianças.

Tudo isto teve reflexos a nível nacional, de forma mais expressiva até, Sr. Deputado, do que a nível regional, como poderá constatar nas estatísticas: a nível da Região cresceu 1,5%; a nível nacional cresceu cerca de 3%.

Portanto, Sr. Deputado, os reflexos decorrem daquilo que decorrem.

Deputado João Costa *(PSD):* Veja o mês em que isso foi feito!

É uma desonestidade intelectual!

A Oradora: Desonestidade intelectual é o senhor ter falado em imensos números e, o senhor que gosta tanto de falar de Rendimento Social de Inserção, não falou de Rendimento Social de Inserção na Graciosa. E será

porquê? Será porque é uma das ilhas com mais baixa taxa de beneficiários do Rendimento Social de Inserção na Região? Será isso, Sr. Deputado João Bruto da Costa?

Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: E sobre desonestidade e falta de seriedade estamos, com certeza, falados.

A propósito de cantinas sociais …

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Srs. Deputados, a Sra. Secretária está no uso da palavra.

A Oradora: … em 2014 foram fornecidas cerca de 200 mil refeições nas cantinas sociais; em 2016, 75 mil. Portanto, uma redução de cerca de 60% no fornecimento de refeições ao nível das cantinas sociais, o que reflete… Mas essa redução não foi administrativa, foi uma redução da procura das cantinas sociais, e que fique expresso.

À semelhança daquilo que aconteceu no regime de almoço durante férias e interrupções letivas, que, em 2015, foram cerca de 48 mil os almoços fornecidos e, em 2016, foram 46 mil.

Não houve nenhuma alteração das regras, houve sim uma redução da procura e penso que isto também reflete aquela que é, felizmente, a dinâmica social da nossa Região e, felizmente, o desagravamento das condições sociais.

Muito obrigada.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* A pergunta estava encomendada!

A Oradora: Estão sempre Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Então, a senhora é contra ou a favor das cantinas sociais, Sra. Deputada Correia Botelho?

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Parece, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Parece** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A discussão do Plano e Orçamento é, ou pelo menos, deveria ser o momento de discutir as propostas do Governo e avaliar as políticas …

Deputado Miguel Costa *(PS):* Muito bem!

Deputada Renata Correia Botelho *(PS):* É a melhor coisa que disseram até agora! Foi a coisa mais importante que disseram até agora!

Presidente: Srs. Deputados …

O Orador: Eu não vou concluir, que ainda agora comecei!

Dizia eu que a discussão do Plano e Orçamento é, ou pelo menos, deveria ser, o momento de discutir as propostas do Governo e avaliar as políticas a implementar dos Açores e em cada ilha.

É também o momento em que os açorianos de cada uma das ilhas em particular deveria ter conhecimentos dos investimentos preconizados para a sua terra nas diferentes áreas da governação.

Para a Ilha de Santa Maria, o Plano de 2017 reserva uma verba ainda que insuficiente, pensávamos nós, destinada ao início da empreitada de ampliação do lar de idosos de Vila do Porto, da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto.

Se é certo que em agosto de 2016 foi inaugurada a tão desejada ampliação daquele lar, depois de muitos anos de reivindicação e necessidade comprovada, é igualmente verdade que era pretensão daquela instituição proceder á terceira fase da sua ampliação, o que resolveria um problema de procura desta resposta social num futuro próximo, mas infelizmente não será assim, ficamos a saber que afinal o valor referido destina-se à conclusão do pagamento da obra inaugurada.

Este é um péssimo exemplo, entre muitos certamente, que tão importante documento esconderá.

Os marienses merecem uma justificação.

Que credibilidade poderão os marienses dar a este documento? Que credibilidade deverá ter este Governo quando diz uma coisa e faz outra? Que credibilidade deverá merecer este Governo perante esta Parlamento?

O Governo tem obrigação de justificar a esta câmara por que é que anuncia uma obra quando afinal pretende apenas pagar o que inaugurou.

Infelizmente, o papel aceita tudo, até mesmo uma mentira e como disse Fernando Pessoa, "um livro onde qualquer um escreve, torna-se um livro sem credibilidade".

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Os marienses gostam muito de poesia!

O Orador: Para nós a política tem que ser feita com seriedade, ainda que nem sempre pensem assim.

Disse.

Deputado Bruno Belo *(PSD):*Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa):* Sr. Deputado Paulo Parece, de facto, o Governo Regional é uma pessoa de bem, portanto é verdade que estamos a concluir financeiramente a execução da empreitada que, como disse e muito bem, foi inaugurada ainda o ano passado, da ampliação do lar de idosos e o que está previsto em termos de lar de idosos é exatamente isto para o ano de 2017.

Não conheço, não é conhecido do Governo Regional nenhuma terceira fase.

A ampliação foi concretizada na medida exatamente daquilo que era necessário, decorrendo de uma avaliação aos idosos em lista de espera, exatamente e estritamente naquilo que era o necessário, dando resposta até àquilo que a Deputada Mónica Seidi já fez: em função do que é necessário, foi exatamente esta a resposta que nós demos.

Importa dizer que há outras questões no Plano a Médio prazo deste Governo, ou seja nas Orientações de Médio Prazo, que estão ser equacionadas avançar em Santa Maria, designadamente o ATL de Santo Espírito que, aliás, já teve reflexo, como bem sabe, no último Conselho de Governo em Santa Maria e outras questões pertinentes que se colocam a nível das respostas sociais.

Estamos cá para avaliar as necessidades e para dar continuidade ao investimento que nos parece relevante naquela ilha.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Parece, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Parece** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, aceito a sua explicação, mas há de convir que o documento que estamos aqui a apreciar o que diz aqui na ação é "ampliação do lar de idosos de vila do Porto e início da empreitada", …

Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa):* É um lapso!

O Orador: … por isso aquilo que os marienses querem acreditar é que se iria dar início a uma nova obra, com uma verba inscrita de 82 000 euros, mas já percebemos e daí a credibilidade dos documentos e do Governo entre aquilo que é dito e aquilo que é a intenção. Depois aquilo que é concretizado é aquilo que se vê.

Deputado André Bradford *(PS):*Lapsos acontecem em qualquer sítio!

O Orador: Permita-me, Sra. Secretária, só que lhe deixe aqui para levar isso como reflexão: o importante não é justificar o erro, é impedir que ele se repita.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Estamos aqui para ajudar.

Deputado André Bradford *(PS):* Das coisas mais úteis ditas neste debate até agora!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então avançar com as intervenções de tribuna.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Quinto.

Deputada Maria Isabel Quinto *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Debater o Plano e Orçamento para o ano de 2017 e as Orientações de Médio e Longo Prazo, neste que é o primeiro ano deste XII Governo, é dar inicio a mais um ciclo de trabalho onde a inovação, renovação e reorientação de estratégias, são pedras basilares. Um percurso de quatro anos que caminha para um futuro social e económico cada vez mais sólido e evoluído.

A nível internacional, os desenvolvimentos do Brexit, a nova administração americana, as eleições em países importantes da UE e o terrorismo levam-nos a pensar que estes fatores terão impacto nas economias dos vários Países, de Portugal e dos Açores também.

A nível nacional consolida-se uma retoma económica e equilíbrio social, abalado pelas políticas de contenção e de restrição financeira defendidas pelo anterior Governo e projeta-se a estabilidade do sistema financeiro.

Revela-se, por isso, imperioso em 2017, dar continuidade ao trabalho desenvolvido, uma vez que, o estado social nos açores é um exemplo de boa governação. Além do apoio às crianças, aos jovens e aos idosos, os Governos do Partido Socialista sempre deram e irão dar respostas a tantas outras problemáticas criando uma rede cada vez mais alargada e diversificada ao nível das respostas sociais. Nomeadamente ao que

concerne à violência doméstica, pessoas com deficiência e os sem-abrigo. O Governo Regional pretende assim desenvolver políticas integradas, que promovam a coesão familiar, o reforço da proteção social das crianças e jovens, a inclusão da pessoa com deficiência, e o envelhecimento digno e ativo dos mais idosos.

Os dados revelam o esforço, e o empenho, que tem sido feito nos Açores. Em 16 anos as valências sociais disponíveis na Região passaram dos 375 para 707, o que revela uma taxa de crescimento na ordem dos 89%. Igualmente expressivos são os números que dizem respeito à capacidade de atendimento que passou de 15 mil para mais de 35 mil utentes, ou seja, um acréscimo de 127%.

Esta evolução deve-se, em parte, às parcerias existentes com as IPSS, as Casas de Povo, os Centros Sociais, as Santas Casas da Misericórdia, as Cooperativas e outras entidades sem fins lucrativos.

A Secretaria Regional da Solidariedade Social assume-se no próximo quadriénio como a principal dinamizadora do combate à pobreza e à exclusão social. Mas, todos nós sabemos que estes fenómenos constituem um dos maiores desafios que se coloca à sociedade e onde ainda há um longo caminho a percorrer porque todos os dias aparecem novas problemáticas.

A luta contra a pobreza e contra a exclusão social é uma batalha pela dignidade, pela promoção de autonomia e pela capacitação das famílias açorianas.

Tão ou mais importantes que as prestações pecuniárias são as iniciativas de inserção e inclusão implementadas em articulação com os núcleos regionais de inserção, estes são o verdadeiro instrumento de combate à pobreza.

O combate à pobreza e à exclusão social é um processo complexo e multifacetado, que tem de ser consolidado com as várias políticas públicas. Por isso a definição de uma estratégia concertada entre o Governo Regional e os agentes sociais, económicos e a própria sociedade civil, é fundamental. É neste sentido que o Governo Regional do PS prevê para 2017 a conceção de uma Estratégia Regional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, a qual visa congregar as várias ações, projetos e medidas que têm sido implementadas na Região, mas também conceber e/ou criar metodologias de intervenção que minimizem os efeitos deste fenómeno. A criação e reconstrução de estratégias de intervenção tem como objetivo a promoção da autonomização das famílias na comunidade em que estão inseridas, em detrimento de políticas de caráter assistencialista e de emergência, é neste sentido que se pauta este plano quadrienal.

A intervenção em rede com todos os parceiros dos vários departamentos governamentais subentende ainda um aprofundamento de parceria e cooperação com as IPSS e Misericórdias, com medidas de suporte e apoio social.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As políticas direcionadas para a solidariedade social deste governo regional socialista apresentam um acréscimo de cerca de 11% para as áreas que são as definidas como prioritárias para 2017: apoio à infância e juventude; apoio à família, comunidade e serviços; apoio aos públicos com necessidades especiais; apoio a idosos e igualdade de oportunidades, inclusão social e combate à pobreza.

Revela-se fundamental, para 2017, dar continuidade ao trabalho realizado ao nível da infância e juventude e aumentar a capacidade instalada em creches, jardins de infância e centros de atividades de tempos livres, numa perspetiva de reduzir as desigualdades.

A operacionalização, já neste ano, do Comissariado dos Açores para a Infância pretende garantir a defesa e a promoção dos direitos das crianças e dos jovens por via da qualificação das comissões de proteção que já atuam no terreno. É um projeto fundamental na afirmação da autonomia regional, uma vez que garante uma resposta de proximidade.

Assistiremos igualmente em 2017 à consolidação da rede de parceiros que constituem os centros de desenvolvimento e inclusão juvenil. Estes centros promovem a intervenção e reabilitação de jovens que estão em situação de risco.

As ajudas às famílias através do Complemento Açoriano ao Abono de Família, Programa Especial de Apoio ao Pagamento de Propinas e a atribuição de refeições em períodos não letivos, são medidas essenciais para o aumento do rendimento das famílias.

No caso da integração de pessoas com deficiência foi tornado público que a Região investiu na criação de valências inclusivas, num total de 90 vagas e com o custo anual de funcionamento de cerca de 165.000 euros. O alargamento da rede regional de equipamentos sociais para pessoas com deficiência através da construção ou remodelação dos Centros de Atividades Ocupacionais e lares residenciais é uma realidade.

A par dos investimentos definidos no Plano, importa realçar que o Governo Regional mantém e fortalece os apoios sociais, visando garantir o acesso a todos, a promoção da coesão sócio-familiar e o desenvolvimento pessoal e social. Através do Complemento Regional de

Pensão, que em 2015 abrangeu mais de 35 mil idosos, num montante global de cerca de 25 milhões de euros; o Compamid que beneficiou cerca de 4.000 idosos em 2015 e que foi alargado aos reformados por invalidez; e o Rendimento Social de Inserção, sendo este último um dos instrumentos fundamentais na prevenção da exclusão social e da pobreza, fazendo chegar apoio a quem dele necessita.

Ao nível da habitação, salientamos a intenção de fomentar e melhorar o planeamento a longo prazo, criando condições para lançar a Agenda para a Habitação nos Açores 2017-2031, promovendo o diagnóstico do setor e definindo uma estratégia para a habitação até 2031.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Finalizo esta minha intervenção referindo que o Partido Socialista através deste Governo Regional não só construiu como consolidou um vasto património em matéria de Solidariedade Social, do qual muito se orgulha, assentando as políticas sociais de forma sustentada num plano de ação integrado.

O Partido Socialista reafirma por isso, aqui e agora, o compromisso e a ambição de continuar a renovar com confiança uma nova geração de políticas sociais sustentáveis, que são nossas, dos Açores; e de nos afirmarmos como região solidária que somos, sendo o pilar o sentido do outro e a compreensão integrada dos seus problemas.

Disse

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Jugo não haver.

Vamos então passar à próxima intervenção de tribuna.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(*) **Deputado Jaime Vieira** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Gostaríamos de vir aqui no Parlamento afirmar que a maioria dos açorianos vivem dias felizes.

Porém os Açores continuam a ocupar os últimos lugares do País nos mais elementares índices do desenvolvimento humano, em que um grande número de açorianos necessita das mais diversas formas de apoio social.

Deputado José San-Bento *(PS):* A cassete é sempre a mesma!

O Orador: No conjunto da nossa Região, é na Ilha de S. Miguel, que se verificam os piores índices de pobreza com cerca de 56% das população da Região.

Em S. Miguel, residem mais de 70 famílias abrangidas pelo Rendimento Social de Inserção, em que o recurso à emigração nesta ilha tem sido uma forma de fugir à pobreza.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: A crise no setor da construção civil que albergava grande parte da mão de obra da ilha; a crise na agricultura e nas pescas, bem

como o elevado número de empregos precários, ou a falta de emprego contribuem para o acentuar deste flagelo social.

Ao longo dos últimos anos, os sinais de pobreza na Ilha de S. Miguel são evidentes.

As Câmaras Municipais criaram fundos de emergências sociais.

Diariamente dezenas de micaelenses batem à porta das juntas de freguesia, a solicitar alimentação e medicação.

A Cáritas e a Cruz Vermelha não têm mãos a medir, na busca de alimentos e vestuários para os milhares de micaelenses que batem à sua porta.

Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em S. Miguel existem núcleos de ação social, onde cada uma das assistentes sociais trabalharam com mais de 80 famílias.

Temos que enfrentar esta pesada realidade.

Em S. Miguel muitas foram as famílias que por falta de emprego e rendimentos perderam o seu lar que tinham adquirido com o suor do seu trabalho.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Em S. Miguel a pobreza envergonhada aumenta e esta também se faz sentir no ensino superior como referiu o então candidato à Associação de Estudantes da Universidade dos Açores, e cito: "há um problema na Universidade dos Açores, que é pobreza envergonhada!".

Há muitos casos que estão sinalizados.

Encontramos muitas famílias em que os rendimentos não dão para as despesas, dou-vos um exemplo concreto: uma família, ambos desempregados, com dois filhos menores, recebem 460 euros de apoio de

Rendimento Social de Inserção, possivelmente mais 145 euros de abono de família, perfazendo um rendimento total de 605 euros.

Deputado José San-Bento *(PS):* Tudo aumentado pelo Passos Coelho!

O Orador: A nível da despesa, uma renda de habitação mensal de 150 euros; 100 euros em custos com água, luz e gás; despesas mensais com alimentação, 250 euros, temos uma despesa total de 500 euros. Saldo positivo, 105 euros.

Agora põe-se a questão: e o vestuário? E os custos com a educação e com a saúde?

Assim, numa Região que quer passar por rica, não poderá deixar passar os dias, os anos, sem enfrentar e acabar esse estado de coisas.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Por isso, falar de pobreza, não pode ser tabu, porque é uma realidade.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

Deputado José San-Bento *(PS):* Mas nunca foi …

O Orador: Nós, não vamos desistir porque queremos que nos Açores os pobres tenham oportunidade de deixarem de ser pobres, pois a pobreza não pode ser encarada como uma fatalidade, uma vez que estamos plenamente conscientes que os micaelenses têm vontade de triunfar, logo que lhes sejam dadas as oportunidades.

Disse.

Deputado José San-Bento *(PS):* Uma miséria… Ó Sr. Deputado, é preciso um balão de "oxigénio"!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver inscrições.

Também não temos mais intervenções sobre esta matéria, por isso vamos agora fazer um intervalo.

Regressamos às 17 horas e 45 minutos.

Eram 17 horas e 25 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 55 minutos.

Passamos agora para a área da Educação e Cultura.

Dou por isso a palavra ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, para a sua intervenção.

Secretário Regional da Educação e Cultura *(Avelino de Meneses):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na Secretaria Regional da Educação e Cultura lidamos quotidianamente com a educação, cultura e desporto.

Neste contexto cabe-nos um papel determinante na governação dos Açores, porque lidamos essencialmente com crianças, adolescentes e jovens que, vindos de um passado ainda próximo, já projetam um amanhã também próximo, que todos nós queremos que seja construído sobre alicerces de maior razoabilidade e de muito maior justiça.

Comecemos pela Educação.

A educação do presente determina a sociedade do futuro. Assim, no respeito pela tradição, o mesmo é dizer pela herança do passado que aporta ensinamentos indispensáveis, erguemos a alavanca da inovação que garante a sustentabilidade na construção do futuro.

Dois princípios presidem à nossa ação: a inclusão, afinal uma consequência da escolaridade obrigatória, e a exigência para que os mais pobres tragam da escola um acréscimo de oportunidades.

No termo de tudo isto, ou seja, à saída do secundário, independentemente da prossecução de estudos superiores, pugnamos pela formação de cidadãos livres, autónomos, responsáveis e conscientes, logo, capazes de pensar de forma crítica, porque acreditamos que o poder da reflexão soluciona todas as dúvidas, todos os exames.

Na educação, o maior desafio de hoje consiste em incutir no espírito dos mais novos a convicção de que vale a pena estudar, porque como recentemente escreveu Guilherme D'Oliveira Martins, que foi Ministro da Educação, a distinção entre o desenvolvimento e o atraso está precisamente na aprendizagem.

Na educação, embora só atingível a prazo plurianual, jamais anual, a prioridade consiste na convergência das habilitações académicas e profissionais com as dos cidadãos de todos os Estados Membros da União Europeia.

Por outras palavras, guiamo-nos pela dita Estratégia 2020 que possui dois objetivos: a promoção do sucesso escolar e a redução do abandono escolar precoce.

Foi, por isso, que implementamos o ProSucesso – Açores pela Educação, um programa de promoção do sucesso escolar que retoma e aprofunda

ações herdadas do passado e que define e desenvolve estratégias para o futuro.

Pensado a prazo, de concreto a um prazo de 10 anos, porque em educação estamos num reino de melhorias lentas, embora seguras, ao cabo do primeiro ano de implementação, o ProSucesso evidencia alguns indicadores positivos, mesmo muito positivos, que até obrigam ao reforço da vigilância para que ao progresso não suceda qualquer regressão, entre eles a melhoria dos resultados a matemática no 1.º e 2.º anos de escolaridade e as taxas de transição e de conclusão do Básico e do Secundário que em 2015/2016 atingiram algumas metas previstas para 2020/2021, com cinco anos de antecedência.

Por influência das leis da demografia, por cada ano que passa assistimos ao decréscimo do número de estudantes, um fenómeno só artificialmente contrariado pelo alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos.

Nem por isso a escola diz respeito a menos gente. De facto, a par da formação das crianças, adolescentes e dos jovens, importa também o fomento da aprendizagem ao longo da vida, através da educação de adultos para conclusão de estudos, por falta de oportunidades no tempo próprio, para atualização de conhecimentos, por força do imperativo da mudança de atividade e de procedimentos na sociedade contemporânea.

Na concretização destes desígnios, mais do que as infraestruturas, releva o nosso empenho nos recursos humanos, neste caso importa destacar o óbvio e o essencial.

Antes de mais, dizer que os estudantes são a nossa única prioridade.

Além disso, o Governo não pode fazer tudo sozinho, os professores são os nossos principais parceiros no propósito de que cada jovem leve o seu futuro da escola, jamais deixe o seu futuro na escola.

Pela formação há que incutir-lhes novos instrumentos de intervenção. Pelo estímulo há que incutir-lhes ânimo indispensável.

As famílias são também nossas aliadas. Embora haja tarefas que no passado as famílias podiam cumprir e que no presente já não podem cumprir, mesmo assim os pais possuem um papel determinante na educação dos filhos.

Atentos aos alunos, disponíveis para os professores e acolhedores das famílias levaremos a bom fim a ação educativa.

Passemos à Cultura.

Enraizada na matriz portuguesa, dada a introdução das ilhas na marcha das civilizações por ação do Portugal dos Descobrimentos e condicionada pela imensidade atlântica, dada a participação das ilhas no conhecimento e na utilização do mar, a cultura açoriana é essencialmente filha da história e da geografia, isto é, de uma vivência de mais de meio milénio num ambiente díspar do continente.

Nesta época da globalização, no arquipélago, como nos demais mundo, a conformidade de práticas e de representações suscita uma uniformidade artificial avessa ao reconhecimento das especificidades.

Assim, por razões acrescidas, a individualização de uma identidade cultural como a nossa constitui uma mais valia. Além disso, no Portugal de hoje, como bem sublinha Eduardo Lourenço, os Açores são o território e a realidade mais singulares, sem par nas diversas, mesmo nas recônditas, parcelas do continente.

Por isso, enquanto para as partes metropolitanas se reivindica ocasionalmente a regionalização, as ilhas desfrutam constitucionalmente da Autonomia que possui necessariamente por alicerce uma identidade cultural muito específica.

Na cultura movemo-nos simultaneamente pelo passado, cuja herança importa preservar, e pelo futuro, através de um esforço de dinamização das instituições culturais, através de um estímulo à criatividade dos nossos agentes culturais.

Na convicção de que o Estado não pode nem deve fazer tudo sozinho ressalta a necessidade da cooperação dos particulares. O mesmo se diga da indispensabilidade da colaboração entre diversos departamentos governamentais, sobretudo em tempo em que a extensão cultural constitui uma alavanca da sustentação do turismo e da preservação do ambiente.

Alguns exemplos certificam o nosso programa de ação cultural. A criação da rede de museus e coleções visitáveis dos Açores que foi e ainda é catapultada por um programa de construção e de revisão de museografias que está em vias de garantir a cada uma das ilhas uma unidade museológica com dimensão apropriada e qualidade inegável.

A defesa do património móvel e imóvel decorrente da aprovação ainda recente de legislação que salvaguarda melhor os conjuntos arquitetónicos, os edifícios singulares e os objetos da incúria dos homens e dos cataclismos da natureza.

Neste capítulo, atenção redobrada deve ser dada ao património subaquático, bem patente na abertura de parques subaquáticos nas diversas ilhas dos Açores para expor a nossa riqueza cultural, quiçá o principal santuário mundial da arqueologia marítima.

Finalmente, no Desporto, mantemo-nos fieis à convicção de que as atividades físicas desportivas são um direito de todos e jamais um privilégio de alguns.

O objetivo consiste em manter uma taxa de participação desportiva absoluta equivalente a sensivelmente o dobro da média nacional.

Porém, em todo o desporto e também no desporto açoriano, a competição é o paradigma da excelência, através do apoio às atividades competitivas e do fomento do alto rendimento, o projeto é igualmente ambicioso e reside, para além da representação em competições regionais, nacionais e internacionais, em colocar atletas dos Açores na disputa pela entrada em Jogos Olímpicos e Paralímpicos, como já sucedeu no verão passado, no Rio de Janeiro.

Considerando que, na perspetiva da União Europeia, o investimento em infraestruturas desportivas é uma prioridade negativa, à qual não se podem alocar fundos comunitários, a assunção de duas obras em fase de conclusão, o Pavilhão de Judo de S. Jorge e o Polidesportivo de Santo Espírito, em Santa Maria, para além do apoio às atividades desportivas, tudo a expensas do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, diz bem do envolvimento do Governo Regional, através da SREC, na dinamização do desporto nos Açores.

O Plano de 2017 da SREC encontra-se desta vez consignado a um mesmo programa, o 6 – Educação, Cultura e Desporto.

No geral e comparativamente a 2016, há um decréscimo do montante de investimento de 89.664.854 euros para 79.015.212 euros, reduções que ocorrem na educação e cultura não compensadas pelo acréscimo no desporto.

Este quadro não corresponde a uma menor aposta do Governo Regional dos Açores na SREC e, particularmente, na educação e na cultura.

Com efeito, as reduções nestas duas áreas decorrem simplesmente da conclusão de obras que se achavam em fase de investimento intensivo, mais do que propriamente pela redução do número de empreitadas, casos na educação das escolas Gaspar Frutuoso, na Ribeira Grande, e das Lajes

do Pico, inauguradas no início do atual ano letivo, e, na cultura, da Biblioteca de Angra, igualmente inaugurada em setembro passado.

De resto, na generalidade dos projetos são mais as ações que aumentam as dotações do que aquelas que reduzem a dotação.

Interessante é verificar, eu creio que é isso que mais interessa, que na educação, na cultura e no desporto o investimento global em 2017, no começo da atual legislatura, é idêntico ao investimento global de 2013, no começo da anterior legislatura, a prognosticar uma evolução em crescendo com o desenvolvimento e a conclusão dos projetos e das empreitadas.

Na educação, o investimento global é de 54 milhões de euros, um montante adequado à evolução das construções escolares que regista acréscimos nas escolas Canto da Maia e da Calheta, em fase de obra, e na escola das Capelas, em fase de concurso para a empreitada que se espera tenha desenvolvimento na segunda metade deste ano.

Nos demais estabelecimentos escolares indicados, as tarefas consistem essencialmente no lançamento, na conclusão e na revisão de projetos com menor impacto financeiro imediato.

De resto, em matéria de construções escolares destaque-se o acréscimo das dotações para a beneficiação e reabilitação de instalações, um investimento a reforçar ainda mais a médio prazo, uma vez concluído o parque escolar da Região.

A comprovar a atenção concedida pelo Governo à educação assinala-se as dotações acrescidas dos projetos Apoio Social, que cresce pelo segundo ano consecutivo de 9 milhões para 9,5, e agora para 10 milhões, equipamentos escolares e programas de informação que incluem a transferência de verbas para os fundos escolares para acudir a

necessidades de aquisição de equipamentos e tecnologias didáticas e projetos pedagógicos, como garantia do desenvolvimento do ProSucesso.

Na cultura, o investimento global é de 13 milhões de euros. No projeto 6.7 Dinamização de Atividades Culturais há um acréscimo de fundos, já que nas suas oito ações não há redução de verbas, havendo sim a manutenção da dotação em três casos e o acréscimo da dotação nos restantes cincos casos, a saber, escolas de formação, na rede de leitura pública, na orquestra regional dos Açores, Banda Lira Açoriana, na dinamização cultural e no programa de apoio às sociedades recreativas e filarmónicas, SOREFIL.

Já no projeto 6.8 Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural a redução de fundos decorre da conclusão da Biblioteca de Angra, antes do começo da empreitada do Museu Francisco Lacerda, em fase de obtenção de visto do Tribunal de Contas, e que, conjuntamente com o núcleo museológico de Vila do Porto e o Ecomuseu do Corvo, cumprem o propósito de dotar todas as ilhas dos Açores de uma instituição museológica de qualidade.

No desporto, o investimento global é de 10 milhões de euros. Comparativamente a 2016, mais 380 mil euros, mais 3,63%, integralmente suportados, como se disse, pelo ORAA.

Afora um acréscimo de quase 300 mil euros para a conclusão do Pavilhão de Judo de S. Jorge e do Polidesportivo de Santo Espírito, em Santa Maria, certo é que aumentam as dotações dos projetos Atividade Física Desportiva, Desporto Federado e Infraestuturas e Equipamentos, a que acresce um novo projeto Iniciativas Transversais às diferentes áreas do desporto com quatro ações novas, designadamente Promoção do

Desporto, Formação Técnica, Simplificação de Procedimentos e Desmaterialização de Processos e Modernização de Apetrechamentos.

Em conclusão, os meios financeiros adstritos a esta proposta de Plano e Orçamento para 2017 possibilitam o desenvolvimento da educação, da cultura e do desporto, as áreas integrantes da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

(Neste momento, a Deputada Garça Silva substituiu a Deputada Bárbara Chaves na Mesa)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: É bem certo que chegamos a este ponto em que nós falamos da educação, mas se há prova viva que a educação é extremamente importante na nossa vida, dentro e fora deste Parlamento, é que ao longo do dia, das duas

últimas intervenções, falou-se de educação: falou-se de educação, aquando da intervenção do Sr. Vice-Presidente; falou-se de educação aquando da intervenção da Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social. Isto dá bem nota da forma como o Governo Regional entende educação de forma interdisciplinar a todas as áreas do Governo. Esta é a prova que o Governo Regional vê a educação plasmada, vivida e com o objetivo do sucesso em todas as áreas de governação.

Hoje, efetivamente, falou-se da educação e a oposição (a oposição que interveio no debate), prende-se muito a uma taxa que é a taxa de abandono escolar.

Eu devo dizer que gostava que a oposição falasse da taxa de abandono escolar precoce, …

Deputado António Almeida *(PSD):* A oposição nem sequer falou!

(Risos do Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: … mas também falasse de outras taxas que nos dão imenso orgulho.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Quem falou?

A Oradora: É preciso ter orgulho em ser açoriano para ter a coragem de trazer a este Parlamento outras taxas.

Relembro, por exemplo, e apresento aos Srs. Deputados que com certeza não têm conhecimento das mesmas, o aumento da taxa de transição nos diferentes ciclos; a redução esmagadora da taxa de abandono escolar precoce; a redução esmagadora da taxa de abandono escolar.

Recordo que, por exemplo em 1991, em cada 100 crianças, 17 não terminavam a taxa de escolaridade obrigatória. Nós chegamos a 2011 e apenas estamos com 3 crianças.

Portanto, é preciso ver que há aqui outras taxas que nos deviam a todos orgulhar do percurso do Governo Regional, na área da educação. Mas a oposição teima e só se pega à taxa de abandono escolar precoce e a pergunta deve ser feita: porquê? Porque têm vergonha dos resultados dos alunos açorianos nas restantes taxas?

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Mas nem sequer falámos disso!

A Oradora: Têm vergonha de dizer que os alunos açorianos estão a terminar com melhor sucesso, o secundário?

Têm vergonha de dizer que nós temos uma brutal taxa de escolarização?

Porquê e unicamente se pegam à taxa de abandono escolar precoce?

Esta é uma resposta que têm que aqui dar.

Deputado Bruno Belo *(PSD):* A senhora percebeu foi mal!

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Vamos perguntar a seguir!

A Oradora: Vejamos, a taxa de abandono escolar precoce: a taxa de abandono escolar precoce que tanto gostam e que deviam perceber o enorme caminho que os alunos açorianos fizeram nas escolas, mas recusam-se a ver este caminho.

Vejamos: em 1998, nós tínhamos uma taxa de abandono escolar precoce 60.1, reduzimos para 28.1. Nós fomos das regiões que mais reduziram a taxa de abandono escolar precoce.

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…

A Oradora: Mas isso não interessa! Isso a Vs. Exas. nada diz!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…

A Oradora: Srs. Deputados, se vos incomoda é porque o sucesso dos alunos vos incomoda! É isto que aqui está em causa!

A taxa de transição no ensino básico aumentou 10.37 pontos e no secundário 12.4; …

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* A gente já vai perguntar isso a seguir.

A Oradora: … a taxa de escolarização aumentou 15 pontos percentuais desde 1996; a taxa de conclusão no ensino básico aumentou 6.1, desde 1996. Mas nessas taxas os Srs. Deputados nada dizem sobre a matéria.

(Apartes inaudíveis)

A Oradora: Falamos também daquilo que foi aqui referido numa intervenção sobre a alimentação …

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço algum silêncio para que se possa continuar o debate em condições.

Faça favor de continuar, Sra. Deputada.

A Oradora: Para terminar eu gostava de ouvir da parte da oposição que não se prenda à única taxa que vos dá jeito. Olhem para todas as outras taxas porque essas taxas representam o sucesso dos alunos!

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Essa é que é importante!

Deputado João Costa *(PSD) e* **Deputado Duarte Freitas** *(PSD):* Isto só prova que não interessa o que a oposição diz!

Presidente: Obrigada, sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sras. e srs. Deputados se não houver inscrições vamos ter que encerrar …

Sra. Deputada Maria João Carreiro tem a palavra.

(*) Deputada Maria João Carreiro *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: O Sr. Secretário disse, e muito bem, no início da sua intervenção de hoje: "a educação do presente determina a sociedade do futuro". Estamos plenamente de acordo!

A educação deve ser uma prioridade. É verdade!

No entanto este Governo não quer combater nem o abandono escolar precoce, nem o baixo nível de literacia dos pais dos nossos alunos.

Vejamos o plano ação 6.6.3, em que verificamos que analisando o Plano 2016, analisando o Plano 2017, há uma redução significativa para metade da verba.

Portanto, gostaríamos que explicasse, Sr. Secretário, a que se deve essa alteração significativa, quando continuamos a ter a taxa do abandono escolar precoce mais alta do país, 27%. Cá está!

Deputado André Bradford *(PS):* Ora lá está, a gente já sabia que iam falar nisso!

A Oradora: Eu vou esclarecer-lhe o seguinte: nós tanto andamos bem informados, se calhar os senhores deveriam andar mais, que é assim: eu não me posso orgulhar quando nos últimos dados publicados do ano

letivo 2014/2015, seja a nível nacional e regional, os Açores continuam a estar na cauda do País.

Portanto, basta Sr. Deputado! Até poderei divulgar, pela vossa bancada …

Deputado André Bradford *(PS):* Já sei que não posso falar em educação!

A Oradora: Não. Basta ler! Informe-se!

Conselho Nacional de Educação, estado da educação: continuamos a apresentar as taxas mais altas.

Portanto, são dados publicados.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* O senhor também tem uns dados aí guardados!

Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro):* Mas vai ter! para lá vamos!

A Oradora: Fico a aguardar os restantes.

Segunda pergunta: gostaríamos de saber também, Sr. Secretário, qual a verba plasmada no Plano para combater iliteracia dos pais?

Onde está a ação concreta que promove a aquisição de competências e conhecimentos e aumenta o nível de escolaridade dos pais, quando apelamos, todos nós, e bem o Sr. Secretário sabe, que os pais devem cada vez mais influir nas tomadas de decisão na vida escolar dos seus filhos.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** *(Avelino de Meneses):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada do PSD, Maria João Carreiro, questionou sobre a existência de verbas, o mesmo é dizer, sobre a existência de vontade de combater a iliteracia dos pais e dos encarregados de educação.

Eu recordo que ao ser construído o ProSucesso – Açores pela Educação, este plano integrado de promoção do sucesso escolar, possui três eixos fundamentais, um desses eixos passa fundamentalmente pela interação com as famílias e com as comunidades.

Deputada Maria João Carreiro *(PSD):* Isso não está descriminado no plano!

O Orador: Necessariamente que a intervenção junto das famílias, junto das comunidades sairá destas verbas dos projetos pedagógicos, adstritas naturalmente ao ProSucesso.

Lembro, por exemplo, que nós neste momento temos a decorrer no concelho da Lagoa, nas suas três unidades orgânicas, um projeto que aliás resulta de uma colaboração entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura, Secretaria Regional da Solidariedade Social, a Câmara Municipal da Lagoa, chamado sucesso educativo, escola, comunidade, família, onde efetivamente esses aspetos são devidamente tratados, onde há efetivamente a convicção de que o combate ao insucesso escolar tem que se fazer necessariamente dentro das nossas escolas, mas o combate ao insucesso escolar faz-se também fora das nossas escolas, para além dos muros das escolas, em cooperação estreita, entre os agentes do sistema

educativo regional e os demais agentes técnicos que trabalham na ação social.

Mais, em matéria de qualificação de adultos, em matéria de alfabetização, chamemos-lhe assim, são várias as atividades que o Governo Regional efetivamente tem, embora nem todas elas dependentes da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Eu lembraria aqui por exemplo o ensino recorrente para candidatos fora da escolaridade obrigatórios, com 18 anos no início do ano letivo para conclusão da escolaridade básica, da escolaridade secundária; o ensino recorrente que pode ser presencial ou mediatizado; …

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* O que é o mediatizado? É por videoconferência?

O Orador: … a formação de base para conclusão do ensino básico e secundário; o programa Reativar; a formação de dupla certificação; falaria também aqui na Rede Valorizar, mas acho que não vale a pena avançar muito mais.

Depois falou a Sra. Deputada, do facto da rubrica 6.6.2 e da 6.6.3, estar menos dotada, mas a 6.6.2 está mais dotada.

Se verificar, se fizer as contas entre 2016 e 2017, vai verificar que no âmbito dos projetos pedagógicos, o montante é mais ou menos o mesmo, inclusivamente temos uma ação nova nos projetos pedagógicos, concretamente uma ação que visa a avaliação externa do ProSucesso, porque o ProSucesso tem que ter três pés: tem um conselho científico que está constituído e nomeado; tem uma comissão coordenadora que está constituída, vai ser nomeada por estes dias e tem uma comissão de acompanhamento e de avaliação que está em fase de criação.

É para que esta comissão consiga já trabalhar no decurso deste ano de 2017, que abrimos aqui uma ação nova.

Depois, o somatório de todas as ações de 2017 é muito idêntico ao somatório das ações de 2016, até porque há aqui duas ações, 6.6.2, 6.6.3, que são ações que praticamente são geridas em conjunto e que visam todas elas o combate ao abandono escolar precoce, ao insucesso escolar e o desenvolvimento de projetos do ProSucesso.

De resto falou-se aqui, falou a Sra. Deputada Sónia Nicolau de taxas de abandono escolar precoce.

Efetivamente nós gostaríamos de ter nos Açores uma taxa de abandono escolar precoce efetivamente muito menos elevada.

Agora uma coisa é certa, na transição de 2015 para 2016, no decurso de apenas um ano, ou melhor ao cabo de dez anos, aumentou a taxa de abandono escolar precoce em Portugal, se bem que de uma forma muito diminuta. Contrariamente nas regiões autónomas esse aumento do abandono escolar precoce não se verificou, houve redução: redução ligeira na Madeira e inclusivamente uma redução de dois pontos percentuais, bem expressiva nos Açores, o que é sinal de que efetivamente estamos atrás, mas estamos a correr mais que os outros …

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Essa foi bem à moda das Lajes!

Vai-se cansar!

O Orador: … e esse é o principal sinal que nós efetivamente aqui podíamos dar em matéria de abandono escolar precoce.

Muito obrigado.

Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa) e* **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** *(Berto Messias):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado João Corvelo, tem a palavra.

Deputado João Corvelo *(PCP):* Para solicitar um intervalo de quinze minutos, se faz favor.

Presidente: É regimental.

Regressamos daqui a quinze minutos.

Eram 18 horas e 26 minutos.

Presidente: Sras. e srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 47 minutos.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Parece, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Parece** *(PSD):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Foi uma aposta deste Governo, relativamente a Santa Maria, levar a efeito um conjunto de obras referentes a equipamentos museológicos: a construção do museu de Santa Maria, em Vila do Porto; a recuperação do Cinema do aeroporto e a recuperação da antiga torre de controle do aeroporto de Santa Maria.

Não irei discutir e muito menos nesta fase tecer considerações sobre a pertinência ou mesmo opção de alguns deles, relativamente a outas necessidades por ventura mais prementes.

Desde 2013 estão afetas verbas com esse propósito.

Já o Plano de 2015 reservava uma dotação significativa anunciando-se finalmente a sua materialização.

Chegado o final de 2015, obra nem vê-la!

Na prática o Governo destinou para Santa Maria milhões de euros, sem que nada tenha sido erguido, um único bloco, ou mesmo um simples *outdoor*, como tem sido habitual sempre que se tenta iludir os marienses.

Criaram-se de novo expetativas aos marienses e aos empresários do setor da construção civil. Prometeu-se mais uma vez sem se cumprir.

Sr. Secretário, recorrendo à sua prodigiosa memória, verificará que citei quase na íntegra, a minha intervenção nesta Casa no final de novembro de 2015, aquando da discussão do Plano e Orçamento para 2016.

Deputado António Almeida *(PSD):* Está muito atual!

O Orador: Passaram-se quinze meses, cinco planos; desde de 2013 mais de 3,5 milhões de euros orçamentados e a obra não se vislumbra.

É caso para dizer que não temos o Cinema do aeroporto recuperado, mas permita-me que lhe diga já estamos fartos desse filme.

Prometer e não cumprir é já uma prática que a governação socialista infelizmente nos vem habituando e já nem a palavra dada, é palavra honrada.

São muitos os projetos que transitam de Plano de Plano sem concretização e como se isso não bastasse agora também transitam de legislatura em legislatura.

Impõe-se por isso, questionar de novo para quando o início real das referidas obras? Qual o verdadeiro ponto de situação de cada um dos projetos: do Cinema do aeroporto e da recuperação da antiga torre de controle do aeroporto de Santa Maria, que a cada dia que se passa degrada mais?

Qual o modelo de exploração de cada um dos projetos?

Qual o número de novos postos de trabalho a criar?

Já passou muito tempo, demasiado tempo e essas são questões às quais os marienses exigem respostas concretas.

Deputado André Bradford *(PS):* O senhor se está a dizer é porque não tem mais nada a dizer!

O Orador: Os marienses estão cansados que lhes deem as mesmas respostas de sempre, e pior, que não lhes respondam.

Estão cansados que lhes prometam milhões, mas que se executem tostões. Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Bárbara Chaves, tem a palavra.

(*) **Deputado Bárbara Chaves** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Não estava para intervir neste debate, por acaso estou cá em baixo, mas poderia não estar, mas gostaria de dizer que a área da cultura tem sido uma área que os marienses têm visto algumas obras implementadas ao

longo da anterior Legislatura e o avanço de alguns processos que se iniciaram na anterior Legislatura e que como é óbvio vão ter a sua continuidade durante este ano e durante esta Legislatura.

Como sabe o Sr. Deputado, as áreas prioritárias ao nível da atuação do Governo Regional na anterior Legislatura, foi o esforço direcionado para o apoio às famílias, às empresas, às instituições mais ligadas à Solidariedade Social, mas mesmo assim o Governo Regional não esqueceu para Santa Maria as áreas da cultura.

O Cinema do aeroporto foi um projeto que teve avanços significativos na anterior Legislatura: foi preciso fazer a anteproposta de projeto; foi preciso desenvolver um conjunto de projetos relacionados também com a estabilidade daquele edifício; ver de que forma é que melhor se adequava para não desvirtuar um pouco a traça daquela infraestrutura, mas de forma a adequá-lo às necessidades reais e atuais da nossa sociedade, daquilo que é atualmente as exigências em termos de construção.

Foi feito todo esse trabalho. Esse trabalho foi feito, foi desenvolvido, o projeto ficou concluído, foi lançada a empreitada, foi lançado o concurso, foi adjudicado e está em Tribunal de Contas para aprovação da sua empreitada.

Os marienses terão na próxima Legislatura este investimento realizado, estamos certos e temos a garantia, toda a certeza, toda a convicção que este será um investimento a realizar na Ilha de Santa Maria.

Na área da cultura o Sr. Deputado esqueceu-se propositadamente, deduzo eu, por exemplo do investimento enorme que está a ser feito ao nível do Polo de Vila do Porto, o Polo do Museu de Vila do Porto, uma infraestrutura que também foi desenvolvido o seu projeto na Legislatura

anterior, que foram desenvolvidos os trabalhos e cuja empreitada está a decorrer e verá o seu términus ainda durante de 2017 ou início de 2018.

Mas nós não estamos com pressa de que aquele investimento seja feito rapidamente, ou qualquer investimento seja feito rapidamente só para cumprir calendário.

Nós queremos que as coisas sejam feitas de um modo sustentável, de um modo que as pessoas possam usufruir da melhor forma e investimentos pensados também nessa área da cultura.

Mas outros investimentos que o Sr. Deputado também se esqueceu, nomeadamente reabilitação a Igreja do Senhor dos Passos, que também esteve a decorrer a sua reabilitação …

Deputado Paulo Parece *(PSD):* Não estava no plano!

A Oradora: Se não estava no plano ainda bem!

Quer dizer que nós fazemos aquilo que está no Plano e aquilo que não está no plano, portanto são ótimos exemplos que podemos até dar.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Então dê!

A Oradora: Na anterior Legislatura foi feito um investimento claro ao nível da cultura, também na zona histórica de Vila do Porto.

O Sr. Deputado certamente lembra-se e talvez muitos dos que estão aqui na bancada do PSD (muitos não) mas alguns lembram-se certamente de como é que era a zona histórica de Vila do Porto, em 96, ou antes, e deviam ter memória porque a cultura também é memória, …

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Acho que não existia Vila do Porto antes de 96!

A Oradora: … porque foram os Governos do PS que desenvolveram projetos para reabilitar toda aquela área. Tudo isso é cultura.

Fizemos a reabilitação da creche no edifício classificado, reabilitámos o imóvel classificado; fizemos a pousada da juventude no edifício classificado, mais um investimento nessa área; …

Deputado André Bradford *(PS):* É verdade!

A Oradora: … estamos a fazer o museu; apoiámos um clube desportivo para implementar a sua sede desportiva, na zona histórica de Vila do Porto; está o Centro Paroquial a ser desenvolvido pela igreja, também na zona histórica e que está a ser apoiado também pelo Governo Regional, com muito gosto, Sr. Deputado.

Portanto, tudo isso é cultura, Sr. Deputado!

A torre de controle também está a seguir o seu caminho, o senhor sabe muito bem do que é que estamos a falar.

Portanto, vir aqui falar de uma única questão em concreto, tal como já falou há pouco, …

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Se não quer falar não fale de tudo. É preciso ter lata!

A Oradora: … e não tive oportunidade de lhe falar sobre isso, quando se falou na parte da solidariedade social, em que temos imensas atividades, um bom exemplo de solidariedade social para os Açores, que é a implementação e a articulação que existe ao nível das IPSS na Ilha de Santa Maria e o senhor, à semelhança de há pouco, também veio aqui falar sobre um único investimento, sem olhar para o todo.

Muito obrigada.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Parece, da próxima vez, perguntas à Sra. Deputada, o que vais perguntar!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Paulo Parece, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Parece** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Sra. Deputada Bárbara Chaves, é evidente que eu não fiz referência àquilo que está em andamento, porque está em andamento.

O papel de qualquer um dos Deputados aqui nesta Casa é fiscalizar a ação governativa, …

Deputado André Bradford *(PS):* Isso é o que os senhores gostam mais!

O Orador: … portanto se foi o Governo que pôs em Plano e priorizou essas atividades, estamos aqui para fiscalizar aquilo que não foi cumprido, que foi prometido e não foi cumprido, por isso aquilo que está feito não fizeram mais que a sua obrigação.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Gostava de terminar porque em 2015, o Deputado de então por Santa Maria, Duarte Moreira, numa resposta exatamente à mesma questão dizia, relativamente ao Cinema: "que é uma de uma dimensão e complexidade elevada, atendendo ao tipo de construção que ali está, uma construção em madeira e que está a decorrer os seus processos normais e que durante 2016 iremos ver erguer na Ilha de Santa Maria".

A Sra. Deputada se me conseguir provar que a obra está em andamento ou que já iniciou eu tiro aqui o meu chapéu e reconheço o meu erro.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.
Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.
Vamos então avançar para as intervenções de tribuna.
A primeira pertence ao PS e tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.
Deputada Sónia Nicolau *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Damos início à análise, debate e votação de instrumentos de suporte ao desenvolvimento e coesão educacional e o Partido Socialista está muito confortável com o já atingido.
Melhoramos as notas internas nos diferentes ciclos.
Abandonamos o último lugar da tabela do teste PISA.
Abandonamos o último lugar da tabela nas provas nacionais do 3º ciclo.
Obtivemos bons resultados no teste TIMSS.
Conquistamos excelentes resultados no teste TIMSS Advanced.
Estes resultados são a certeza de atingir mais e melhor.
As orientações a médio prazo refletem a nossa determinação em garantir que todos realizem o seu potencial nas diferentes inteligências, contribuindo globalmente e responsavelmente para uns Açores melhores!

Todos são capazes de aprender! Quem diz o contrário, disfarçadamente, está a contribuir para um retrocesso civilizacional.

Orgulhamo-nos da transformação da imagem de um atraso estrutural para a imagem de uma Região com uma educação baseada numa visão humanista, de desenvolvimento, de dignidade, de justiça social, de inclusão, de proteção e da diversidade cultural.

Esta imagem positiva reforça a nossa auto estima e a certeza de um futuro.

Os sucessos não são ganhos por um Governo, são conquistados por todos.

Os alunos que se empenham; os pais que valorizam a escola; os professores que se dedicam e toda a comunidade escolar que derruba muros.

Os partidos da oposição não podem ser mais um muro, que negam em validar os progressos obtidos.

Reduzimos a taxa de abandono escolar precoce.

Reduzimos a taxa de abandono escolar.

A visão das orientações a médio prazo é a de transformar vidas por meio do acesso à educação sempre ao reconhecer o seu papel insubstituível de impulsionar o Desenvolvimento Sustentável.

O investimento na educação são etapas sempre inacabadas e com horizontes de novos desafios.

Dizemos presente ao compromisso com os Açorianos e não nos refugiamos na negação antecipada.

Negar sem debater é negar a vontade dos Açorianos.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Os Açorianos nada menos exigem que o cumprimento dos compromissos.

Nas construções escolares, neste Plano e Orçamento para 2017, iniciamos o cumprimento de mais de 85% da nossa palavra com o Povo Açoriano.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Isto é que era a intervenção de há pouco!

A Oradora: São 35,8 M€ para a construção e reparação. 4% a mais, ou seja, 1.5 €, do que no Plano de 2013.

Construir o parque escolar em todas as ilhas é uma empreitada de enorme envolvência financeira, à qual já se segue o plano de intervenções de reparações nos edifícios escolares espalhados por todas as ilhas.

Os dados disponibilizados são claros no progresso da coesão educacional que a Autonomia nos permite.

Reduzimos a taxa de desistência. No 1º e 2º ciclo já é de 0%.

Aumentamos a cobertura do pré-escolar.

Os Açores fizeram avanços notáveis nos últimos anos. Aos objetivos da Educação para todos e os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, os Açores responderam positivamente.

Assistimos à chegada do digital. Equipamos as escolas e respondemos desburocratizando e simplificando procedimentos. Mas esta será sempre uma tarefa inacabada.

Implementamos, em conjunto com a sociedade, desde Setembro de 2015, o PROSucesso.

Na firme certeza de que as principais mudanças estão no professor, no aluno, na ligação com a família, na sociedade, e eles são o PROSucesso, assumimos um investimento nos Projetos Pedagógicos, onde se contemplam os eixos do PROSucesso e onde os pais são peças fundamentais.

Comparativamente a 2013 registamos na rubrica Pojetos Pedagógicos o valor de 63.480€. Em 2016 é de 2.6 milhões de euros. Um aumento de 4.116%.

Desprestigiar o PROSucesso é desprestigiar a comunidade educativa.

Com o ProSucesso 2025 estamos certos que nos enquadramos no panorama internacional a par de muitos dos objectivos da Educação 2030.

Investimos uma enorme parte das nossas receitas na educação, porque acreditamos na educação como um bem público.

As despesas correntes na área da educação são de 215 M€. Sabemos do peso deste valor no orçamento regional. Mas não cedemos ao argumento economicista do rácio de alunos por professores. Cedemos sim, ao argumento de uma educação para todos em todas as ilhas dos Açores. É disso bem exemplo o Corvo, onde frequentam 48 alunos, nos diferentes níveis de ensino, com 19 professores que garantem o currículo dos 6 aos 18 anos. Um rácio, no Corvo, de 2,5 por professor, que contrasta, em São Miguel, em média, no currículo regular, de 20 alunos por professor.

À 1ª potência ou 2ª potência que o PSD hoje de manhã referiu, o PS responde com coesão regional. Coesão educacional.

Garantimos os 12 anos de escolarização;

Aumentamos a taxa de escolarização;

Com uma taxa decrescente de alunos estamos na presença de uma taxa crescente de professores.

Nos anos 2014, 2015 e 2016, através de procedimento extraordinário, vinculamos mais de 300 professores, onde se associa o decréscimo da natalidade.

Estamos certos que, maioritariamente, os professores contratados anualmente suprimem necessidades transitórias do sistema, ocupando

vagas que são pertença de outro professor ou de vagas disponibilizadas por via da execução de diferentes projetos pedagógicos em cada escola, no âmbito do PROSucesso.

Respeitamos e somos sensíveis ao professor contratado e ao professor desempregado.

Mas cabe-nos a responsabilidade de servir todos os Açorianos em contraponto com o populismo. Esta postura nos força a introduzir garantias de equilíbrio no Sistema Educativo Regional.

À educação, de forma direta, está consignada 32%. São 54.849.644€.

Digo de forma direta porque Sras. e Srs. o ímpeto progressista e humanista deste Governo está visível na interdisciplinaridade da Educação. Do desporto, à Saúde, da Solidariedade Social à Ciência da Tecnologia à Cultura.

Comparando os documentos em debate e que marcam "uma nova etapa" desta legislatura, com um investimento público previsto em 2013, assiste-se a um crescimento de 17%, correspondendo a mais 7.888.479€.

Os pareceres dos parceiros sociais e dos Conselhos de Ilha, dão-nos uma forte convicção que estamos a trilhar o caminho de conquistas e de sucessos e que nos conforta, por exemplo, no parecer da CGTP, ao referir ao Plano e Orçamento "o documento contém medidas para a elevação da educação e das qualificações dos Açorianos(…)".

Aumentamos a taxa de transição;

Diversificamos, no secundário, os percursos formativos.

A única forma de combatermos o atraso estrutural de séculos é a ação de que não há um único momento a perder!

A concretização dos compromissos eleitorais está assente na firme convicção que todos são capazes de aprender, de se qualificar e, desta forma, de evoluir socialmente e profissionalmente.

Estamos certos que há bons motivos para não baixarmos os braços, bons motivos para melhorarmos e reforçarmos a nossa acção e em consequência estamos convictos que há boas razões para confiarmos!

As razões estão no sucesso de cada aluno, de cada cidadão!

A confiança está no cumprimento do programa eleitoral, o mesmo é dizer no respeito pelos Açorianos.

Apresentamos, debatemos e votamos!

Assumimos com responsabilidade o voto dos Açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Avançamos então para a próxima intervenção de tribuna.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

(*) **Deputada Maria João Carreiro** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Estamos aqui em nome de um sonho! Estamos aqui em nome de um sonho chamado "Açores, educação de sucesso".

Que bom seria que o slogan político passasse a realidade nas medidas políticas.

Que bom seria que o discurso apelativo tivesse concretização nas propostas do Plano e Orçamento para corrente ano.

Mas a realidade da educação nos Açores, está longe de atingir esse sonho.

Os resultados educativos dizem-nos que continuamos a ser os primeiros dos últimos.

Temos a taxa mais alta de abandono escolar precoce, quase o dobro da média nacional.

Os últimos dados da educação publicados, apontam os Açores como uma Região das taxas de retenção e desistência das mais elevadas do País, em vários ciclos do ensino básico e secundário do currículo regular.

Cerca de um, em cada cinco alunos, não concluiu o 3.º ciclo do ensino básico regular e cerca de um, em cada quatro, não concluiu o secundário.

Estes são os números em que nenhum açoriano se pode rever.

Estes números significam pessoas: são as nossas crianças, são os nossos jovens! São o nosso futuro!

É assim que os documentos do Governo Regional comentam essa pobre realidade da educação nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Que bom seria que não se quedassem pelo papel e passassem à ação, mas está difícil deslumbrar um futuro melhor para a educação nos Açores.

Não ignoramos os progressos alcançados, por mais mínimos que sejam, foram fruto do trabalho e empenho dos nossos alunos, dos nossos professores.

Os Açores merecem um novo rumo na educação, em prol do seu desenvolvimento.

Deputado Bruno Belo *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados:

A educação é mais do que uma simples aquisição do saber.

A educação é um pré-requisito elementar para o desenvolvimento político e económico, para a democracia e igualdade social.

Se no passado o suporte do progresso da economia da sociedade residia na abundância de matérias primas e de mão de obra, no presente reside no conhecimento, quer isto dizer que educação é o maior investimento na promoção do desenvolvimento.

Assim falava, e muito bem, o Sr. Secretário da Educação na apresentação do Programa deste Governo.

Hoje, perante os documentos aqui apresentados pelo mesmo Governo Regional, as bonitas palavras de ontem, não encontram sequência nas verbas orçamentadas.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Como seria bom que as palavras fossem verdadeiros compromissos e não meras palavras.

Só teremos futuro se apostarmos no presente! Só teremos futuro se apostarmos na educação!

Mas como poderemos atingir tal desiderato, quando o Plano proposto para 2017, prevê uma redução de investimento público no setor da educação em 11,5%, em relação ao programado para o ano passado.

Estamos perante um Plano e Orçamento que novamente reflete as várias promessas sufragadas e não cumpridas de construções escolares. Estamos perante mais do mesmo!

Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo:

A escola é por excelência o palco dedicado ao desenvolvimento integral do aluno e onde a par da família, as crianças e jovens, adquirem os saberes e os valores que lhes permitirão formar-se como profissionais úteis e cidadãos ativos e participantes na sociedade.

A desigualdade na escola requer medidas e ações que permitam mitigar os efeitos dessa desigualdade.

É necessário uma nova geração de políticas que permitam às escolas e aos professores diversificar os meios de ação, para com mais autonomia profissional tomarem as decisões que se revelem necessárias à resolução dos problemas.

Aos pais, às famílias, exige-se cada vez mais o envolvimento individual no acompanhamento da vida escolar dos alunos e sua participação, definição na orientação estratégica da escola.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD, entende que acreditamos que todas as crianças e jovens podem ter sucesso. Acreditamos que a realização e sucesso são sobretudo fruto de muito trabalho, mediante políticas governativas eficazes.

São necessárias políticas educativas ambiciosas e adequadas ao desafio que as escolas e os professores enfrentam, com o envolvimento dos pais, das famílias, de toda a sociedade.

Uma educação de sucesso só se alcançará se reforçarmos a autonomia das unidades orgânicas.

Uma educação de sucesso só se alcançará se fomentarmos cultura de funcionamento por objetivos, da responsabilização e da prestação de contas.

Uma educação de sucesso só se alcançará se reforçarmos uma valorização da educação escolar junto da população ativa, se atingirmos novos a mais altos patamares de literacia junto dos pais.

Uma educação de sucesso só se alcançará se valorizarmos a função docente.

Uma educação de sucesso só se alcançará se tivermos o ensino centrado no aluno, de forma integrada, mais colaborativa e participativa, assente nas experiências de cada aluno.

Sra. Presidente:

Investir na educação é garantir um caminho sólido e seguro para o futuro dos Açores.

O quanto gostaríamos de podermos regozijar-nos com as propostas de planeamento que o Governo Regional aqui traz. Seria sinal de que a aposta na educação não se quebraria pelas bonitas palavras, pelos empolgados discursos e pelos apelativos slogans, seria sinal de que estaria a trilhar um bom caminho; seria sinal que se queria passar do sonho à realidade, à ação, para os açorianos terem uma educação de sucesso.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Avançamos então para a próxima intervenção de tribuna.

Tem a palavra a Sra. Deputada Susana Costa.

(*) **Deputada Susana Costa** *(PS):* Exma. Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente (que não está presente) e demais Membros do Governo Regional:

Quero partilhar convosco algumas das questões em relação à política cultural do Governo Regional dos Açores e gostaria de fazê-lo obedecendo a três ideias chave:

Primeira vertente: queria salientar o investimento que este Governo está a fazer nas designadas instituições tradicionais de memória, em primeiro lugar, os museus.

Nesta questão em particular gostava de destacar a dotação que está a ser feita em todas as ilhas dos Açores, com estruturas museológicas de qualidade, nomeadamente com as infraestruturas e as museografias que estão a ser consolidadas nas Ilhas de Santa Maria, de S. Jorge e do Corvo, através da sua especificidade que é o ecomuseu.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* É verdade! Muito bem!

A Oradora: Esta constituição e este fechar do círculo da realidade museal é deveras importante porque a estrutura e a posição que o Governo está a ter não é de sobreposição como ocorria durante muito

tempo, mas é no sentido de cada instituição museal, complementar de forma diversificada a cultura específica de cada comunidade e de cada ilha.

Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa):* Muito bem!

A Oradora: Uma segunda questão é a importância que o Governo tem dado no que diz respeito ao diálogo inter institucional no que respeita aos museus que não fazem parte da tutela deste Governo Regional.

Aqui, chamava a atenção para o Decreto Legislativo que foi publicado em novembro de 2016, que não só refere o apoio daquilo que são as coleções privadas, portanto quer museus que estão sobre a tutela das autarquias ou de outras entidades particulares que não dependentes do Governo Regional, mas acima de tudo esta consideração da coleção privada, que é de facto o estender a mão de forma pedagógica, colaborativa com coleções que pertencem a particulares, sejam eles a titulo individual ou a título coletivo.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Aqui há uns anos eram umas fotografias!

A Oradora: Portanto, isto permite de faco criar uma rede colaborativa de património que é deveras importante.

Ainda dentro destas instituições tradicionais queria salientar o profuso investimento que o Governo tem dado em duas instituições chave: bibliotecas e arquivos.

Por um lado, o reforço que tem sido concedido à promoção da leitura, quer numa educação formal, quer numa educação oficiosa e aqui chamava a atenção no apoio à edição de obras, prémios culturais, o investimento na rede de bibliotecas escolares.

Em segundo lugar também o investimento que foi feito e vai ser terminado este ano com a biblioteca da Terceira, Luís da Silva Ribeiro, no que diz respeito aos equipamentos e à reestruturação dos três grandes arquivos e bibliotecas: Ponta Delgada, Angra e Horta.

Terceira ideia, no que diz respeito às bibliotecas e aos arquivos é que este Governo não olha só para esta memória do passado, mas sim para aquilo que nós vamos fazer com a memória do futuro e neste caso há uma clara aposta numa comunicação prospetiva, adequada às necessidades e às apetências dos consumidores do século XXI e neste particular eu queria salientar o investimento que está a ser feito nos repositórios digitais, nomeadamente com aquilo que já está a ser feito que tem sido fundamental, nomeadamente na partilha de conhecimento nos fundos paroquiais digitais. Deixem-me dizer-vos que os fundos paroquiais digitais são dentro dos arquivos da Região o tipo de obra mais consumida, quer pelos locais, pelos nacionais e acima de tudo pela nossa comunidade da diáspora, que procuram os livros de nascimento, de óbito e de casamentos para uma vasta gama de investigação, estão quase todos eles digitalizados e disponíveis, claramente como vulgarmente se diz, à distância de um clique, mas além disto que tem sido feito há uma clara preocupação de investir num conhecimento digital para o futuro e isto está a ser pensado, cumprido, os pressupostos e os imperativos técnicos internacionais, nomeadamente com sistemas de dados, os metadados, etc., e suportados por tecnologia aberta, gratuita, designada na designação mais habitual de *open source.*

Portanto, esta ideia de desmaterializar o conhecimento partilhando com a nossa comunidade (local, regional, nacional, internacional), é algo que eu queria partilhar.

Todavia, também entende este Governo que esta diversidade qualitativa do nosso património cultural não se esgota nestas duas instituições tradicionais de memória: museus e bibliotecas.

Assim, o Governo continua a ter uma política de promoção e salvaguarda do nosso património cultural, que se manifesta na relação com o nosso território e com a nossa comunidade e aqui salientava não só na sua componente móvel, nomeadamente através de uma revisão do inventário do património edificado, mas queria reforçar aquilo que o Sr. Secretário já referiu, que é o investimento que se está a fazer, investimento este financeiro, técnico e promocional sobre o património insular subaquático.

Deputado André Bradford *(PS):* Bem lembrado!

A Oradora: Comos abem desde 2010 as competências estão sobre a alçada da Região, começou-se em 2005 por uma classificação do parque subaquático de Angra, tem havido outras manchas subaquáticas que estão a ser salvaguardadas, portanto eu creio que nós temos aqui de facto um imenso património que já está a ser salvaguardado, mas que está agora numa fase de promoção.

Queria, naturalmente, relembrar aqui que amanhã, dia 15, na Bolsa de Turismo de Lisboa, o Sr. Diretor Regional, Dr. Nuno Lopes, irá lançar um dia para o património subaquático dos Açores, que é uma forma de divulgar o nosso património, o nome da Região, numa comunidade bastante mais ampla.

Queria, por fim, partilhar convosco uma terceira ideia de que toda a política cultural do Governo e do PS, não se esgota naquilo que está sobre a alçada da Secretaria Regional da Educação e Cultura e de facto há aqui uma linha de transversalidade que me parece merecer ser realçada e neste aspeto salientava três parcerias:

Em primeiro lugar, o investimento das políticas de juventude por via da promoção das indústrias criativas, é cultura, não só apenas nas questões do LABJOVEM, mas outras iniciativas que a juventude promove;

Particular atenção gostaria de referir em relação às políticas culturais do CRA (Centro de Artesanato dos Açores), nomeadamente aquilo que está previsto, o mercado urbano de artesanato e o mercado de doçaria, portanto aqui todo este património gastronómico, é transversal, é riquíssimo, versátil e o CRA irá fazer o seu apadrinhamento;

Em terceiro lugar queria destacar as políticas que estão a ser encetadas, e bem, pelas relações externas e pelas comunidades, que conferem particular atenção à açorianidade, à nossa identidade cultural como um veículo de proximidade com a diáspora, mas também vai permitir o reforço dos laços intergeracionais entre o passado, mas também as novas gerações que estão nas comunidades externas.

Em suma, mais do que olhar para o passado creio que este investimento continua a fazer-se na área da cultura, neste lacto sentido que acabei de partilhar convosco, garante melhor qualidade de vida porque a cultura é, sem dúvida, um dos itens para a qualidade da vida social; em segundo lugar também cria oportunidades de emprego e portanto há aqui uma sinergia em que o Governo é promotor, dá a mão, mas também a comunidade reage e portanto associa-se a este investimento na área da economia, com base no conhecimento e na inovação cultural e por fim, eu queria mesmo destacar que isto tem que ser entendido nesta política governamental como um ecossistema, um ecossistema cultural que não é parasitário, antes pelo contrário, se alimenta de forma digna, conferindo uma dignidade à cultura que nós temos, àquela que queremos partilhar e aquela que também naturalmente queremos que seja legada e herdada por

aqueles que daqui a muitos anos estarão sentados aqui e estarão em casa a ver os nossos debates e as nossas políticas governamentais.
Muito obrigada.
Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.
Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.
Passamos então agora à última intervenção sobre esta matéria.
Tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.
Deputado César Toste *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Haja saúde a todos.
Na análise do orçamento apresentado relativamente à área da Cultura a conclusão é simples: quem muita abraça, pouco aperta.
Durante vários anos o Governo Regional prometeu às diversas ilhas estruturas culturais.
Muitas delas continuam hoje fazendo parte deste orçamento não passando do papel e dos projetos.

As que chegaram ao fim ficaram com um historial que nos leva a pensar na falta de credibilidade do Governo dos Açores para conduzir futuros investimentos.

Não se lancem primeiras pedras de edifícios culturais só por lançar, nem se promovam atividades culturais em concorrência com a riqueza cultural das nossas ilhas. Temos de ter uma cultura que una os açorianos e não os divida.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Afirmam querer consolidar a cultura nos Açores!

Com a forma como consolidaram nos últimos anos ficam sérias dúvidas se nestes quatro anos conseguiram fazê-lo!!!!

Dou um exemplo que parecia consolidado no dia da sua inauguração, mas continua a levar injeções de muito dinheiro dos contribuintes açorianos.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Anunciado em 1997, foi apenas iniciado em 2009. A primeira pedra da obra valia 12,9 milhões de euros e tinha o prazo de execução de 19 meses.

A consolidação desta obra levou 19 anos após a sua promessa e 7 anos após o inicio dos trabalhos.

No final nove mil metros quadrados de área bruta, teve um investimento global de mais de 18 milhões de euros.

A Biblioteca Pública de Angra do Heroísmo é um exemplo do que não se deve fazer no futuro.

A nova biblioteca é importante? É sim senhor.

Mas nem eu, nem nenhum açoriano quer que o seu dinheiro seja gerido desta forma.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Outro exemplo:

Lançado em agosto de 2010, o concurso para a construção do Centro de Artes Contemporâneas 'Arquipélago' foi orçado em mais de 12 milhões de euros.

Em velocidade cruzeiro foi prometida a inauguração em 2013, mas só em março de 2015 abre as portas.

Mais uma consolidação que gasta mais do que previsto e não cumpre os prazos definidos.

Problemas, atrasos e outros afins. Compreende-se.

Mas mais uma vez o dinheiro que foi utilizado vem dos açorianos.

E precisa ser bem gerido.

E este precisa dar exemplo de uma boa gestão.

10.000 euros podem não representar muito para vós, mas para a maioria dos açorianos é menos do que recebem num ano.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Senhores e senhoras deputadas

As obras que estão projetadas neste orçamento deixam as seguintes perguntas.

São todas exequíveis?

Poupa-se dinheiro e garante-se que as obras correspondem aos anseios da população?

Senhores e senhoras deputadas

Mas nem só de obras e vive a cultura.

É verdade.

A cultura vive-se em cada dia da vida dos açorianos.

E o que pensam os destinatários diretos da atual política regional de apoio à Cultura?

O que pensam as Academias Artísticas, Associações Culturais, Filarmónicas, Editores de Livros, Galerias de Arte, Grupos Folclóricos, Grupos Musicais, Grupos de Teatro, Institutos Culturais e Produtoras de Eventos?

Um novo ciclo de cultura promovido pelo Governo Regional dos Açores não pode estar desfasado da realidade dos açorianos.

A promoção de uma verdadeira cultura de proximidade será uma das garantias da identificação das nossas crianças e jovens com a nossa terra.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Sustentável!

O Orador: <u>Existem programas de apoio? Sim existem. Mas os Açores precisa mais do que isso.</u>

Precisa de um Governo que saia dos seus gabinetes, vá para o terreno e perceba a realidade.

Um Governo que defenda a cultura e valorize os que de forma voluntária dinamizam a maioria do calendário turístico que irá ser promovido na próxima BTL.

Mas podem dizer-me: Mas não existem pontos positivos. Existem, mas como hoje foi dito, foram e são os açorianos que estão na base da cultura e os grandes heróis da cultura dos Açores.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Porque sim. Eles não têm 3.585.000 milhões de euros como a Casa da Autonomia para dar corpo e alma à verdadeira cultura açoriana. Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Encerramos então esta nossa parte do debate e avançamos para outra área de intervenção.

Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Antes de encerrar os trabalhos por hoje vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes e agradeço algum silêncio para não termos que fazê-lo pela segunda vez.

Secretário: Os tempos restantes são os seguintes:

O Governo Regional dos Açores, 140 minutos;

PS, 144 minutos e 30 segundos;

PSD, 96 minutos e 30 segundos;

CDS-PP, 41 minutos e 50 segundos;

BE, 8 minutos e 10 segundos;

PCP, 5 minutos e 20 segundos;

PPM, 1 minuto e 49 segundos.

(Risos)

Há pouco enganei-me no tempo.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão não precisa pedir a palavra para uma interpelação …

Secretário: Há pouco enganei-me a anunciar o tempo.

Presidente: O pedido de intervalo regimental, sendo regimental, eu terei que conceder de imediato o intervalo, mas tenho que esclarecer o Sr. Deputado Paulo Estêvão que ocorreu um erro na contabilização dos tempos, que foi detetado durante a hora de almoço e por isso é que o senhor só dispõe de 1 minuto e 49 segundos e não de 2 minutos e 20 segundos, como tinha sido anunciado.

É essa a justificação.

É regimental, o intervalo.

Até amanhã. Regressamos às 10 horas.

Eram 19 horas e 31 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Maria João Soares **Carreiro**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Luís Maurício Mendonça Santos

Documentos entrados

1- Projetos de Lei:

Assunto: Procede à descentralização de competências para os municípios e entidades intermunicipais e nas freguesias no âmbito da educação, saúde, ação social, gestão territorial, gestão florestal, gestão da orla costeira, medicina veterinária, saúde animal e segurança alimentar – 29/XI-AR - n.º 383/XIII/2.ª (PSD)

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 01 – 31

Comissão: Política Geral
Data Limite de Parecer: 2017 – 02 – 20;

Assunto: Simplifica e previne fraudes na atribuição do subsídio social de mobilidade atribuído a residentes nas Regiões Autónomas – 45/XI-AR - n.º 407/XIII/2.ª (BE)
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2017 – 02 – 14
Comissão: Economia
Data Limite de Parecer: 2017 – 02 – 17;

Assunto: Subsídio Social de Mobilidade – 48/XI-AR - n.º 412/XIII/2.ª (PSD)
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2017 – 02 – 22
Comissão: Economia
Data Limite de Parecer: 2017 – 03 – 14;

Assunto: Estabelece as Bases da Política de Ambiente – 51/XI-AR - n.º 413/XIII/2.ª (PCP)
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2017 – 02 – 22
Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho
Data Limite de Parecer: 2017 – 03 – 14;

Assunto: Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de setembro – Cria e regula o programa de apoio financeiro Porta 65 – Arrendamento jovens – 52/XI-AR - n.º 420/XIII/2.ª (PSD)
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2017 – 03 – 01
Comissão: Politica Geral
Data Limite de Parecer: 2017 – 03 – 21.

2 - Propostas de Lei:

Assunto: Estabelece os princípios e as regras do intercâmbio transfronteiriço de informações relacionadas com a prática de infrações rodoviárias num Estado-Membro, e transpõe a Diretiva 2015/413/EU – n.º 38/XI-AR - n.º 58/XIII/2.ª (GOV)
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2017 – 02 – 02
Comissão: Economia
Data Limite de Parecer: 2017 – 02 – 22;

Assunto: Adapta ao ordenamento jurídico interno as obrigações decorrentes da Decisão 2008/615/JAI, e da Decisão 2008/616/JAI que a executa, em sede de transmissão de dados do registo de veículos para efeitos de deteção e investigação de infrações de natureza penal – n.º 39/XI-AR - n.º 59/XIII/2.ª (GOV)
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2017 – 02 – 02
Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 02 – 22

Assunto: Estabelece o regime jurídico da prevenção, proibição e combate da discriminação, em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem – n.º 50/XI-AR - n.º 61/XIII/2.ª (GOV)
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2017 – 02 – 22
Comissão: Assuntos Sociais
Data Limite de Parecer: 2017 – 03 – 14;

Assunto: Estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local – n.º 53/XI-AR - n.º 62/XIII/2.ª (GOV)
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2017 – 03 – 06
Comissão: Política Geral
Data Limite de Parecer: 2017 – 03 – 16.

3 - Projetos de Resolução:

Assunto: Recomenda ao Governo que proceda à reorganização e Prestação de Serviços de Atendimento da Administração Pública - n.º 30/XI-AR - n.º 628/XIII/2.ª (PSD)
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2017 – 01 – 31
Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 02 – 20;

Assunto: Recomenda ao Governo que dê continuidade ao processo de concretização da descentralização no âmbito da saúde, educação e cultura através da celebração de contratos interadministrativos - n.º 31/XI-AR - n.º 629/XIII/2.ª (PSD)
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2017 – 01 – 31
Comissão: Política Geral
Data Limite de Parecer: 2017 – 02 – 20;

Assunto: Recomenda ao Governo que proceda à criação de Centros de Serviços Partilhados e Valor Acrescentado ao nível das entidades intermunicipais - n.º 32/XI-AR - n.º 630/XIII/2.ª (PSD)
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2017 – 01 – 31
Comissão: Política Geral
Data Limite de Parecer: 2017 – 02 – 20;

Assunto: Recomenda ao Governo que dispense parcialmente do pagamento de contribuições para a segurança social aos produtores de leite cru de vaca - n.º 46/XI-AR - n.º 667/XIII/2.ª (PSD)
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2017 – 02 – 22
Comissão: Assuntos Sociais
Data Limite de Parecer: 2017 – 03 – 14;

Assunto Recomenda ao Governo que atribua novo período de isenção temporária do pagamento de contribuições para a segurança social aos produtores de leite - n.º 47/XI-AR - n.º 669/XIII/2.ª (CDS-PP)
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2017 – 02 – 22
Comissão: Assuntos Sociais
Data Limite de Parecer: 2017 – 03 – 14;

Assunto: Recomenda ao Governo que adote medidas que simplifiquem a atribuição e o reembolso do subsídio social de mobilidade entre o Continente e a Região Autónoma dos Açores e entre esta a Região Autónoma da Madeira - n.º 49/XI-AR - n.º 670/XIII/2.ª (PSD)
Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2017 – 02 – 22
Comissão: Economia
Data Limite de Parecer: 2017 – 03 – 14.

4 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Que cria o serviço público de notificações eletrónicas associadas à morada única digital - MPMA - (Reg. DL 57/2017).- n.º 14/XI-OGP
Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros
Data de Entrada: 2017 – 02 – 16
Comissão: Política Geral
Data Limite de Parecer: 2017 – 03 – 08.

Assunto: Estabelece incentivos à contratação de jovens à procura do primeiro emprego e de desempregados de longa duração e de muito longa duração - MTSSS - (Reg. DL 43/2017).- n.º 15/XI-OGP
Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros
Data de Entrada: 2017 – 02 – 16
Comissão: Assuntos Sociais
Data Limite de Parecer: 2017 – 03 – 08.

Assunto: Estabelece o regime jurídico do ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores - MAFDR - (Reg. DL 533/2016).- n.º 16/XI-OGP
Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros
Data de Entrada: 2017 – 02 – 16
Comissão: Economia
Data Limite de Parecer: 2017 – 03 – 08.

5 – Projetos de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: Décima alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro, que Adapta o Sistema Fiscal Nacional à Região Autónoma dos Açores – n.º 2/XI
Proveniência: PSD
Data de Entrada: 2017 – 02 – 01
Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: Cria o Conselho para o Estudo das Potencialidades Geopolíticas e Geoestratégicas dos Açores – G2A – n.º 3/XI

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2017 – 02 – 02

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 03 – 23;

Assunto: Cria um Programa Urgente de Combate à Precaridade Laboral na Administração Regional – n.º 4/XI

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2017 – 02 – 14

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 03 – 09; (Foi pedido prorrogação do Prazo por mais trinta dias – 2017-04-10);

Assunto: Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho, que estabelece a proibição de abate de animais de companhia e de animais errantes na Região Autónoma dos Açores, bem como medidas de redução e controlo dos mesmos – n.º 5/XI

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2017 – 03 – 01

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 04 – 17.

6 – Projetos de Resolução:

Assunto: Recomenda ao Governo Regional a abertura de concurso para o corte, comercialização e reflorestação das matas de criptoméria, em estado maturação adequado, propriedade da Região, na ilha das Flores – 14/XI

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2017 – 02 – 13

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 03 – 20;

Assunto: Criação das Comissões Técnicas de Acompanhamento para a Classificação de Leite à Produção – 18/XI

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2017 – 02 – 17

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 03 – 23;

Assunto: Eletrificação da Fajã da Caldeira de Santo Cristo – 19/XI

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2017 – 02 – 20

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 03 – 23;

Assunto: Garantia de reserva com confirmação prévia de lugar na tarifa promocional Interjovem – 20/XI

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2017 – 02 – 23

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 03 – 27;

Assunto: Construção de um refeitório e fornecimento de refeições escolares na Escola Básica e Secundária Mouzinho de Albuquerque – 21/XI
Proveniência: PPM
Data de Entrada: 2017 – 03 – 07
Comissão: Assuntos Sociais
Data Limite de Parecer: 2017 – 04 – 07.

8 – Petição:

Assunto: Contra a incineração em São Miguel – 3/XI
Proveniência: Filipe Machado Tavares
Data de Entrada: 2017 – 02 – 16
Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho
Aguarda admissibilidade na Comissão.

Assunto: Pela estabilidade do corpo docente: em defesa da qualidade do ensino na Escola Básica e Secundária das Flores – 4/XI
Proveniência: Rosa Maria Belo Maciel
Data de Entrada: 2017 – 02 – 23
Comissão: Assuntos Sociais
Data Limite de Parecer: 2017 – 05 – 08.

9 – Requerimentos:

Assunto: Espaço Museológico da Horta dos Cabos Submarinos

Autor: Graça Silveira, Artur Lima, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 01

Referência: 54.01.07 – N.º 107/XI;

Assunto: Não poder ser possível viajar da ilha do Faial para a ilha das Flores à quinta-feira

Autor: João Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 01

Referência: 54.04.00 – N.º 108/XI;

Assunto: Porquê a alteração do local de realização da Feira Açores em 2017 e quanto custou o silêncio da Câmara Municipal da Horta?

Autor: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 17

Referência: 54.03.07 – N.º 109/XI;

Assunto: Atraso na atribuição de licença de palangre

Autor: João Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 20

Referência: 54.04.02 – N.º 110/XI;

Assunto: Lixeira da ilha do Faial

Autor: João Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 02 – 20

Referência: 54.04.07 – N.º 111/XI;

Assunto: Obras de reabilitação e recuperação da antiga torre de controle e do Cinema do aeroporto de Santa Maria
Autor: João Corvelo (PCP)
Data de Entrada: 2017 – 02 – 22
Referência: 54.04.01 – N.º 112/XI;

Assunto: Bombeiros Voluntários de Santa Cruz das Flores
Autor: João Corvelo (PCP)
Data de Entrada: 2017 – 02 – 23
Referência: 54.04.08 – N.º 113/XI;

Assunto: A necessidade de construir uma cantina na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira
Autor: Paulo Estêvão (PPM)
Data de Entrada: 2017 – 02 – 24
Referência: 54.04.09 – N.º 114/XI;
Assunto: O que é que está a acontecer com os resíduos orgânicos originados na Casa de Matança da ilha do Corvo
Autor: Paulo Estêvão (PPM)
Data de Entrada: 2017 – 02 – 24
Referência: 54.04.09 – N.º 115/XI;

Assunto: Problemas graves de segurança na estrada municipal que liga o centro da freguesia da Maia à localidade da Lombinha da Maia
Autor: João Corvelo (PCP)
Data de Entrada: 2017 – 02 – 24
Referência: 54.04.02 – N.º 116/XI;

Assunto: Imóveis da Região na Rua Nova do Carmo (Urbanização do Carmo) na Horta – cessação de contratos e criação de dificuldades às famílias
Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)
Data de Entrada: 2017 – 02 – 27
Referência: 54.03.07 – N.º 117/XI;

Assunto: Comissão de acompanhamento relativamente à monitorização da implementação do PREIT
Autores: Mónica Seidi, César Toste e Luís Rendeiro (PSD)
Data de Entrada: 2017 – 03 – 02
Referência: 54.03.03 – N.º 118/XI;

Assunto: Relatório da qualidade do ar na ilha Terceira
Autor: Paulo Mendes (BE)
Data de Entrada: 2017 – 03 – 03
Referência: 54.06.03 – N.º 119/XI;

Assunto: Má programação da SATA prejudica passageiros de e para a Graciosa
Autor: João Bruto da Costa (PSD)
Data de Entrada: 2017 – 03 – 03
Referência: 54.03.04 – N.º 120/XI;

Assunto: ATLANTICOLINE ignore necessidades da ilha na operação de transporte marítimo

Autor: João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 06

Referência: 54.03.04 – N.º 121/XI;

Assunto: Aumento da despesa afeta à SCUT dos Açores

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 06

Referência: 54.07.00 – N.º 122/XI;

Assunto: Protocolo entre o Governo dos Açores e a Diocese de Angra

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 06

Referência: 54.07.00 – N.º 123/XI;

Assunto: Monitorização da qualidade das refeições escolares

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 06

Referência: 54.07.00 – N.º 124/XI;

Assunto: TIMSS advanced 2015

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 06

Referência: 54.07.00 – N.º 125/XI;

Assunto: Funcionamento do serviço de medicina dentária na ilha do Corvo

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 06

Referência: 54.07.09 – N.º 126/XI;

Assunto: Refeições disponibilizadas nas escolas açorianas a pais e encarregados de educação

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 06

Referência: 54.07.00 – N.º 127/XI;

Assunto: Porto das Poças em Santa Cruz das Flores

Autor: João Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 07

Referência: 54.04.08 – N.º 128/XI;

Assunto: Avaria do aparelho de telemetria cardíaca do Hospital Santo Espírito da Ilha Terceira.

Autores: Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 07

Referência: 54.01.03 – N.º 129/XI;

Assunto: Caminho dos Rochões

Autor: João Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 08

Referência: 54.04.08 – N.º 130/XI;

Assunto: Acesso aos mercados de gado vivo

Autor: João Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 03 – 09
Referência: 54.04.08 – N.º 131/XI;

Assunto: Custos anuais relativos às deslocações de utentes de Serviço Regional de Saúde para consultas de especialidade a ilhas com hospital
Autor: Paulo Mendes (BE)
Data de Entrada: 2017 – 03 – 09
Referência: 54.06.00 – N.º 132/XI;

Assunto: Suspensão da recolha de citologias no âmbito do rastreio do cancro do colo do útero
Autores: Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, António Vasco Viveiros e Paulo Parece (PSD)
Data de Entrada: 2017 – 03 – 09
Referência: 54.03.00 – N.º 133/XI;

Assunto: Lixeira de Santa Cruz das Flores
Autor: João Corvelo (PCP)
Data de Entrada: 2017 – 03 – 10
Referência: 54.04.08 – N.º 134/XI;

Assunto: Resolução de problemas ambientais na ilha das Flores
Autor: João Corvelo (PCP)
Data de Entrada: 2017 – 03 – 10
Referência: 54.04.08 – N.º 135/XI.

10 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: Funcionários Públicos requisitados

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 02 – 17

Referência: 54.06.00 – N.º 28/XI;

Assunto: Banda Larga FLW

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 02 – 17

Referência: 54.04.08 – N.º 63/XI;

Assunto: Estivadores das Flores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 02 – 17

Referência: 54.04.08 – N.º 91/XI;

Assunto: Desabamento de estrada na ilha das Flores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 02 – 20

Referência: 54.04.08 – N.º 79/XI;

Assunto: Tanque de salmoura nas Lajes das Flores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 02 – 20

Referência: 54.04.08 – N.º 96/XI;

Assunto: Serviços e especialidades essenciais do Hospital da Horta sem médicos
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2017 – 02 – 21
Referência: 54.03.07 – N.º 103/XI;

Assunto: Requalificação da estrada leste na ilha do Corvo
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2017 – 02 – 22
Referência: 54.07.09 – N.º 73/XI;

Assunto: Funcionamento das viaturas de suporte imediato de vida (SIV) nas ilhas do Pico e do Faial
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2017 – 02 – 24
Referência: 54.04.00 – N.º 76/XI;

Assunto: Raio-X no aeroporto do Corvo
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2017 – 02 – 27
Referência: 54.04.09 – N.º 95/XI;

Assunto: Estrada da Fazenda nas Lajes das Flores
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2017 – 02 – 27
Referência: 54.04.08 – N.º 89/XI;

Assunto: Abaixo assinado dos trabalhadores do Hospital do Divino Espírito Santo
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2017 – 03 – 01
Referência: 54.01.02 – N.º 82/XI;

Assunto: Porto de Ponta Delgada, no concelho de Santa Cruz das Flores
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2017 – 03 – 01
Referência: 54.04.08 – N.º 97/XI;

Assunto: O colapso do sistema educativo em São Miguel
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2017 – 03 – 02
Referência: 54.07.02 – N.º 78/XI;

Assunto: Material de intervenção cirúrgica no Hospital da Horta
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2017 – 03 – 02
Referência: 54.03.07 – N.º 94/XI;

Assunto: Incineradora do Matadouro das Flores
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2017 – 03 – 03
Referência: 54.04.08 – N.º 99/XI;

Assunto: Estrada do Lajedo das Flores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 03 – 03

Referência: 54.04.08 – N.º 84/XI;

Assunto: Extraordinário aumento do número de beneficiários açorianos do rendimento social de inserção

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 03 – 08

Referência: 54.07.00 – N.º 72/XI;

Assunto: Derrocadas na freguesia da Fajãzinha – obras de recuperação

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 03 – 08

Referência: 54.04.08 – N.º 81/XI;

Assunto: O que é que está a acontecer com os resíduos orgânicos originados na Casa de Matança da ilha do Corvo

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 03 – 08

Referência: 54.07.09 – N.º 115/XI;

Assunto: Ligações Faial Flores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 03 – 09

Referência: 54.04.00 – N.º 108/XI;

Assunto: 2.ª fase da variante à cidade da Horta

Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2017 – 03 – 09
Referência: 54.04.07 – N.º 83/XI;

Assunto: Entreposto frigorífico de Velas
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2017 – 03 – 09
Referência: 54.01.05 – N.º 106/XI;

Assunto: Financiamento público a empresa privada para a instalação do parque fotovoltaico na ilha Terceira
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2017 – 03 – 09
Referência: 54.06.03 – N.º 100/XI;

11 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a remeter um Parecer sobre a "Reforma das Florestas", assinado pelo Presidente em suplência, João Guerreiro
Proveniência: Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
Data de Entrada: 2017 – 03 – 03;

Assunto: Ofício com o Parecer sobre a "Proposta de DLR n.º 4/XI que aprova o Orçamento da RAA para o ano de 2017"
Proveniência: Secção Regional Coordenadora do SINTAP/AÇORES
Data de Entrada: 2017 – 03 – 08;

Assunto: Ofício a agradecer o envio do Voto de Congratulação "Posse de António Guterres como Secretário-Geral da ONU", assinado pelo Chefe de Gabinete do GPPS da Assembleia da República
Proveniência: Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista – Assembleia da República
Data de Entrada: 2017 – 03 – 10;

Assunto: Ofício a agradecer o envio do Voto de Congratulação "Posse de António Guterres como Secretário-Geral da ONU", assinado pelo Chefe de Gabinete do GPPCP da Assembleia da República
Proveniência: Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português – Assembleia da República
Data de Entrada: 2017 – 03 – 10.

12 - Relatórios:

Assunto: Proposta de Lei n.º 57/XIII/2.ª (GOV) - "Estabelece as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde a que estão ou possam vir a estar sujeitos devido à exposição a campos eletromagnéticos durante o trabalho e transpõe a Diretiva 2013/35/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013" - n.º 37/XI-AR
Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho
Data de Entrada: 2017 – 03 – 02;

Assunto: Proposta de Lei n.º 55/XIII/2.ª (GOV) - "Transpõe a Diretiva n.º 2014/67/UE, relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços" - n.º 33/XI-AR
Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho
Data de Entrada: 2017 – 03 – 02;

Assunto: Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Pedro Miguel Medeiros Moura
Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho
Data de Entrada: 2017 – 03 – 02;

Assunto: Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado António Gonçalves Toste Parreira
Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho
Data de Entrada: 2017 – 03 – 02;

Assunto: Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Manuel José da Silva Ramos
Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho
Data de Entrada: 2017 – 03 – 02;

Assunto: Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Paulo Henrique Parece Batista

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 03 – 02;

Assunto: Propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XI - Relativo às Orientações de Médio Prazo 2016-2020, Decreto Legislativo Regional n.º 3/XI – Relativo ao Plano Anual Regional para 2017 e Decreto Legislativo Regional n.º 4/XI - Relativo ao Orçamento da Região Autónoma dosa Açores para o ano de 2017.

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 03 – 02;

Assunto: Projeto de Lei n.º 383/XIII/2.ª (PSD) - "Procede à descentralização de competências para os municípios e entidades intermunicipais e nas freguesias no âmbito da educação, saúde, ação social, gestão territorial, gestão florestal, gestão da orla costeira, medicina veterinária, saúde animal e segurança alimentar" - n.º 29/XI-AR

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 02 – 21;

Assunto: Projeto de Resolução n.º 628/XIII/2.ª (PSD) - "Recomenda ao Governo que proceda à reorganização e prestação de serviço de atendimento da administração pública" - n.º 30/XI-AR

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 02 – 21;

Assunto: Projeto de Resolução n.º 629/XIII/2.ª (PSD) - "Recomenda ao Governo que dê continuidade ao processo de concretização da descentralização no âmbito da saúde, educação e cultura através da celebração de contratos interadministrativos" - n.º 31/XI-AR
Proveniência: Subcomissão de Política Geral
Data de Entrada: 2017 – 02 – 21;

Assunto: Projeto de Resolução n.º 630/XIII/2.ª (PSD) - "Recomenda ao Governo que proceda à criação de centros de serviços partilhados e valor acrescentado ao nível das entidades intermunicipais- n.º 32/XI-AR
Proveniência: Subcomissão de Política Geral
Data de Entrada: 2017 – 02 – 21;

Assunto: Propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 2/XI - Relativo às Orientações de Médio Prazo 2016-2020, Decreto Legislativo Regional n.º 3/XI – Relativo ao Plano Anual Regional para 2017 e Decreto Legislativo Regional n.º 4/XI - Relativo ao Orçamento da Região Autónoma dosa Açores para o ano de 2017.
Proveniência: Comissão de Política Geral
Data de Entrada: 2017 – 03 – 02;

Assunto: Proposta de Lei n.º 60/XIII/2.ª (ALRAM) - "Apoio extraordinário à habitação a todas as famílias afetadas pelos incêndios de agosto de 2016 na Região Autónoma da Madeira" - n.º 41/XI-AR
Proveniência: Subcomissão de Política Geral
Data de Entrada: 2017 – 03 – 02;

Assunto: Propostas de Orientação de Médio Prazo para 2017-2020, Plano Regional Anual e Orçamento para o Ano de 2017
Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2017 – 03 – 07;

Assunto: Proposta de Decreto Legislativo Regional - Altera o Regulamento de Concurso do Pessoal Docente na Educação Pré-Escolar e Ensino Básico e Secundário - n.º 5/XI
Proveniência: Comissão Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2017 – 03 – 09;

Assunto: Proposta de Lei n.º 58/XIII/2.ª (GOV) - Estabelece os princípios e as regras do intercâmbio transfronteiriço de informações relacionadas com a prática de infrações rodoviárias num Estado-Membro, e transpõe a Diretiva 2015/413/EU - n.º 38/XI-AR
Proveniência: Subcomissão de Economia
Data de Entrada: 2017 – 03 – 06;

Assunto: Proposta de Lei n.º 59/XIII/2.ª (GOV) - Adapta ao ordenamento jurídico interno as obrigações decorrentes da Decisão 2008/615/JAI, e da Decisão 2008/616/JAI que a executa, em sede de transmissão de dados do registo de veículos para efeitos de deteção e investigação de infrações de natureza penal - n.º 39/XI-AR
Proveniência: Subcomissão de Economia
Data de Entrada: 2017 – 03 – 06;

Assunto: Projeto de Lei n.º 407/XIII/2.ª (BE) - Simplifica e previne eventuais fraudes na atribuição do subsídio social de mobilidade atribuído a residentes nas Regiões Autónomas - n.º 39/XI-AR
Proveniência: Subcomissão de Economia
Data de Entrada: 2017 – 03 – 06;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico do ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores - MAFDR - (Reg DL 533/2016 - n.º 16/XI-PCM
Proveniência: Subcomissão de Economia
Data de Entrada: 2017 – 03 – 06;

Assunto: Propostas sobre o Plano Regional Anual para 2017, Orçamento para o Ano de 2017 e Orientação de Médio Prazo para 2017-2020
Proveniência: Comissão de Economia
Data de Entrada: 2017 – 03 – 09;

Assunto: Propostas sobre o Plano Regional Anual para 2017, Orçamento para o Ano de 2017 e Orientação de Médio Prazo para 2017-2020 – Relatório Final
Proveniência: Comissão de Economia
Data de Entrada: 2017 – 03 – 09;

13 – Diários:

Estão presentes os Diários n.ºs 10, 11 e 12, bem como a Separata n.º 3/XI

Consideram-se aprovados na presente nesta Sessão Plenária os Diários n.os 6, 7, 8 e 9.

P'la Redatora, *Noélia Escobar*